

# bem viver urbano

ou o abandono do deszelo

Pablo Pessoa

Orientador  
Rômulo Ribeiro

Tese de Doutorado



UnB

Brasília, DF  
2019

# bem viver urbano

OU O abandono do deszelo



Pablo Pessoa

Tese de Doutorado  
Linha de pesquisa:  
Projeto e Planejamento



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

P475b Pessoa, Pablo Pimentel.

**Bem viver urbano ou o abandono do deszelo /**  
Pablo Pimentel Pessoa; orientador Rômulo Ribeiro. Brasília, 2019.

157 p.

Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,

Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e empregar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Pablo Pimentel Pessoa

# bem viver urbano

## ou o abandono do deszelo

Tese de doutorado submetida à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Projeto e Planejamento.

Aprovada por

---

Rômulo José da Costa Ribeiro, Doutor, Universidade de Brasília  
**Orientador**

---

Liza Andrade, Doutora, Universidade de Brasília  
**Examinadora Interna**

---

Maria Silvia Rossi, Doutora, SEMA-DF  
**Examinadora Externa**

---

Ananda Martins, Doutora, GEAURB-UnB  
**Examinadora Externa**

**Brasília-DF, setembro de 2019**

a mim-kumã

#### FOTO CAPA

Martin Chambl Jimenez, autorretrato em Machu Picchu, provavel primeiro registro fotografico neste sitio

#### ILUSTRAÇÃO CAPA & FOLHA DE ROSTO

Releitura de Andre Nódola da obra "Mapa invertido da America do Sul", do uruguaio Torres-García

#### CAPA PRÓLOGO

Foto de Alice Pasqual (@stri\_khedonia no Unsplash), em New York, Aha Yala do Norte

#### CAPA CAPÍTULO 1

Foto de Gabi Carrera (2015), da obra "Sem titulo (Bigorna)", do artista plástico Tunga

#### CAPA CAPÍTULO 2

Foto de Rida (@rhidabels no Unsplash), Monster Building, em Hong Kong

#### CAPA CAPÍTULO 3

Foto de Pedro Lastra (@peterlastra no Unsplash), em Maras, no Peru

#### EPIGRAFE DE ABERTURA

Foto de Siim Lukka (@siimlukka no Unsplash), na Estonia

SIN Poesia  
No hay  
CIUDAD

k

ACCIÓN POÉTICA



Acción Poética é um movimento artístico iniciado por Armando Alanís Pulido na cidade de Monterrey. Em tinta preta sobre muros caídos, o poeta mexicano criou uma expressão simples de afetos emudecidos pela condição urbana. O gesto tem sido abraçado por coletivos em inúmeras cidades. "Sem poesia não há cidade" é uma das mensagens de Pulido mais emblemáticas.



“ ESTOU AQUI, PARADO, OLHANDO O INCÊNDIO  
DO ALTO DO PRÉDIO, OS ROLOS DE FUMAÇA  
VEJO DA JANELA DOS MEUS OLHOS,  
NA CIDADE MAGOADA A USINA DE SONHOS  
TÃO PARADA.

INCÊNDIO  
BELCHIOR

## AGRADECIMENTOS

Estou lá com a Debora Diniz, em sua versão acadêmica de “Cartas a um jovem poeta”, quando se ri das seções de agradecimentos e recomenda às aprendizes de pesquisadoras que procurem manter aqui também o tom assumido no restante de seus trabalhos. Acontece que minha andança científica valeu-se de tantos ensinamentos em momentos tão distantes daqui, desses quase cinco anos, do húmus do Minhocão, e talvez ainda assim eu pudesse andar sendo o mesmo não tivesse numa hora gloriosa de tédio ingerido a “Tarja Branca, a revolução que faltava”, um documentário de Cacau Rodhen (2004) sobre a importância da ludicidade em todas as fases e momentos da vida. Não há entrega maior que a brincadeira, esta coisa muito séria, da inteireza vital. Não foi o filme em si, é o mundo que ele soergue ou desinvisibiliza com sua narrativa. E, de ali em diante, decidi que seria um brincante da ciência. Mudei o ícone da pasta “doutorado” em minha área de trabalho para a figura de uma guloseima que me faz salivar. Gostaria que minhas leitoras e leitores todos pudessem vir neste cortejo. Por ora, minha gratidão à reca de brincantes:

Raiza e Tainá, meus afetos gêmeos neste sentimento viramundo de um agir-pensar tentando as pessoas a empurrar vidas não com barrigas, mas com os ventres.

Minha família, mãe, pai, gabi, ziguiño. Pão e poesia. Depois floquinha, cacá, didi e Álisson. Festa, alegria e devoção. Sorte é habitar os presentes com vocês.

Também minha tese passeia pelo Recife-Jaboatão, onde enraizaram minha vó e meus tios queridos (metade acadêmicos, metade não), mas todos sempre à frente ou à retaguarda de tudo o que aventuro nestes pátios.

À amizade, certa como o verso de Hermínio Bello de Carvalho, que é zelo e casa. Pedro, Karina e Miyamoto, presença forte a léguas, um lar em Abya Yala do Norte e outro no Posto 9. Tunico, pelo *yachay tinkuy* semanal dos que foram e voltaram. Ao grupo de apoio para pós-humanos (pós-graduados, pós-graduandos e simpatizantes): pri, bruno, sofia, hilton, ivan, dedé, lila, júlio, cecília, poti, livinha. À silvinha, amiga-mãe. E jade (quem primeiro me convidou a palestrar sobre Bem Viver), mari, lila (também lou, mayna e eric) que comemoramos juntos cada passinho desse percurso. De vocês sempre o maior entusiasmo e as vontades de ver esta empreitada realizar-se.

À Thaly e família querida, que reinventaram comigo bons anos deste processo, nutrindo muita força em mim e nesta pesquisa desde o segundo *round* em Brasília, acompanhando os congressos e nas torcidas, da prorrogação à vida súbita.

Ao lucas pinto, meu cicerone ao chegar na Capital, parceirinho de esquina, cantigas e outras transcendências, a promessa de que já me desarmonizei tudo que tinha. E que daqui me aninho no fazer poema-canção.

Aos Bandilheiros (e o Roquen'derrou), Cavalvante, Dudu, Germano e a trupe toda. Da "existência em ruínas" às segundas de gozo e também porque nosso *front* é o tutano da luta, já que os malditos do Cocó ao Paranoó não suportam poesia.

Ao pessoal do Leituras Para o Bem Viver (*Buen Vivir Book Club*), Marina Colerato, Carol Costa, Caroline, Lia, Yago, Aline, Vivian, Lari Alves [que fez a ponte com o Gabriel Manteli] e a todos deste coletivo de gentes do Brasil todo, que muito me ensina, instiga e anima a luta criativa pela boa vida aqui e agora.

À rafinha, ao pão, ao caio e ao Concurso de Ideias para o Parque do Cocó (concó), que me deram o bilhete e o disfarce preu me embrenhar com os arquitetos daqui e toda essa gente linda que daí conheci e passei a levar comigo: mário, olívia, lia, yuka, isabelle, paulo, marina, ravs, breder, serginho. A locadora é 24h.

Aos amigos que o PPGFAU (e a representação discente) me presenteou, Lucas, Flávia, Paulo, Thaís, Léo, Sued, Gabriel, Ana Clara. Muito feliz de topar com cada um de vocês na cena *underground* da FAU e lembrarmos-nos que há luz subindo uns degraus.

Ao Diego, pelo trato digno e por devolver-me a paz sempre que as burocracias me atentavam. Ao Junior e ao pessoal da secretaria por todos os corres e caminhadas.

Ao Rômulo, pela confiança, pelo acolhimento e pela tranquilidade na condução de todas as etapas até aqui. Às minhas bancas, Fran, Saulo, Liza [por meio de quem pude receber a valiosa contribuição da Janaína Marx], e agora, também Ananda, Maria Silvia e Vânia. Aos professores Benny, Maria do Carmo, Otto, Fred e também aos professores e colegas do Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS (em especial, à Stéphanie pela amizade e oportunidade de pesquisa junto à Rede Clima; ao Drummond, pelo grande incentivo para que eu desenvolvesse minha escrita científica; e ao Osmar, cientista-poeta querido) pelas disposições de todos em enriquecerem e tornarem mais plural minha trajetória e, conseqüentemente, este trabalho.

Ao Felipe, pelo monitoramento dos meus sinais vitais e por me aguentar em elevado grau de rudeza sob o mesmo teto de caverna durante esse esticado *final lap*.

E à Marina, porque o cuidado é o próprio amor.  
Em nós, agora, o princípio das harmonias.

*muito grato!*

Pablo



## RESUMO

Dada a complexidade dos desafios de ordem global postos às sociedades a partir da desestruturação dos sistemas naturais de suporte à vida, as cidades – enquanto sistemas socioambientais dinâmicos – assumem um papel de protagonismo diante do imperativo de adaptação em sentido de uma modernização reflexiva. Em escala nacional, surgem, nas duas últimas décadas, acenos a uma transição cultural pautada na busca da prosperidade compartilhada, porém desatrelada ao crescimento econômico. Na América Latina, a proposição de maior força – o Bem Viver – resulta em uma alternativa ao desenvolvimento, partindo do respeito aos direitos da Natureza e da visão dos grupos e sujeitos historicamente excluídos do processo econômico convencional. Nesse contexto, as nações e governos pioneiros na promoção do chamado giro ecocêntrico seguem ainda tateando as maneiras de operacionalização desses princípios e mais distantes ainda deste debate e de suas problematizações estão as municipalidades e os seus ordenamentos. O desenvolvimento urbano, sobretudo para as cidades brasileiras, mantém-se praticamente intocado enquanto valor e fim da política urbana e dos sentidos de prosperidade coletiva nas cidades. Assim, sob a hipótese de que as cidades, caso desejassem, não saberiam não crescer nem disporiam de meios para garantir prosperidade sem expansão econômica, buscou-se prospectar caminhos de prosperidade e florescimento alternativos. O estudo teve por objetivo a transposição da noção de Bem Viver ao nível das cidades, aplicando-a como teste à consistência dos indicadores de prosperidade urbana no pós-desenvolvimento. Para tanto, analisamos três sistemas de indicadores de sustentabilidade e prosperidade urbana: o Guia GPS (Gestão Pública Sustentável, da Plataforma Cidades Sustentáveis); O sistema Cómo Vamos para as cidades colombianas; e o IPC (Índice de Prosperidade das Cidades), da ONU-HABITAT. Por fim, foram discutidas e sistematizadas as contribuições possíveis deste estudo prospectivo, apontando como resultado as dimensões de dignidade que se traduzem em sinais de boa vida urbana às gestões e à governança municipais.

**Palavras-chave:** sustentabilidade urbana, indicadores municipais, prosperidade sem crescimento, pós-desenvolvimento, transmodernidade, Bem Viver.



## RESUMEN

Dada la complejidad de los desafíos globales planteados a las sociedades por la degradación de los sistemas naturales de soporte de la vida, las ciudades, como sistemas socioambientales dinámicos, desempeñan un papel destacado frente al imperativo de la adaptación hacia la modernización reflexiva. A escala nacional, en las últimas dos décadas, ha habido un guiño a una transición cultural basada en la búsqueda de la prosperidad compartida, pero no relacionada con el crecimiento económico. En América Latina, la propuesta más fuerte, el buen vivir, resulta en una alternativa al desarrollo, basada en el respeto por los derechos de la naturaleza y la visión de grupos y sujetos históricamente excluidos del proceso económico convencional. En este contexto, las naciones y los gobiernos pioneros en la promoción del llamado giro ecocéntrico todavía están buscando a tientas las formas de operar estos principios y aún más lejos de este debate y sus problematizaciones están los municipios y sus políticas. El desarrollo urbano, especialmente para las ciudades brasileñas, permanece prácticamente intacto como valor y objetivo de la política urbana y los significados de la prosperidad colectiva en las ciudades. El objetivo del estudio fue trasladar la noción de Buen Vivir al nivel de las ciudades, aplicándola como una prueba de la consistencia de los indicadores de prosperidad urbana en el horizonte del post-desarrollo. Para ello, analizamos tres sistemas de indicadores de sostenibilidad y prosperidad urbana: la Guía GPS (Gestión Pública Sostenible, Plataforma de Ciudades Sostenibles), el sistema Cómo Vamos para las ciudades colombianas y el IPC (Índice de Prosperidad de las Ciudades) ONU-HABITAT. Finalmente, se discutieron y sistematizaron las posibles contribuciones de este estudio prospectivo, señalando como resultado las dimensiones de la dignidad que se traducen en signos de buena vida urbana para la gestión y la gobernanza municipales.

**Palabras clave:** sostenibilidad urbana, indicadores municipales, prosperidad sin crecimiento, post-desarrollo, transmodernidad, Buen Vivir urbano.

## ABSTRACT

Given the complexity of the global challenges facing societies from the disruption of life support systems, cities as dynamic socio-environmental systems play a leading role in the face of the imperative of adaptation in the direction of a reflexive modernization. At the national level, in the last two decades, there has been a cultural transition guided by the pursuit of shared prosperity, but not related to economic growth. In Latin America, el Buen Vivir, the proposition of greater strength results in an alternative to development, starting from the respect for the rights of Nature and from the vision of groups and subjects historically excluded by the conventional economic process. In this context, the pioneering nations and governments in promoting the so-called ecocentric shift are touting the ways of operationalizing these principles and still further from this debate and their problematizations are the municipalities. Urban development, especially for Brazilian cities, remains practically untouched as a value and aim of urban policy and the meanings of collective prosperity in cities. Thus, under the assumption that cities, if they wished, would not know not to grow and would not have the means to secure prosperity without economic expansion, we sought to explore alternative paths of prosperity and flourishing. The objective of the study was to transpose the notion of Buen Vivir to the level of cities, applying it as a test to the consistency of indicators of urban prosperity in the post-development horizon. In order to do so, we have analyzed three systems of indicators of sustainability and urban prosperity: the GPS Guide (Sustainable Public Management, from Sustainable Cities Platform), The Cómo Vamos system for Colombian cities, and the CPI (City Prosperity Index), from UN-HABITAT. Finally, the possible contributions of this prospective study were discussed and systematized, pointing as a result the dimensions of dignity, signs of good urban life for municipal management and governance.

**Keywords:** Urban sustainability, municipal indicators, prosperity without growth, post-development, trans-modernity, urban Buen Vivir.



## NOTA DE ABERTURA

Esta é uma Tese de natureza prospectiva, porque apoia-se em estudos de diferentes tradições de pesquisa, buscando produzir uma contribuição reflexiva sobre os passados recentes e sobre os futuros sombreados pelas tônicas vivenciadas nos tempos presentes. Tratamos, portanto, científica, artística e filosoficamente de questões que não se encontram nas agendas urbanas ou na ordem do dia da política urbana global. A fim de viabilizar e dimensionar adequadamente os esforços de pesquisa demandados por nossa proposta de Tese, optamos por estruturá-la em formato de artigos. Projetamos sua escrita de maneira que a segmentação dos capítulos desse conta de responder a perguntas parcelares, cujas contribuições possam atender ao objetivo geral lançado pela pergunta de partida: **por que a busca pelo desenvolvimento urbano não entrega cidades dignas às pessoas e à Natureza nos países do Sul?** Assim, procuramos conhecer nosso tema acessando-o por três frentes de investigação distintas, autônomas e complementares. No primeiro capítulo, nos perguntamos se os cidadãos e suas cidades dispõem, caso desejem, de meios e conhecimentos para prosperarem coletivamente sem que dependam do crescimento. No segundo capítulo, procuramos submeter a Nova Agenda Urbana da ONU-HABITAT ao escrutínio da crítica ao Desenvolvimento enquanto representação de um progressismo urbano universal e de sentidos consensuais de futuros desejáveis e convergentes para as diferentes cidades. E, no terceiro capítulo, por fim, analisamos três relevantes sistemas de indicadores de prosperidade urbana à luz do debate sobre pós-desenvolvimento urbano e de sua expressão latino-americana mais proeminente: o Bem Viver urbano. Ao final, propusemos, com base nos pontos discutidos de cada sistema, quatro dimensões desenhadas com fins à recuperação das dignidades já globalmente comprometidas em termos políticos, econômicos, ambientais e sociais. As seções de apresentação e conclusão, assim como as notas e o prólogo, cumprem um papel de orientação do leitor e de amarração necessária, dada a complexidade do tema, nossa escolha sobre como abordá-lo e a opção feita pelo formato de artigos.



## APRESENTAÇÃO

"PELO JORNAL, O MUNDO SE ACABOU."  
Fausto Nilo e Geraldo Azevedo, LETRAS NEGRAS

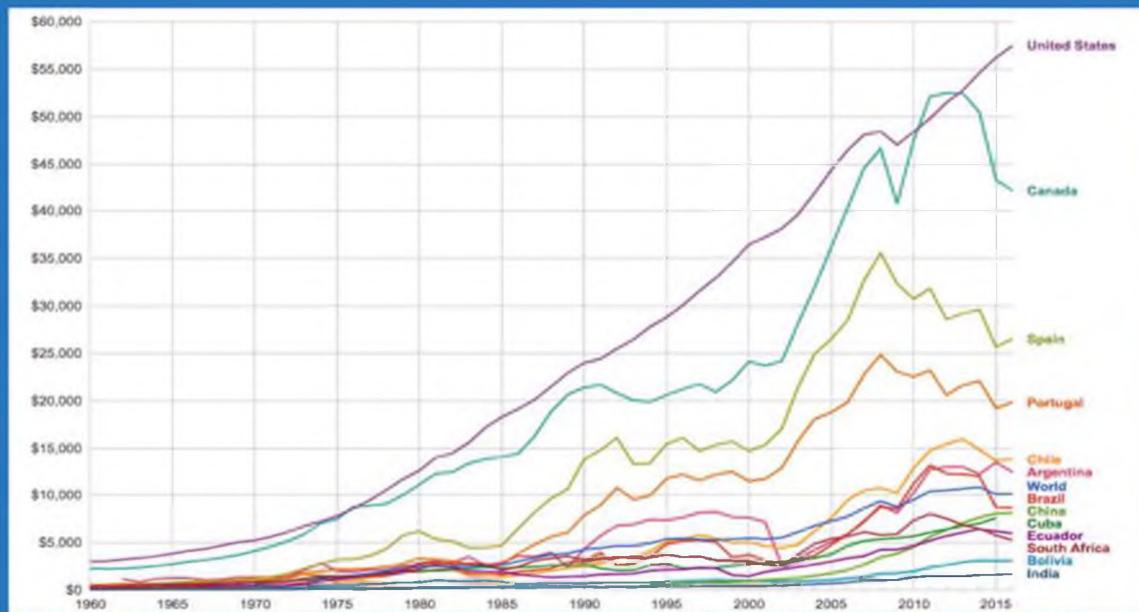
### Crescimentos e desenvolvimentos

O que significa para o brasileiro ser ou ter feito parte do bloco de países que compõem os BRICS<sup>1</sup>? Que lugar de relevância pode pleitear, na vida deste cidadão, a informação de que seu País revelou-se uma potência (Ito et al., 1999), ocupando no início desta década a sexta posição no ranking mundial de desempenho econômico? Exercício semelhante poderia ser feito para os anos seguintes, em que se observa um arrefecimento do ritmo de crescimento econômico nacional e tornamos, então, a perder posições (IMF, 2017). Em que impactam os ciclos de crescimento e retração econômica? Quando, de que maneira, e em quem desaguam?

Acontece que a qualidade de mercados emergentes, atribuída às economias BRICS, não guarda correspondência direta com as condições de vida nesses países. No mesmo período em que atingíamos o pico histórico na escala comparativa entre o crescimento dos Produtos Internos Brutos (PIBs) nacionais, em 2011, o Brasil ocupava a 85ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No mais recente Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (Jahan, 2017), o Brasil sobe alguns degraus, aparecendo na 79ª posição do ranking, enquanto recua à nona posição na estimativa de produtividade entre países.

Perguntas de partida devem ser feitas diante de tamanha discrepância. Afinal, o que indicam os indicadores? Por que motivo escolaridade, longevidade (ou mesmo renda per capita), em nosso caso, teimam em não acompanhar o ritmo de expansão econômica? O que há de tão determinante nas taxas anuais de crescimento do PIB (FIGURA A1), que as tornaram a pedra de toque da saúde nas economias? E, por que seguimos comparando e organizando realidades em pódios ordenados como não houvesse nem passados diversos nem futuros abertos?

<sup>1</sup> Coalizão para a governança econômica internacional formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O termo foi proposto em 2001 pelo economista chefe do grupo Goldman Sachs em observação aos padrões de crescimento acelerado compartilhado por essas economias emergentes (Fernandes & Cardoso, 2015).



**FIGURA A1** Evolução comparativa do PIB per capita (U\$) entre as nações. Destaque para a concentração dos BRICS e dos países da América Latina no estrato inferior do gráfico.

Fonte: Google Public Data Explorer · World Development Indicators (World Bank data, 2017).

## Nosso futuro incomum

O desacordo de interesses e objetivos entre mercados e sociedades é um capítulo da história do mundo ocidental que antecede em muito a emergência desta noção moderna de desenvolvimento a que temos nos referido<sup>2</sup>. Tal como hoje se discute as possibilidades deste padrão hegemônico de economia de mercados autorreguláveis vir a ser suplantado por processos e decisões que tenham prioritariamente em conta as pessoas (Sen & Kliksberg, 2010), o desenvolvimento, enquanto pacote de medidas voltado à aceleração da modernização de economias tidas como atrasadas, custou a incorporar adjetivos e dimensões alheios à pura materialidade econômica.

Desenvolvimento fora, portanto, o nome que o presidente estadunidense Harry Truman encontrou no pós-Segunda Guerra, em seu Discurso sobre o Estado da União de janeiro de 1949, para referir-se à missão dos países desenvolvidos para com os povos subdesenvolvidos (Escobar, 2012, p.3). Daquela ano, então, até o marco da concepção do IDH em 1990, podemos dizer que “desenvolvimento” comportou muitos sentidos, mas, de maneira prática, traduzia-se e significava apenas desenvolvimento econômico.

<sup>2</sup> Conforme Polanyi (2012), os mercados vinham ganhando importância desde o século 16, passando a tornar-se a principal preocupação dos governos. Uma inflexão ocorre nesse percurso histórico quando surgem no século 19 os mercados autorreguláveis.

A segunda metade do século 20, no entanto, abrigou outras narrativas simultâneas e decisivas para a formulação deste trabalho e do recorte de pesquisa pretendido. Tem início nesse momento a emergência da questão ambiental global a partir dos sucessivos relatos, alertas, estudos e denúncias acerca dos impactos naturais e sociais da modernidade (Giddens, 1991). Em meio à cascata de tragédias provocadas, aceleradas ou impulsionadas pela ação humana é que vem à tona uma ponderação sobre os rumos civilizatórios da humanidade e dos padrões de progresso perseguidos. O **bem-estar**, como valor último e fim do processo de desenvolvimento econômico, parece conter uma ambiguidade intrínseca e inalienável. E o seu outro lado da moeda é o **risco** (Beck, 2011).

No percurso tortuoso de mediação, minimização, rejeição e aceitação dos riscos da modernidade, há marcos e conquistas dignos de destaque. À reboque das conferências internacionais sobre meio ambiente, aos poucos, fomos dando conta da magnitude desta questão civilizatória, da complexidade e também da urgência quanto à mudança coletiva de rumos. De **desenvolvimento humano** e **meio ambiente**, como questões justapostas, passamos a tratá-las por desenvolvimento sustentável ou, mais recentemente, simplesmente, por **sustentabilidade**. Há motivos para o termo “desenvolvimento” ter sido escanteado desse debate ao longo dos anos. Entre outras razões, porque, após décadas de esforços de deslocamentos conceituais e adjetivações quase paradoxais (Daly, 2004), os desenvolvimentos, em suas muitas conformações, ainda operam no pragmatismo dos sistemas políticos e decisórios como sinônimos de crescimento econômico.

## Cidades e rupturas

Às cidades tem sido exaustivamente atribuída uma centralidade histórica justificada principalmente pelas maiorias urbanas. A inversão inédita da relação entre população mundial urbana e rural marcaria, portanto, a irrupção de uma sociedade global majoritariamente urbana. Reflexo tanto de movimentos de migração em massa no passado, quanto do crescimento vegetativo e das mudanças de uso da terra (**urbanização irreflexiva**), a herança malthusiana ainda presente na angústia dos ambientalistas contemporâneos não nos permite esquecer que as previsões numéricas e as taxas de crescimento por si dizem muito pouco.

Outro indicativo de centralidade seria o dinamismo econômico e o papel dos centros urbanos no que diz respeito à facilitação da articulação entre atores e instituições movidos pela reprodução de capitais. De fato, um dos momentos relatados como mais promissores dentre os muitos eventos e en-

contros ocorridos durante a **Rio +20** refere-se ao **C40**: um coletivo formado por grandes cidades cujos gestores manifestaram interesse e compromisso em liderarem ações em resposta às mudanças climáticas (MCs). Diante da letargia dos governos federais nesse quesito, é possível que uma articulação direta entre os centros urbanos dinâmicos (exemplos típicos de **metabolismos lineares** e especializados em funções de consumo), por meio da mobilização desses capitais, consiga dar respostas mais eficazes às ameaças em curso (**Schlossberg, 2016**). Em última análise, os riscos engendrados pelas MCs ameaçam a prosperidade nessas cidades e as condições de reprodução de seus habitantes nelas (**C40 Cities, 2012**).

O papel estratégico das cidades na busca civilizatória por futuros mais promissores não decorre propriamente das taxas concentradas de crescimento demográfico e econômico ou da renovação dos potenciais atrativos que mantém em tantas regiões o sucesso do apelo para a vida urbana. Há que compreender esta centralidade histórica como resultado das qualidades que definem o fenômeno urbano: movimento, encontro, mudança e velocidade. É nas cidades que assentam as utopias. E também nelas, na proximidade e na sobreposição de elementos reativos que ocorrem, a tempo humano, as catálises, as quebras e rupturas culturais necessárias. Em meio a tanta disfunção e desarranjo, equivalentes manifestações de inovação e criatividade (**Lefebvre, 1999**).

O cidadão, porém, conheceu ou ouviu falar em qualidade de vida pelo consumo e trabalha diariamente, então, para garantir os itens da cesta de bem-estar. Quem, nessas circunstâncias, haveria de se insurgir contra o conforto? Não custa lembrar que a cidade, como direito, não é entregue a todos (**Holston, 2013; Maricato, 2013; Harvey, 2014**). A estratégia de aproveitamento social dos ciclos de crescimento, com distribuição de renda e ampliação de direitos encontra limites tanto na reação conservadora (interessada na manutenção do status quo), quanto na base material de recursos disponíveis à expansão econômica. A crise política-econômica instaurada desde 2013 e os abalos sucessivos sobre as frágeis instituições democráticas brasileiras, que culminaram no impeachment da presidente eleita, precisam ainda ser depurados e melhor compreendidos, mas já trazem elementos suficientemente fortes e dignos de consideração (**Singer 2016; Pinto, 2016**).

## Brasil pós-desenvolvimento

Em 1974, Celso Furtado publicou “O mito do desenvolvimento econômico” (**Furtado, 1974**), em reação ao primeiro relatório para o Clube de Roma, documento emblemático, intitulado “Limites do crescimento” (**Meadows et al., 1972**),



de autoria do grupo de pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). À época, o economista cepalino reuniu elementos para refutar a hipótese de aplicação das previsões realizadas pela equipe do MIT quando considerada a realidade das economias periféricas. De fato, ainda hoje, são pouquíssimos os países que logram reproduzir ou aproximar-se do padrão de consumo norte-americano usado como base para as projeções de consumo e exaustão de recursos.

Os pensadores filiados à CEPAL<sup>3</sup>, em geral, foram precisos em muitas análises, contribuindo para a instrumentalização teórica e analítica que serviu de base para a formulação de políticas econômicas mais favoráveis à soberania econômica da América Latina e do Caribe que aquelas formulados pelos países do Norte. No entanto, mesmo com todo o esforço no sentido crítico das análises e proposições, os cepalinos não foram capazes de reconhecer e isolar o inescapável elemento imperialista contido na teoria do desenvolvimento econômico. Apesar do aceno do título da obra mencionada de Furtado, ao assumir o subdesenvolvimento como condição ou estágio a ser superado pela economias periféricas – e não produto ou espelho das relações estabelecidas com as economias desenvolvidas –, os caminhos de prosperidade para nós tornaram-se demasiado estreitos (Escobar, 2012).

Algo de novo no fronte viria a acontecer durante o ascenso dos governos de esquerda na América Latina. No Brasil, o governo Lula (2003-2010) garantiu, com alguma continuidade na primeira gestão Dilma (2011-2014), um considerável avanço no quadro social do país. Com campanhas financiados por grandes grupos de investidores, os dois presidentes eleitos do Partido dos Trabalhadores (PT) puseram em prática um projeto de desenvolvimento nacional baseado na aceleração do crescimento econômico, associada à distribuição de renda. De 2003 a 2008, este neodesenvolvimentismo brasileiro logrou êxito em garantir um intervalo considerável de atendimento a interesses de um espectro amplo de classes e setores da sociedade. No entanto, quando vem à tona a crise do mercado financeiro, o modelo de inclusão social pelo consumo sofre o primeiro baque, dando sinais mais fortes de esgotamento entre 2012 e 2014. A queda vertiginosa no comportamento de consumo, observada desse ano em diante (FIGURA A2), é explicada pela política de austeridade fiscal então implementada (Rossi et al., 2017).

No campo da sustentabilidade (Nascimento, 2012), é possível mapear atores e discursos segundo tendências e desempenhos relativos a questões so-

<sup>3</sup> Desde 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) contribui para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha. É uma das cinco comissões regionais da ONU, funcionando como um centro de excelência de altos estudos dedicado à promoção de políticas para o desenvolvimento de sua região.

cioeconômico-distributivas e a questões ambientais (Hopwood et al., 2005). De maneira geral, os governos PT, até então, posicionaram-se nesse campo como socialistas cornucopianos. A cornucópia, na mitologia greco-romana, representa o símbolo da abundância e, dessa forma, o socialismo que daí decorre, em oposição à escola ecossocialista, não faz grandes ponderações sobre as capacidades de suporte dos ecossistemas, tampouco percebe o sistema econômico como subsistema do sistema Terra (Daly, 1990).

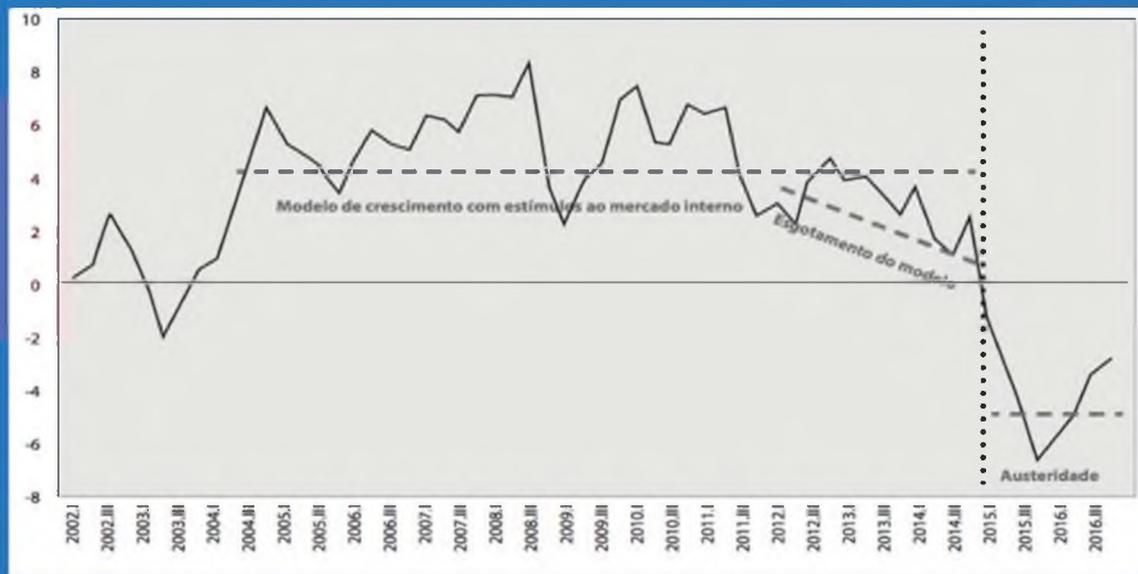


FIGURA A2 Consumo das famílias (variação trimestral - %).

Fonte: IBGE (Rossi e Mello, 2017).

Enquanto fomos BRICS e mantivemos elevadas as taxas de crescimento, havia condições mais favoráveis para a pactuação de um projeto de nação comum a atores conflitantes (FIGURA A3). Pois quando há expansão, há quinhões em potencial para todos. Em tempos de recessão, pelo contrário, é preciso fazer escolhas e desagradar algum dos lados. Desde que o modelo de desenvolvimento aqui empreendido começou a desandar em 2008, um pacote de medidas de estímulo ao consumo foi posto em ação. E, apesar de elogiado e vendido mundo afora como case de sucesso, essa estratégia retardou a retração dos mercados apostando na intensificação de cadeias produtivas de peso: grandes empregadores, produtores de bens com alto valor agregado, que, porém coincidiam com setores típicos de empreendimentos enclaves.

Ainda assim, Roitman & Sicsú (2009) estimam que a desoneração setorial de impostos para eletrodomésticos da linha branca, dos bens de capital e dos automóveis teve um impacto positivo sobre as vendas, a produção e o emprego, sendo a perda de arrecadação compensada em boa medida por recolhimento em outros tributos. Na prática, o governo federal recorreu a atalhos, tendo em vista a obtenção de resultados rápidos. Negligenciou-se

as implicações objetivas de um estreitamento da dependência de relações econômicas historicamente marcadas por vícios ou do estímulo ao consumo de bens duráveis cuja demanda se mantém renovada por obsolescência aparente e programada.

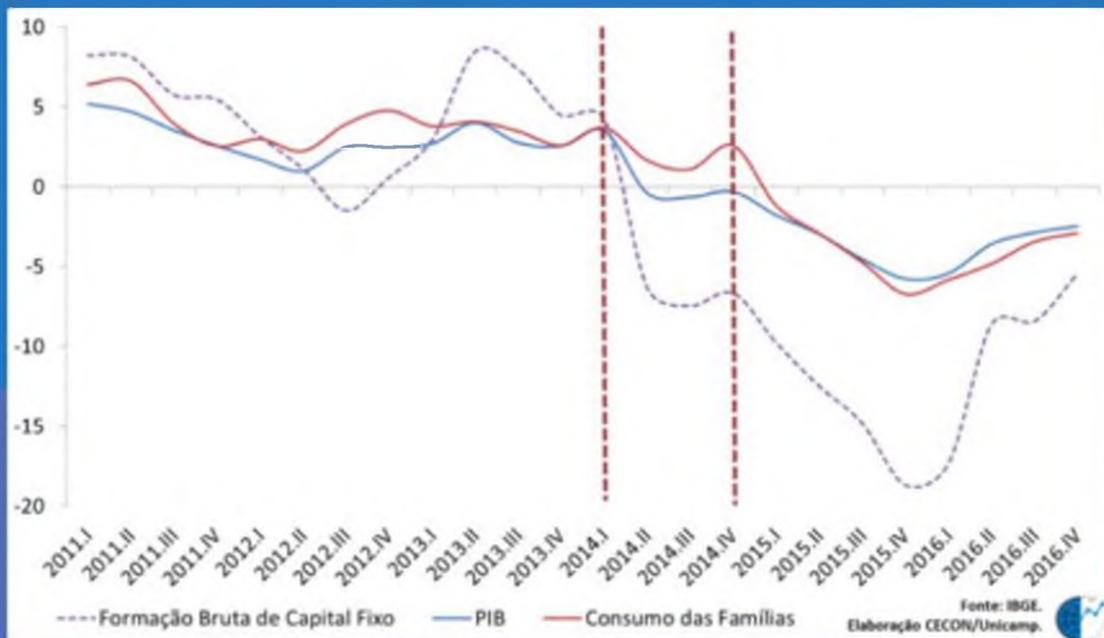


FIGURA A3 Variação do PIB, da Formação Bruta de Capital Fixo e do consumo das famílias (%).

Fonte: IBGE (Rossi e Mello, 2017).

## Crise urbana

Dada a fragilidade das condições objetivas que permitiram a ascensão e manutenção no poder de um partido forjado da luta trabalhista, e após sua base de governo ter perdido o timing de uma ampla reforma política, era de se esperar que, ao primeiro sinal do ocaso dessa era, o pacto pela governabilidade se desfizesse. Foi assim que, em 2013, por ocasião de um aumento injustificado no preço das passagens na cidade São Paulo, irradiaram-se por todo o país manifestações massivas (Judensnaider, 2013). Os manifestantes insurgiram-se em solidariedade à violência sofrida pelos manifestantes paulistas e em resistência ao autoritarismo das forças repressivas estatais, à falta de transparência na gestão dos repasses a prestadores de serviços públicos, à precariedade do transporte e, de maneira geral, ao tratamento indigno dispensado ao cidadão brasileiro por parte dos gestores públicos em todas as esferas. Nesse mesmo momento, as cidades-sede da Copa do Mundo recebiam a Copa das Confederações e, a cada jogo, registrava-se adesões massivas a manifestações contrárias à Copa, que se repetiram até o ano seguinte quando da realização de fato do megaevento (De Melo Romão, 2014).

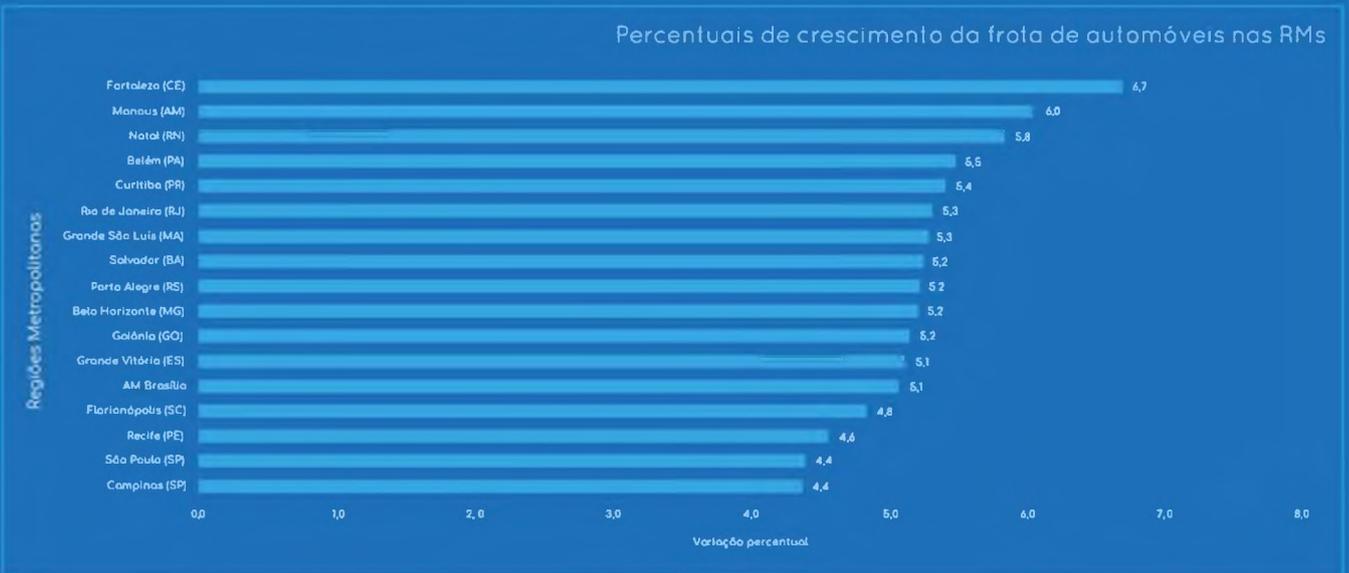
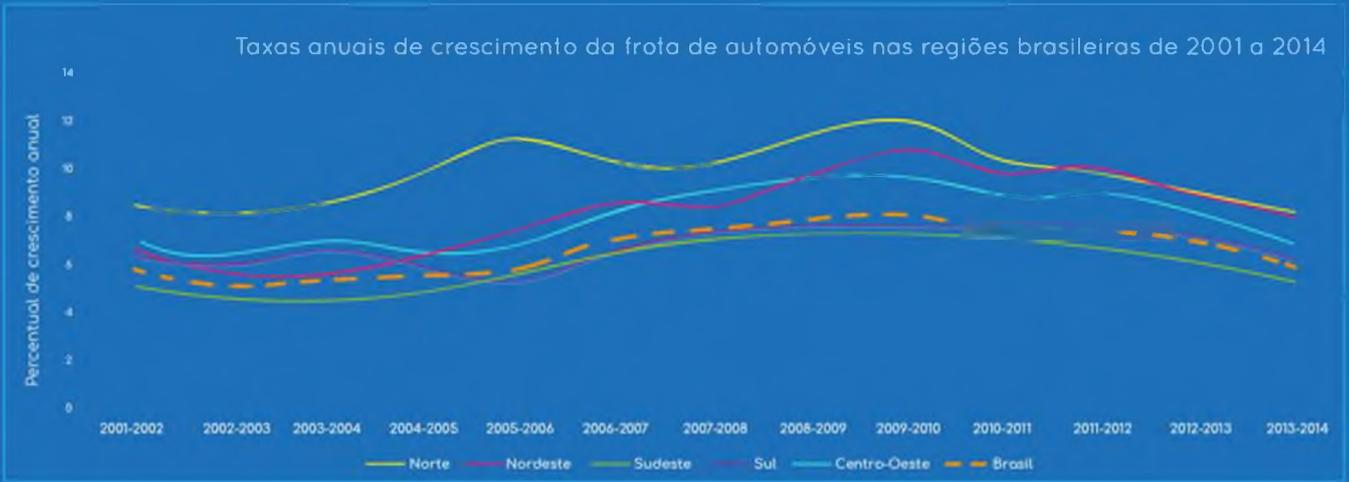
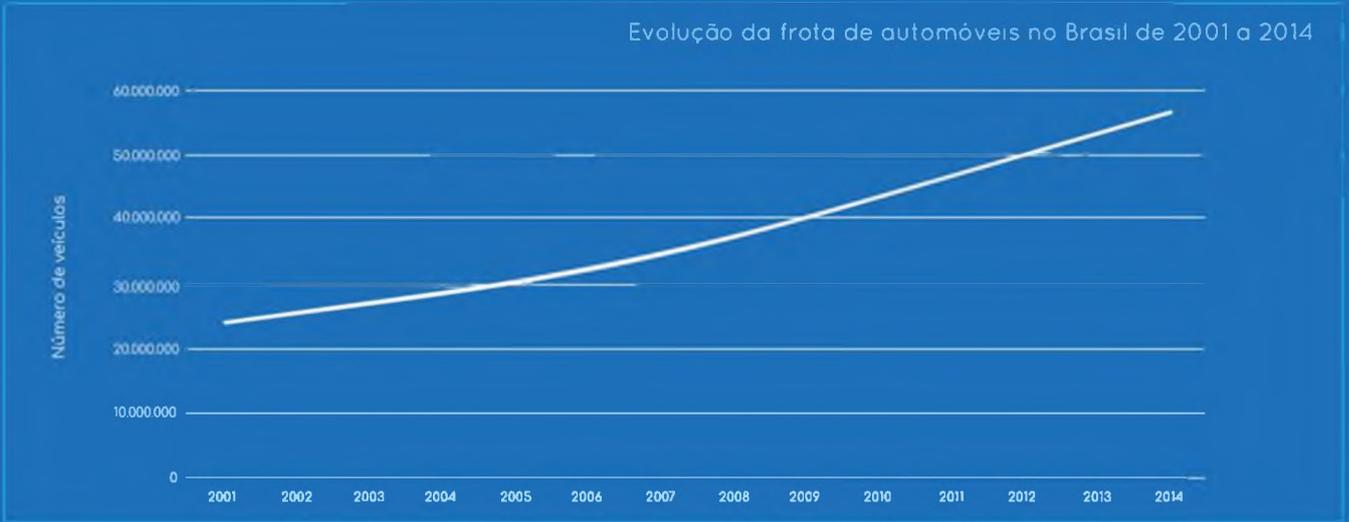


Diante do afloramento generalizado de insatisfações e da intensificação da pressão popular, do esgotamento do modelo desenvolvimentista e das estratégias traçadas para a mitigação dos efeitos da crise global do mercado financeiro sobre a economia nacional, começa a ganhar contorno mais definido os aspectos de uma crise política. Como uma das soluções centrais para o alívio da crise financeira havia sido a aposta no setor automobilístico, em 2008 o governo federal anunciou a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para carros populares e sob a promessa de que as montadoras repassassem o desconto para o consumidor final. Se, entre 2001 e 2014, o Brasil experienciou um incremento de 32,3 milhões na frota de automóveis, 2009 foi o ano de crescimento mais proeminente (taxa de 8,1 %). Aqui vale um destaque para as taxas observadas na Região Nordeste, de 12,1 % nesse ano (FIGURA A4).

Mesmo se considerarmos a coerência dessas ações com o modelo de desenvolvimento (de inclusão pelo consumo) – e como a aquisição de um primeiro carro pode significar, da perspectiva do indivíduo e em certas circunstâncias, garantia de direito à mobilidade ou, simplesmente, um mecanismo de ingresso a círculos antes restritivos –, as contradições, externas ao modelo, sedimentam-se no momento seguinte à implementação das tais estratégias.

No primeiro discurso presidencial em que Dilma Rousseff pôs-se a interpretar os clamores das manifestações populares (Planalto, 2013), sua fala demarcou as seguintes questões: o brasileiro demanda serviços públicos de **mais qualidade**. O cidadão anseia por escolas de qualidade, por atendimento de saúde de qualidade, por transporte público melhor e a preço justo, além de mais segurança. Dilma aproveita a deixa para frisar o “mais” após a lista de demandas. O advérbio indica repetição, maior grau ou quantidade e, nesse contexto, soa um tanto profético quanto ao foco que seria dado à sua campanha para a reeleição em 2014: “Dilma **Muda Mais**” (Lopes, 2016). É sempre oportuno para um candidato a cargo representativo que haja alguma indefinição delimitando o significado das promessas lançadas. O “mais” é essencialmente quantitativo, mas aliado à “qualidade”, no primeiro discurso, e ao “muda”, da campanha eleitoral, podemos perceber quão tênue é a diferenciação no campo político entre crescimento e desenvolvimento, reprodução e mudança.

Tais diferenciações são, no entanto, não apenas salutares, mas necessárias para que possamos atualizar o debate público (civil-político) brasileiro e a apresentá-lo às questões civilizatórias antes referidas. Se pode haver algo de positivo no “grande acordo nacional” orquestrado para depor a presidenta eleita (Filho, 2017), trata-se da antecipação do fechamento do



## Frota do Nordeste cresce em ritmo 45% maior que a média nacional e engarrafa capitais

Carlos Madeira  
Especial para o UOL Notícias  
Em Macalé

### Frota das capitais

Fortaleza	609.312
Salvador	588.148
Recife	427.061
Natal	241.619
Teresina	227.518
São Luís	201.702
João Pessoa	191.769
Aracaju	175.321
Macalé	174.735

FIGURA A4 Dados e notícia sobre aumento da frota veicular no Brasil, regiões e RMs.

Fontes: Denatran (Rodrigues, 2015); Madeira (2009).

ciclo neodesenvolvimentista brasileiro. Não podemos dizê-lo precoce, porque o subsídio de crescimento econômico nacional, sine qua non para este projeto, já vinha minguando desde 2008. Os ajustes necessários, como no exemplo da mobilidade urbana, demandariam escolhas e rupturas para as quais a coalizão de atores e o modo de fazer política interfederativa até então praticados não poderiam dar resposta satisfatória sem comprometer o governismo e a sua própria permanência.

Encerra-se, portanto, até segunda ordem, as condições objetivas de reprodução do modelo de desenvolvimento ou de implementação das suas variantes. Inclusive, porque a sucessão direta, após o impeachment, representa a antítese de qualquer arremedo vago que se tente sobre os sentidos de mudança contidos no termo desenvolvimento. Tem sido, não apenas a impudente manutenção do status quo, mas, sempre que possível, também o retrocesso em matéria socioambiental.

## Bem Viver urbano

Paralelo ao panorama relatado, ocorria na vizinhança intracontinental a formulação moderna de uma promissora alternativa ao desenvolvimento, porém, vinda dos povos andinos e amazônicos. **Sumak kawsay**, na língua kichwa, **suma qamaña**, em aymara, ou **nhandereko**, em guarani, são termos que fazem referência, em cada cultura, à vida em sua melhor expressão: bela, bonita, excelente, preciosa. Os movimentos populares desenvolveram a partir da cosmovisão dos mundos indígena equatoriano e boliviano a base dos conceitos de *Buen Vivir* (no Equador) e *Vivir Bien* (na Bolívia), que poderiam ser traduzidos para o português como “bom viver” (Breda, 2016). **Bem Viver**, no entanto, tem sido a expressão mais difundida no Brasil e a ela iremos também aderir.

O debate sobre **Bem Viver** suscitou questionamentos profundos nesses países, que resultaram em propostas de transformação de ordem civilizatória. No Equador, em 2008, e na Bolívia, no ano seguinte, tais propostas foram incorporadas em seus processos de reforma constitucionais. A promulgação desses marcos tem sido relatada como uma revolução paradigmática no Direito. Ao positivarem a constitucionalização dos direitos da Natureza e da cultura do **Bem Viver**, essas sociedades sustentaram o que tem sido referido como giro ecocêntrico no constitucionalismo latino-americano (Moraes, 2013). É importante dizer que a confecção de artigos constitucionais não se traduz em garantia de mudança nas sociedades (Acosta, 2016). Porém, deve-se reconhecer a força simbólica e o potencial histórico de transformação desses textos e das circunstâncias em que puderam vir à promulgação.

Na Europa, de forma mais expressiva, mas também em outros países e cidades do Norte (Nevens, 2013; Kenworthy, 2016), existem muitos acenos a uma cultura pós-capitalista ou a experiências práticas de transição das formas de vida atuais em direção à sustentabilidade. Na França, tem ganhado força a propaganda a favor do **decrescimento sereno** (Latouche, 2009) e, da Inglaterra, surgem as primeiras contribuições sistemáticas sobre as possibilidades de uma **prosperidade sem crescimento** (Jackson, 2009). Os choques sobre a política de bem-estar social decorrentes da instabilidade provocada pela crise financeira global não abriram espaço apenas para as políticas de austeridade, mas também iluminaram as teses mais antigas sobre a falência do crescimento enquanto fim e meio (Woodward et al., 2006; Piketty, 2014).

Nenhuma dessas correntes pós-desenvolvimentistas, no entanto, comporta a radicalidade dos elementos constitutivos do **Bem Viver**. Em um passado não tão remoto, o Brasil ficou marcado no cenário internacional por defender, na Conferência de Estocolmo (1972), o direito dos países subdesenvolvidos de também consumirem e degradarem sua base material de recursos ecossistêmicos:

Um diplomata brasileiro de ideias progressistas, mas que interpretara errado o meio ambiente como algo que seria simplesmente uma pedra jogada no caminho da industrialização dos países do Sul, nos disse, num momento de discussão livre, “que todas as indústrias poluentes vão para o Brasil, temos espaço suficiente para isso, e no dia em que formos tão ricos como o Japão nos preocuparemos com o meio ambiente”. (Sachs, 2009, p.231)

No plano das estimativas dos danos à Natureza no Antropoceno, houve também uma mudança digna de destaque. De **limites** do crescimento, no primeiro relatório para o Clube de Roma (já mencionado), passamos, desde 2009, a nos referir a **fronteiras** planetárias (Rockström et al., 2009; Scheffer et al., 2015). A diferença de tratamento decorre da ideia de que os limites funcionariam como tetos intransponíveis, enquanto as fronteiras representariam melhor o que de fato tem se processado. Algumas dessas raias já foram ultrapassadas e resta a nós lidarmos com as consequências da degradação sistêmica. Para exemplificar, no campo de debate sobre MCs (umas das quatro fronteiras forçadas), passou-se a dar mais ênfase às medidas de adaptação que às de mitigação dos efeitos.

É, portanto, ainda que oportuno, espantoso que o **Bem Viver** aflore da periferia de um Mundo injusto e solapado em suas capacidades de suporte à vida. À margem da periferia civilizatória, os povos indígenas sugerem a ampliação temporal e semântica da noção de **qualidade de vida** pela supe-



ração da estreiteza fugaz do bem-estar. Os gritos dos excluídos, em todos os espaços de acúmulo diferencial da riqueza, convidam-nos a ponderar sobre os **sentidos finalísticos** das nossas ações, projetos e planos. Crescer e desenvolver são meios para se alcançar o quê? Resiste, por fim, esta questão inescapável a todos os indicadores: qual o valor por trás da meta? Qual a finalidade?

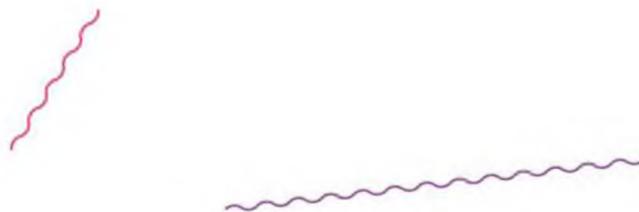
O pressuposto aqui é de que a materialidade desta disputa civilizatória tem como palco privilegiado as cidades. Contudo, quanto mais imediatas as demandas cotidianas, maiores os obstáculos à articulação da tomada de decisão em coerência com objetivos de médio e longo prazo. A política urbana brasileira vigente sustenta-se em dois artigos da Constituição Cidadã (1988). Ela estabelece bem-estar e desenvolvimento como valores supremos da sociedade. Dessa forma, os artigos 182 e 183 e o Estatuto da Cidade (2001), que os regulamenta, trazem expressos os sentidos do bem-estar e do **desenvolvimento urbano**. Ainda que o Estatuto, influenciado pela Rio 92, faça referência às cidades sustentáveis (Art. 2º, inciso I) e à sustentabilidade ambiental (Art. 2º, inciso VIII), é patente no texto a compreensão do legislador de que o desenvolvimento urbano representa um valor e um fim para as cidades brasileiras, considerando, inclusive a compatibilização entre expansão urbana e sustentabilidade.

Feito este preâmbulo (**FIGURA A5**), vale por fim ressaltar que, da perspectiva do **Bem Viver**, o desenvolvimento não se torna um instituto non grato. Considerando que não se está propondo uma alternativa de desenvolvimento, mas uma alternativa ao desenvolvimento, a operação político-ideológica realizada consiste no deslocamento hierárquico do termo e de suas aplicações. Uma vez compreendida a impossibilidade de autodeterminação do conceito de desenvolvimento, aproximamo-nos de um outro cenário, em que **regimes de desenvolvimento** podem ser conduzidos endereçados a problemas específicos e objetivando o alcance de finalidades específicas.

Em um primeiro momento, pode-se pensar que, na prática, as ações de desenvolvimento urbano já sejam operacionalizadas dessa exata forma, ao fazerem referência às demandas por habitação, saneamento ou transporte. Porém, a diferença substancial consiste em admitir que nenhum desses aspectos pode ser trabalhado em separado, pois todos eles concorrem para a boa vida do cidadão. Se empreendermos um giro ecocêntrico na política habitacional brasileira, a título de exemplo, não poderemos mais seguir com a construção de habitação de interesse social nem onde não há cidade nem em áreas de proteção permanente (**Rolnik et al., 2010; Gondim, 2012**). Pode também parecer que a integração das políticas setoriais atual-

mente em curso torne tal exercício cognitivo desnecessário. No entanto, estas mudanças são convergentes e, muitas vezes, decorrentes de debates mais amplos sobre sustentabilidade. Um exemplo seria o longo processo legislativo que possibilitou a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que garante o envolvimento das associações de catadores e orienta a elaboração dos planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, articulados aos planos de saneamento básico e aos programas e ações de educação ambiental.

Em última instância, as expressões possíveis de um **Bem Viver urbano** em substituição ao vácuo finalístico dos objetivos de desenvolvimento urbano, ampliam também o leque de sujeitos legítimos, aptos e dignos, à entrega do direito à cidade. Os processos de segregação socioespacial restringem acessos em diversos níveis àqueles que não se veem representados pelo sujeito-tipo a que as boas práticas de planejamento e projeto urbano buscam atender. A boa vida, por outro lado, inaugura um sentido de prosperidade mais diverso, que nos permite tratar a hegemonia das funções de consumo e discutir a gestação de cidades para mulheres, crianças, negros, pobres, LGBTIs, pedestres, animais, plantas, rios<sup>4</sup> e toda sorte de sujeitos historicamente apartados da produção urbana e da construção social do sentido de prosperidade a ser perseguido nas cidades.



<sup>4</sup> No dia 5 de novembro desse ano, em decorrência do maior desastre ambiental já registrado envolvendo barragens de rejeitos, o Rio Doce move uma ação judicial contra o governo federal e o governo de Minas Gerais, exigindo um Plano de Prevenção a Desastres para proteger a população assentada sobre sua bacia. Esta ação inédita no país, introduz o Rio como sujeito de direitos e uma quebra na visão recursista da Natureza, iniciando, portanto, o giro ecocêntrico no Direito Brasileiro (Lopes, 2017).

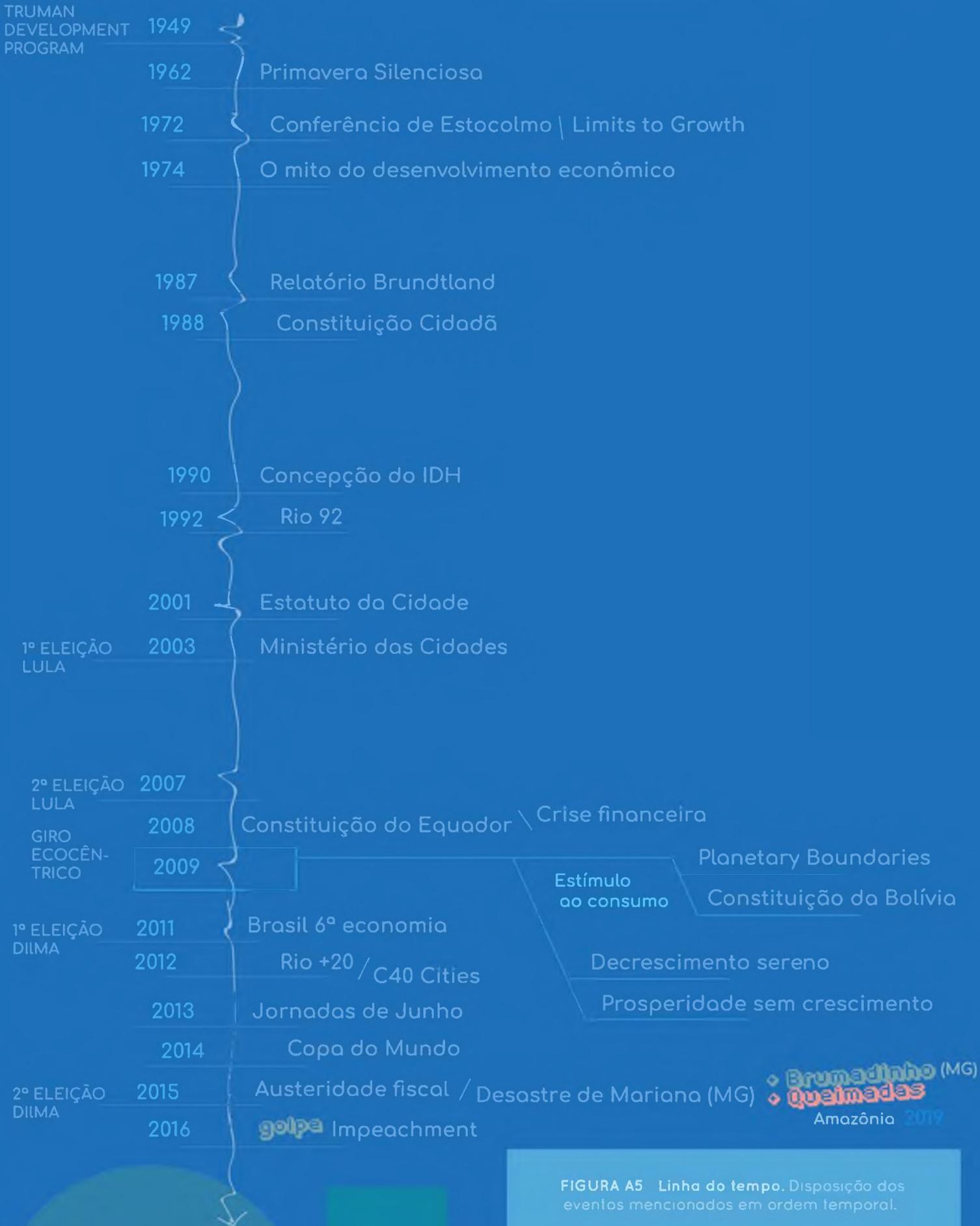


FIGURA A5 Linha do tempo. Disposição dos eventos mencionados em ordem temporal.

Fonte: Elaboração própria.



## Relevância acadêmica

Em decorrência da apresentação relativamente recente das noções de **Bem Viver** ao imaginário ocidental e também por conta do deslocamento de nível de aplicação dos conceitos aqui realizado, esta **pesquisa prospectiva** sobre contribuições possíveis do **Bem Viver** à política, à gestão e ao planejamento urbanos goza de benefícios quanto às condições de ineditismo.

Ainda assim, segue salutar o exercício de pôr à prova a originalidade deste projeto quando confrontado ao campo interdisciplinar do **planejamento urbano e regional** e à tradição de debates aí situados. Se depurarmos os elementos característicos do **Bem Viver**, isolando-os de sua historicidade em uma operação clássico-cartesiana, poderemos encontrar correspondências em temáticas análogas já trabalhadas e nos perguntarmos sobre o quanto de novidade a elas nossa abordagem agrega. No entanto, uma vez que compreender as especificidades do **Bem Viver** está inclusa como etapa de partida no corpus desta pesquisa (**ver Prólogo**), por ora, deverá ser suficiente demonstrar que o recorte temático sugerido promove o contato<sup>5</sup> entre duas grandes áreas do conhecimento interdisciplinar: **desenvolvimento sustentável e planejamento urbano e regional**.

O **Bem Viver** apresenta-se, dentro do saber científico, como uma construção conceitual latino-americana análoga a outros movimentos, propostas e noções de **pós-desenvolvimento**. As críticas e os esforços de superação do desenvolvimento produziram um campo de debate próprio e que reúne pensadores de diversas searas disciplinares: filosofia, ciências econômicas, sociais, políticas, jurídicas, ecológicas, geográficas, antropológicas, etc. (**Radomsky & Francisco, 2011**). O campo da Arquitetura e do Urbanismo, sobretudo nas escolas brasileiras, permanece ainda distante deste lugar de encontro de saberes. Seu campo ampliado, no entanto, mantém ainda vínculo com o Planejamento Urbano e Regional e, mais recentemente, tem se permitido fertilizar por contribuições oriundas da sustentabilidade (**Sykes, 2013**), mesmo que raras vezes rompa a escala do edifício ou da construção sustentável. Assim, a elaboração da noção de **Bem Viver Urbano** tem a contribuir para o campo de pesquisa em arquitetura e urbanismo, reinserindo esta

<sup>5</sup> Tal aproximação é também justificada pela minha formação como pesquisador biólogo, mestre em Desenvolvimento Sustentável e, agora, doutorando em Arquitetura e Urbanismo. Minha dissertação de mestrado, intitulada "Cidades sustentáveis e as fronteiras de risco e respeito ao sistema socioambiental de Fortaleza" (Pessoa, 2014) mapeou os diferentes aportes e abordagens profissionais ao campo da sustentabilidade urbana.

comunidade no complexo debate civilizatório sobre planejamento urbano para a sustentabilidade.

Em termos de definição da lacuna científica, o levantamento realizado no início da pesquisa, entre 2015 e 2016, identificou revisões críticas ao problema do crescimento urbano enquanto processo de espraiamento (Ojima, 2010; Martine & McGranham, 2010) e também uma linha de pesquisas sobre sustentabilidade urbana associada à busca pela *compacidade* (Leite & Awad, 2012). As problematizações mais próximas desta pretendida orbitam sobre críticas ao desenvolvimento urbano, tendo em vista a entrega do direito à cidade (Rolnik & Klink, 2011; Maricato, 2006), por um lado, e os limites dos modelos de desenvolvimento urbano sustentável por outro (Pessoa et al., 2017). O último tema tem sido meu o foco de pesquisa nos últimos anos.

Um novo levantamento mais sistemático foi realizado na fase final da pesquisa por solicitação da banca examinadora da tese. Com o auxílio do software *Publish or Perish*<sup>6</sup>, realizamos buscas por título e por palavras-chave (utilizando termos em português, espanhol, *kichwa*, *aymara* e inglês) na base de dados do Google Acadêmico entre 18 e 22 de agosto de 2019.

buen vivir + urbano	16 trabalhos
vivir bien + urbano	3 trabalhos
urban + buen vivir	999 trabalhos
urban + vivir bien	nenhum retorno
urban + good living	5 trabalhos
urban + living well	960 trabalhos
urban + sumak kawsay	2 trabalhos
urban + suma qamaña	nenhum retorno
bem viver + cidade(s)	5 trabalhos
bem viver + urbano	8 trabalhos
urban + kawsay	1 trabalho

As estratégias de busca usadas para reafirmar e circunscrever a lacuna científica valeram-se da combinação dos termos-chave nas diferentes línguas (*sumak kawsay*, *suma qamaña*, *buen vivir*, *vivir bien*, *bem viver*, *good living* e *living well*) a qualificadores do espaço intra-urbano (urbano, *urban*, município, *ciudad*, cidade, *city*, *county*), que representam o recorte temático do estudo. Com essas diferentes combinações e o uso de aspas nos termos-chave para assegurar que a consulta se ativesse precisamente aos con-

<sup>6</sup> Harzing, A.W. (2019) Publish or Perish, v.7. <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>.

ceitos, obtivemos uma confirmação de que o debate acadêmico internacional nesta temática encontra-se ainda em estágio incipiente de acúmulo de pesquisas, sobretudo quando consideramos apenas os trabalhos em língua portuguesa.

Dos resultados numéricos, cabe destacar a diferença de trabalhos encontrados para as buscas por palavras-chave **urban** + “**buen vivir**” e **urban** + “**living well**” (com 999 e 1000 trabalhos retornados, atingindo o limite de busca do software, de até mil resultados, no segundo caso). Comparativamente, ao ampliarmos a abrangência das aspas para o uso que se espera dos termos em língua inglesa<sup>7</sup> (“**urban buen vivir**” e “**urban living well**”) não obtivemos nenhum retorno no primeiro e apenas nove trabalhos no segundo, porém sem relação de fato com quaisquer dos conceitos de **Bem Viver**. Dessa forma, este desvio nos resultados se explica primeiramente pelo ruído com o uso dos termos em tradições de pesquisa estranhas à nossa temática e, em seguida, pela ganho de popularidade dos trabalhos sobre **Bem Viver** (majoritariamente referidos como **Buen Vivir** em língua inglesa) e porque eventualmente vários desses estudos tecem comentários sobre realidades urbanas, porém a maior parte identificada o faz de maneira inespecífica, sem maiores destaques (num esforço de refinamento, dos 999 trabalhos, 309 trazem alguma referência ao urbano no título).

No conjunto dos trabalhos levantados, portanto, encontramos tratamentos do **Bem Viver** no urbano alinhados com nossa abordagem, ainda que focados em temas específicos, como políticas urbanas indigenistas (indigeneidade urbana)<sup>8</sup>; agroecologia e agricultura urbanas (hortas, hortos e quintais produtivos)<sup>9</sup>; ecofeminismo e reivindicações de gênero<sup>10</sup>; economias urbanas alternativas (economia solidária, cooperativismo, associativismo, ecossocioeconomia)<sup>11</sup>; justiça social e direito à cidade<sup>12</sup>; educação infantil e

<sup>7</sup> Muitos trabalhos publicados em inglês tem adotado os termos em espanhol “buen vivir” ou “vivir bien” a fim de evitar a aproximação dos conceitos com as noções já estabelecidas de bem-estar e seus sinônimos.

<sup>8</sup> HORN, Philipp. Indigenous peoples, the city and inclusive urban development policies in Latin America: Lessons from Bolivia and Ecuador. *Development Policy Review*, v. 36, n. 4, p. 483-501, 2018.

<sup>9</sup> BLOUIN GENEST, G. (2017), “Reclaiming Policy Imagination: Buen Vivir, Policy Culture, and the Policy Divide between Health and Agriculture in Puerto Rico”, *Food Systems and Health (Advances in Medical Sociology, Vol. 18)*, Emerald Publishing Limited, pp. 223-248. <https://doi.org/10.1108/S1057-629020170000018010>

<sup>10</sup> AGUILAR GARCÍA, Elver Daniel. *Proyectos de vida de las mujeres de base de los sectores populares de la ciudad de Bogotá en la construcción del buen vivir urbano*. (Trabajo de grado - Universidad Pedagógica Nacional) Bogotá. 2015; FINE-DARE KS. *The Claims of Gender: Indigeneity, Sumak Kawsay, and Horizontal Women’s Power in Urban Ecuador under the 2008 Political Constitution*. *Social Development Issues*. 2014 Nov 1;36(3):18-33.

<sup>11</sup> ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer; GRIMM, Isabel Jurema. A Ecossocioeconomia e o Bem Viver na perspectiva do Urbano. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 121-144, 2017; JIMÉNEZ-INCHIMA, Indira Isabel; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, Esperanza. *Economía social y vivir bien en el contexto urbano: Una experiencia institucional en Medellín, Colombia*. *Cooperativismo & Desarrollo*, v. 25, n. 110, 2017.

<sup>12</sup> RODRÍGUEZ, Marcelo et al. *Disputas urbano-populares: creatividad y antagonismos para la construcción de barrios del Buen Vivir en Quito, Ecuador*. P. Abramo, M. Rodríguez y J. Erazo, *Ciudades*



anticapacitismo<sup>13</sup>; e mobilidade urbana<sup>14</sup>.

Assim, após sistematização temática, seleção por relevância, leitura e releitura dos trabalhos novos e reunidos ao longo de toda a pesquisa, destacamos as contribuições mais próximas de nossa proposta. Primeiramente, a dissertação de Talita Melo<sup>15</sup>, que incorpora uma compreensão muito aproximada à nossa leitura do **Bem Viver**, propondo um caminho de descolonização territorial pela articulação e proposição das bases teóricas de um **Bem Viver urbano** (com vistas à formulação de políticas públicas, sem no entanto avançar nesse ponto). Em seguida, mencionamos o artigo de Orlando Nunes<sup>16</sup> (também doutorando do **PPGFAU-U<sub>nB</sub>**), que apresenta o **Bem Viver** como alternativa de pós-desenvolvimento à governança urbana (com ênfase à importância da escala microrregional). Neste trabalho, encontramos um alerta do autor quanto ao risco de modernização do **Bem Viver** e de sua transformação em mais um instrumento ocidentalizante, promotor de mudanças sociais. Nunes também prepara o terreno para a discussão que travamos quanto à **Nova Agenda Urbana (NUA)** e aos **ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável)**, porém relatando a tensão estabelecida no campo do planejamento Estatal entre o **Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017**, do Governo do Equador e os sentidos de prosperidade apontados pelos **ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio)**. Identificamos uma discussão similar a esta elaborada por Ross<sup>17</sup>, porém relacionando criticamente as diretrizes da NUA e estratégias para garantir participação cidadã e envolvimento efetivos na tomada de decisão sobre o desenvolvimento urbano.

populares en disputa. ¿ Acceso a suelo urbano para todos?, p. 33-65, 2016.

<sup>13</sup> O Capacitismo é o preconceito ou a intolerância materializados em agressões físicas, verbais ou psicológicas contra pessoas com alguma deficiência física, psicológica, mental reproduzido por indivíduos que se enquadram nos espectro de normatividade social. PIEDRA SÁNCHEZ, Karina. Evaluación de las habilidades básicas: cognitiva y socio afectiva en los niños y niñas de 1 a 3 años de los centros infantiles del buen vivir urbano y rural del cantón Cuenca. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidad del Azuay.; CÓRDOVA BRAZALES, Sarita Monserrath. Estudio de la inclusión educativa de niños/as con discapacidad psicomotriz en los centros de desarrollo del buen vivir MIES INFA del sector urbano en la ciudad de Otavalo, en el año lectivo 2012-2013. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>14</sup> ÁLAVA, Ramón; JONATHAN, Héctor. Proyecto de ordenanza municipal que regule las condiciones del servicio y la accesibilidad a las unidades de buses de transporte urbano en el cantón santo domingo, para garantizar el buen vivir a los grupos de atención prioritaria contemplados en el ART. 35 de la constitución de la república del ecuador, excepto las personas privadas de libertad y quienes adolezcan de enfermedades catastróficas o de alta complejidad. 2018.

<sup>15</sup> MELO, Talita Lessa. O paradigma do Buen Vivir para as cidades na América Latina: Reflexões para uma estratégia alternativa frente ao neoliberalismo global. 2017. 112 p. Dissertação (Integração Contemporânea da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu/PR, 2017.

<sup>16</sup> NUNES, O. V. R. O pós-desenvolvimento como alternativa às experiências de governança urbana: o buen vivir. VIRUS, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=3&lang=pt>>. Acesso em: 01 Set. 2019.

<sup>17</sup> ROSS, S. (2018). Strategies for more inclusive municipal participatory governance and implementing UN-HABITAT'S New Urban Agenda. Canadian Bar Review, 96(2).

Por fim, destacamos também os trabalhos de Carvalho<sup>18</sup>; de Cuevas Vargas<sup>19</sup>; e de Lagares, Santos e Nardes<sup>20</sup>. O primeiro artigo descreve o movimento internacional de Cidades Lentas (*CittáSlow*), associando vida lenta e sustentabilidade como condições para um **bem viver**. O autor descreve o movimento de origem italiana, com o objetivo expresso de divulgá-lo no Brasil, menciona a **rede internacional de cidades do bem viver** (que, na verdade, parece uma coincidência de termos, derivada da tradução de “*International network of cities where living is good*”, em inglês ou “*rete internazionale delle città del buon vivere*”, em italiano). De fato, apesar das convergências legítimas entre o crescimento europeu, a proposta de cidades lentas e o **Bem Viver urbano**, o autor parece não estar familiarizado com o debate latino-americano, sobretudo porque se apóia nos conceitos de bem-estar e de desenvolvimento sustentável urbano, não dialogando, portanto, com o pós-desenvolvimento.

Já os demais trabalhos, ambos publicados na Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade (**RELACult**), trazem as preocupações acerca do deslocamento destas noções de origem indígena e campesina andinas e amazônicas para as realidades urbanas em geral. Os autores entendem este movimento como necessário, mas cuja construção não pode se dar por mera transposição das noções concebidas em contextos rurais/florestais. Nesse sentido, sustentam o argumento de que a formulação teórica e prática de um **Bem Viver urbano** deve dialogar e convergir com aportes e formulações vindas de outras matrizes culturais. Estes trabalhos oferecem um esteio para nossos caminhos propositivos, que se baseiam e realizam operações pondo em contato diferentes saberes.

Dessa forma, delimitamos nossa lacuna científica, que sugere, a partir dos trabalhos mencionados, a existência de um debate ainda pouco estruturado acerca dos instrumentos (indicadores) capazes de orientar os sentidos de **Bem Viver** em diferentes contextos de pós-desenvolvimento urbano, mas de uma perspectiva essencialmente periférica, latino-americana.

<sup>18</sup> CARVALHO, Rubens Moreira Rodrigues de. CITTASLOW: VIDA LENTA E SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES DO BEM VIVER. Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes, [S.l.], v. 3, n. 7, ago. 2015. ISSN 2317-8604. Disponível em: <[http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades\\_verdes/article/view/975](http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/975)>. Acesso em: 01 Set. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.17271/23178604372015975>.

<sup>19</sup> CUEVAS VARGAS, Rodrigo Antonio. Del Buen Vivir a la metrópolis latinoamericana: una aproximación a su sentido urbano.. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S.l.], v. 3, dez. 2017. ISSN 2525-7870. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/598>>. Acesso em: 01 set. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v3i3.598>.

<sup>20</sup> LAGARES, Fernanda Rodrigues; SANTOS, Cassyo Lima; NARDES, Katiúcia da Silva. O Bem Viver como uma Alternativa de Reconfiguração de Cidades Brasileiras. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S.l.], v. 3, dez. 2017. ISSN 2525-7870. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/553>>. Acesso em: 01 set. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v3i3.553>.



## Relevância socioambiental

Tendo em vista que o **Bem Viver** nasce da visão dos povos marginalizados ao processo virtuoso do desenvolvimento, o **Bem Viver urbano** serviria à disputa pelos caminhos de prosperidade coletiva a partir da visão dos povos, dos grupos sociais e também da Natureza historicamente excluídos do convívio nas cidades. Dessa forma, demandas históricas como o direito fundamental à moradia ou ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (assim como os Direitos da Natureza, em que os entes naturais são tidos como sujeitos de direito) assumem posição prioritária ao serem postos como valores essenciais à busca pela boa vida urbana. Aqui, o processo econômico torna-se secundário e conforma-se aos objetivos das pessoas e da Natureza, apenas viabilizando-os. No contexto atual das cidades brasileiras, esta pesquisa, de cunho reivindicatório (Creswell, 2010), amplia os instrumentos de resistência dos povos urbanos segregados e os meios de defesa da Natureza urbana na disputa por caminhos de urbanização reflexiva.

Como haveremos de aprofundar no **CAPÍTULO 3**, reunimos neste trabalho evidências que conformam um quadro-geral planetário de degradação sistêmica e de vulnerabilização de nossas democracias, de nossas condições e das oportunidades de trabalho, de nossos sistemas naturais e urbanos e de nossos tecidos sociais. A prospecção criativa de um caminho de florescimento humano digno, alternativo ao desenvolvimento econômico dependente do crescimento, representa um desafio ético, estético, epistêmico e técnico cujo endereçamento justo, democrático e sustentável já nos recai como imperativo civilizatório. Esta Tese alinha-se, portanto, a um conjunto dos esforços reparatórios não apenas dos sistemas socioambientais estritos, objetivamente necessários à continuidade de nossa reprodução enquanto espécie. Mas também de nossos sistemas culturais, afetivos e valorativos drenados sobremaneira pelo exemplar desenvolvimento da técnica e do conhecimento útil. A mim, mudando agora a voz, parece especialmente relevante este trabalho no que pretenda (e logre sucesso ou não) uma **recuperação poética do mundo**, porque foi justo do equívoco de que em nós poderia haver uma razão indolente, puramente instrumental, que começamos, desde a Antiguidade, a decompor o que há de humano em nossa natureza.

"(...) VAMOS PRECISAR MAIS AINDA DE POESIA SE AS COISAS NÃO FOREM BEM."

Socorro Acioli, O POVO, 27 de OUTUBRO de 2018



- ACIOLI, Socorro. Movimento de recuperação poética do mundo. O Povo [online]. Coluna de 27 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/socorroacioli/2018/10/movimento-de-recupera-cao-poetica-do-mundo.html>. Acesso em 16/05/19.
- ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante, 2016.
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Editora 34, 2011.
- BREDA, Tadeu. Da tradutor. In: ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante, 2016.
- C40 Cities. Why cities? Ending climate change begins in the city. 2012. Disponível em: <http://www.c40.org/ending-climate-change-begins-in-the-city>. Acesso em 02/12/17.
- CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigada. Ambiente & Sociedade, v. 7, n. 2, p. 197-202, 2004.
- DALY, Herman E. Toward some operational principles of sustainable development. Ecological economics, v. 2, n. 1, p. 1-6, 1990.
- DE MELO ROMÃO, Wagner. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. Agenda Política, v. 1, n. 2, p. 152-167, 2014.
- ESCOBAR, Arturo. Encountering development: The making and unmaking of the Third World. Princeton University Press, 2012.
- FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; CARDOSO, Luis Fernando de Paiva Baracho. A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. Leviathan (São Paulo), n. 11, p. 121-144, 2015.
- FILHO, João. Apesar dos spoilers, o grande acordo nacional segue causando espanto. The Intercept Brasil, 24 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/02/24/apesar-dos-spoilers-o-grande-acordo-nacional-segue-causando-espanto/>. Acessado em 06/12/2017.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. Caderno CRH, v. 25, n. 64, 2012.
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins, 2014.
- HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2013.
- HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: mapping different approaches. Sustainable development, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.
- IMF. International Monetary Fund. World Economic Outlook: Gaining Momentum? Washington, April, 2017.
- ITO, Takatoshi; ISARD, Peter; SYMANSKY, Steven. Economic growth and real exchange rate: an overview of the Balassa-Samuelson hypothesis in Asia. In: Changes in Exchange Rates in Rapidly Developing Countries: Theory, Practice, and Policy Issues (NBER-EASE volume 7). University of Chicago Press, 1999. p. 109-132.
- JACKSON, Tim. Prosperity without growth: Economics for a Finite Planet. London: Earthscan Publications Ltd., 2009.
- JAHAN, Selim et al. Human development report 2016: human development for everyone. United Nations Development Programme (UNDP), New York, NY, 2017.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Revista de Administração Pública, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.
- JUDENSNAIDER, Elena et al. Vinte centavos: a luta contra o aumento. Veneta, 2013.
- KENWORTHY, Jeffrey R. Ten key dimensions for eco-city development in theory and practice. In: Envisioning future cities: Ideas and examples. ISOCARP Review 12, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Bookman, 2012.
- LOPES, Monalisa Soares. Narrativas simbólicas do lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014). 2016. Tese de Doutorado.
- LOPES, Raquel. Em ação inédita no país, Rio Doce entra na Justiça contra desastre. Gazeta Online, 9 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/11/em-acao-inedita-no-pais-rio-doce-entra-na-justica-contr-desastre-1014106870.html>. Acessado em: 07/12/17.
- MADEIRO, Carlos. Frota do Nordeste cresce em ritmo 45% maior que a média nacional e engarrafa capitais. Especial para o UOL Notícias, 25 de setembro de 2009.

- MARICATO, Erminia. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. 2006.
- MARICATO, Erminia et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Brasília: UNFPA, p. 11-24, 2010.
- MEADOWS, Donella H. et al. The limits to growth. New York, v. 102, p. 27, 1972.
- MENEZES, Edilene Oliveira de. O Cariri cearense. In: (org.) BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio; Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- NASCIMENTO, Elmar P. do. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, p. 415-433, 2012.
- NEVENS, Frank et al. Urban Transition Labs: co-creating transformative action for sustainable cities. Journal of Cleaner Production, v. 50, p. 111-122, 2013.
- OJIMA, Ricardo. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de urban sprawl e os desafios para o planejamento regional e ambiental. GEOgraphia, v. 10, n. 19, p. 46-59, 2010.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2013.
- PESSOA, Pablo Pimentel. Cidades sustentáveis e as fronteiras de risco e respeito ao sistema socioambiental de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- PESSOA, Pablo P.; FRAGA, Raiza G.; FERREIRA, Tainá L. Cidades sustentáveis e os modelos de desenvolvimento urbano. Anais do XIX Congresso REALP. 2017.
- PIKETTY, Thomas. O Capital no século XXI; tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PINTO, Eduardo Costa. et al. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. Texto para discussão, v. 4, 2016.
- PLANALTO, Palácio do. Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acessado em: 06/12/17.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época. Elsevier Brasil, 2012.
- REGIC - Região de Influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- RODRIGUES, J. M. Estado da motorização individual no Brasil-Relatório 2015. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015.
- ROITMAN, Fabio; SICSÚ, João. Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de Automóveis. São Paulo: IPEA, 2009.
- ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. Novos estudos-CEBRAP, n. 89, p. 89-109, 2011.
- ROLNIK, Raquel; REIS, Joyce; BISCHOF, Raphael. Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.
- ROSSI, Pedro; DE OLIVEIRA, Ana Luiza Matos; ARANTES, Flávio. Ausleridade e Impactos no Brasil: Ajuste fiscal, teto de gastos. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil: Análise, n.33, set., 2017.
- ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica-IE/UNICAMP: Nota do Cecon, n. 1, 2017.
- SACHS, Ignacy. A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento. Companhia das Letras, 2009.
- SCHLOSSBERG, Tatiana. As Trump Signals Climate Action Pullback, Local Leaders Push Forward. The New York Times - Science, 16 de dezembro de 2016. Disponível em: [https://www.nytimes.com/2016/12/16/science/local-government-climate-change-efforts.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2016/12/16/science/local-government-climate-change-efforts.html?_r=0). Acesso em: 04/12/17.
- SEN, Amartya. Assessing human development - Special contribution. In: UNDP. Human Development Report 1999, p. 23, 1999.
- SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Editora Companhia das Letras, 2010.
- SINGER, André et al. Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo Editorial, 2016.
- SYKES, A. Krista. O campo ampliado da arquitetura: Antologia teórica 1993-2009. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- WOODWARD, David; SIMMS, Andrew; MURPHY, Mary. Growth isn't working: the unbalanced distribution of benefits and costs from economic growth. New Economics Foundation, 2006.
- ZANELLA, Maria Elisa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; OLÍMPIO, João Luis Sampaio. A Vulnerabilidade natural e ambiental do Município de Fortaleza/CE. Boletim Goiano de Geografia, v. 31, n. 2, 2011.



"A GENTE TA QUERENDO A VIDA BOA  
BOA COMO A VIDA DE OUTRAS PESSOAS  
OUTRAS PESSOAS QUE TAMBÉM QUEREM UMA VIDA  
BOA, BOA COMO A VIDA DE OUTRAS PESSOAS."  
Banda Eddie. VIDA BOA

# PRÓLOGO



R



## A GENTE TÁ QUERENDO A VIDA BOA

### Os Bem Viveres de Abya Yala

Aos 32, eu nasci em **Abya Yala**. Não nos é de todo estranha, aos ocidentais, a importância dos nomes, dos fonemas e das grafias, de suas forças criadoras e destrutivas, frequentemente presentes e atuando juntas no mesmo verso ou discurso. Porém, também para nós, deita sobre este saber acerca da linguagem<sup>1</sup> uma desconfiança, uma agnose cética e acética, resultado do modo como este mesmo mundo ocidental especializou-se em conhecer-desconhecer: pelo método da **iluminação** ativa<sup>2</sup>.

Este gesto de lançar luz sobre algo (ou alguém) que supomos apagado ou insuficientemente aceso para que, a partir da resposta de sua reflectância, possamos apreendê-lo (obter sua assinatura) é a marca das ciências e da educação ditas modernas<sup>3</sup>. Demoramos cerca de 500 anos para reconhecer as sombras e as penumbras que o aprendizado pela objetificação disjuntiva dos entes e dos sujeitos produzia enquanto processo criativo-destrutivo. Um pouco como a aposta nas tecnologias hoje usadas nas telas de leitores digitais, que diferente dos **LCDs** e dos **LEDs**<sup>4</sup>, produzem imagens apenas refletindo a luz ambiente<sup>5</sup>, estamos por questões de saúde ou de escassez, aos poucos, conformando um consenso de que nossa relação moderna com o mundo se dá sob um padrão de saturação. Via de regra, além dos limiares<sup>6</sup>.

Mais reveladora, no entanto, torna-se esta digressão quando observamos o efeito da **iluminação/saturação** sobre quem se presta a ler as imagens formadas. O **alumiamento ativo**, ao irradiar um feixe de luz focalizado sobre aquilo que pretende ver, produz uma assimetria no contexto de distribuição dos raios, que sombreia a ambos. Ainda que seja o observador aquele que se entende como fonte de luz, o direcionamento focal da emissão de energia superpõe tanto o brilho do iluminado, silenciando-o naquilo que antes teria a dizer, quanto o do iluminador, duplamente encandeado (pelo desinteresse a priori de si e pela saturação provocada no outro). Faz-se isso supondo um

<sup>1</sup> Edward O. Wilson refere-se à linguagem humana como uma singularidade evolutiva desde o princípio constituída sobre a intencionalidade, a sugestão e a ironia, que comparativamente aos demais animais eussociais, nos agrega bastante à capacidade de colaborar para atingir metas compartilhadas. WILSON, E. O. A conquista social da terra. Editora Companhia das Letras, 2013.

<sup>2</sup> BRÜSEKE, Franz Josef. A crítica da técnica moderna. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998.

<sup>3</sup> DUSSEL, Enrique. 1492 - o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Trad. Jaime A. Clasen. 1993.

<sup>4</sup> Respectivamente, Liquid Crystal Display (ou visor de cristal líquido); e Light-Emitting Diode (ou diodo emissor de luz), aqui comparadas com as e-inks (tintas eletrônicas).

<sup>5</sup> Ou como a tendência de construção e reabilitação de casas e edifícios com design de iluminação e ventilação passivas.

<sup>6</sup> CHARLES, Sébastien; LIPOVETSKY, Gilles. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.

não haver nada que observar também neste último enquanto tenta ler o primeiro.

Este modo assimétrico de conhecer e relacionar-se reflete um traço constitutivo da cultura ocidental, que cria o novo e o velho, o raro e o vulgar, o bruto e o refinado a cada encontro entre legítimos outros. A objetificação tem **intenção dominadora (purificadora)<sup>7</sup>** e as relações hierárquicas estabelecidas no ato do contato derivam violências subsequentes que inviabilizam as possibilidades de conversa, de fala-e-escuta, de aprendizado pelo diálogo. Visão e audição (luz e som) não se opõem aqui. A mesma relação poderia ser abstraída de técnicas de varredura de terrenos por radares de ultrassom, que emitem ondas para perceber e interpretar o entorno. Problemático, portanto, mais que aquele que problematiza ou que o que é visto como problema, é o depois, quando se extraem as respostas e leituras. Uma vez caracterizadas as grafias dos entes observados, de traduzi-los e batizá-los, quem assina os nomes? A quem pertencem as assinaturas? E, com isso, retomamos a reflexão sobre o papel autopoiético<sup>8</sup> da linguagem, dos sons, dos raios, das sombras e dos nomes.

**Abya Yala** é o nome original do continente americano. Esse nome foi protegido do apagamento ao longo dos últimos cinco séculos pelo povo Kuna, que atualmente ocupa a Comarca de Kuna Yala (San Blas) na costa caribenha do Panamá. Os Kuna são originários de Serra Nevada, no norte da Colômbia e também habitaram o Golfo de Urabá e as montanhas de Darien. Em sua língua, *Yala* significa terra e *Abya*, plena plenitude. O nome deste continente, portanto, referia a uma Terra viva, Terra em plena maturidade e, noutras interpretações, Terra em florescimento. Nelson de León Kantule, explica que em 1977, em um evento internacional, Constantino Lima, líder aymara, perguntou a um sábio Kuna se havia um nome para a América antes do rebatismo em homenagem ao colonizador Américo Vespúcio. A partir desse resgate, ainda que cada povo atribuísse diferentes nomes à região que ocupava (*Pindorama*, *Tawantinsuyu*, *Anahuac*, etc.), desde então, tem se fortalecido um consenso entre os povos originários acerca do nome deste continente. Havia, no entanto, outro termo retomado pelo sábio Kuna: **Aplis Yala**, que quer dizer, Terra de sangue. Este último, igualmente acolhido pela geração seguinte dos movimentos indígenas como denotativo da história de resistência dos povos

<sup>7</sup> LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Editora 34, 1994.

<sup>8</sup> Capacidade de auto-produção/criação por mecanismos de retroalimentação.

ao longo dos cinco séculos<sup>9,10,11</sup>.

Resistir a quê se o contato desorganiza a condição selvagem à serviço de um projeto civilizatório? Estima-se uma população entre 90 e 57 milhões de habitantes originários em **Abya Yala** antes da chegada dos europeus em 1942, hoje reduzida a cerca da metade do menor valor. Além do etnocídio direto, a ocidentalização operou um epistemicídio sobre a cultura indígena, realizando o que Dussel refere como “encobrimento do outro”. Nesse processo, lembrando a reflexão de **James Baldwin**, escritor e ativista, sobre a necessidade de criação do negro pelo branco<sup>12</sup>, pessoas tornam-se índios, a Natureza converte-se em estoques de recursos naturais e Abya Yala vira América. Se o marco inicial da modernidade tem nas grandes navegações e na invasão deste continente seus eventos inaugurais, as hierarquias, constitutivas do eurocentrismo, germinam aqui dois elementos-chaves ao ímpeto dominador: a elaboração da condição pré-moderna e o analfabetismo. O primeiro produto introduz a hierarquia na concepção linear de tempo, criando aqueles que ainda não se modernizaram; e o segundo insere os pré-modernos como aqueles que ainda têm na oralidade o seu principal meio de produção e reprodução da cultura.

Uma das chaves mais relevantes à compreensão da crise civilizatória de abrangência global que viria a emergir na segunda metade do século 20 é descrita por Leonard Shlain<sup>13</sup> como uma contribuição deletéria da escrita sobre o conjunto da cultura e da espiritualidade humanas. Médico-cirurgião, especializado em cirurgias vasculares, Shlain aguçou a curiosidade acerca dos efeitos e danos decorrentes da interrupção do fluxo sanguíneo nos diferentes lados do cérebro humano. Seus estudos a respeito da separação de funções entre os dois hemisférios encontraram terreno fértil para novas conjecturas quando, em um *tour* por sítios arqueológicos no Mediterrâneo, foi informado por um professor da Universidade de Atenas de que vários dos templos visitados (com imagens de Zeus, Apolo ou Poseidon) teriam sido anteriormente consagrados a figuras de deusas e que alguém, em algum momento, as havia retirado.

Shlain revisitou estudos arqueológicos sobre culturas antigas e constatou que,

<sup>9</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala—tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 20, 2009.

<sup>10</sup> MARTÍNEZ, Walter. Choquehuanca: Es Abya Yala, no “América”, nuestro continente. Venezuela. Dossier, VTV. Entrevista a David Choquehuanca, chanceler da Bolívia. Nosso continente se chama Abya Yala, não América. Dossier, Venezuela: 11 de agosto, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/NiwrQAQm548>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

<sup>11</sup> TONATIERRA. “Abya Yala: Significado e Historia Kuna.” Presentacion por Nelson De León Kantule del Pueblo Kuna sobre el significado e historia de Abya Yala. Disponível em: <https://youtu.be/qFDDoF096tl>.

<sup>12</sup> Entrevista de 1963, incluída no documentário “I’m not your negro (Eu não sou seu negro)”, de Raoul Peck (2016). <https://www.imdb.com/title/tt5804038/>

<sup>13</sup> SHLAIN, Leonard. *The alphabet versus the goddess: The conflict between word and image*. Penguin, 1999.

via de regra, as cosmologias desses povos conferiam um lugar de centralidade a **deusas da terra**, que, há cerca de 3 mil anos, começaram a ser substituídas por **deuses do céu**. Para explicar essa reviravolta, o autor apoia-se na história evolutiva de nossa espécie, dando destaque a duas vantagens adaptativas que, segundo ele, teriam garantido o nosso sucesso como primatas onívoros, desprovidos de unhas e garras afiadas ou de força e agilidade notáveis: o bipedismo, que liberou nossas mãos para outras funções não locomotoras e o maior dos cérebros primatas em relação ao tamanho corpóreo, que teria viabilizado o desenvolvimento da linguagem.

Acontece que nosso cérebro não se diferencia dos demais apenas pelo volume, mas também pela distribuição de funções entre os hemisférios. Temos um lado esquerdo mais afeito ao processamento de informações lineares e sequenciais, que lida com questões por partes, uma de cada vez, analiticamente; enquanto o lado direito responde melhor a questões de natureza holística, que demandam processamentos simultâneos e relacionais, operando, portanto, sinteticamente. Essa distribuição de afinidades relegou ao hemisfério esquerdo o status de operador das palavras e da linguagem (linear e sequencial), assim, devotado ao tempo; e a seu vizinho, o status de operador preferencial das emoções e das imagens (totalidades e contextos), portanto, devotado ao espaço, à leitura de mapas, por exemplo.

Considerando a divisão de funções por gênero entre os nossos ancestrais caçadores-coletores e o cuidado parental prolongado assumido pelas mães antes e depois do parto, Shlain antagoniza os comportamentos relativos ao cuidado e à criação opondo-os às funções de caça e predação, que, diferentemente das demais espécies de predadores sociais, nos humanos o papel principal foi assumido primariamente pelos machos. Assim, ocorre que os módulos responsáveis pelo comando de funções de cuidado e de predação encontram-se também separados em nosso cérebro. Por essa razão, atribui-se ao lado direito, responsável **pelo cuidado, pela guarda e pelo zelo**, um aspecto identificado aos instintos primariamente femininos, enquanto ao lado esquerdo, que comporta o deleite com a caça e a morte, um aspecto identificado aos instintos ditos masculinos. Uma vez que ambos os lados constituem o cérebro de homens e mulheres com funções de cuidado e de provimento transientes em cada cultura, esta dicotomia anatômica não deve ser interpretada como determinações sobre o comportamento de indivíduos ou sobre a distribuição dos papéis de gênero em nossas sociedades<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Esta distinção entre os compartimentos de funções cerebrais descritos, como referências a aspectos de nossa história evolutiva primariamente masculinos ou femininos, apontam uma didática de termos potencialmente mais geradora de confusões que esclarecimentos.

A tese de Shlain é de que com a sedentarização, com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária há cerca de 8 mil anos, os aspectos de cuidado (lado direito/feminino) tornaram-se centrais às culturas humanas e esta centralidade começaria a ser suplantada há cerca de 5 mil anos pela invenção dos primeiros sistemas de escrita (egípcio e mesopotâmico), que teriam favorecido a dominância do lado esquerdo (masculino). O cultivo da terra e a criação de animais demandavam zelo e atenção semelhantes aos cuidados com a prole. Em todas as culturas sedentarizadas estudadas por ele, relata, as cosmologias plasmaram o conjunto de espíritos cultuados, substituindo-os pela figura de uma divindade com diferentes nomes<sup>15</sup>, mas sempre associada à terra: a **Mãe Terra** ou **Pachamama**. Em inúmeras representações, a deusa carregava um menino, um homúnculo desfalecido em seus braços, a quem tratava de ressuscitar e trazer à vida passado o inverno de cada ano.

Com a invenção do alfabeto e a disseminação de religiões ocidentais (como o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo) há cerca de 3 mil anos, observa-se a emergência de narrativas mitológicas que, em cada cultura, consomem o **assassinato de Pachamama**, a usurpação de seu poder e, gradualmente, sua substituição pela figura de deuses identificados à imagem de homens, assentados não sobre a terra, mas habitando o céu<sup>16</sup>. A purificação da espiritualidade, que decanta a Natureza antes contida nas divindades, destilando os espíritos de seus conteúdos terrenos é possivelmente o traço deletério mais sutil e também o mais crítico para a relação que o mundo ocidental moderno haveria de estabelecer e asseverar instrumentalizando-se das religiões e dos sistemas de crenças para valer-se da dominação da Natureza, dos humanos e dos não-humanos.

Conforme a interpretação de Leonard Shlain da História à luz de **dois eus** que habitam nosso cérebro e disputam o conjunto do domínio de nossas ações, transcorreram 5 mil anos sob a tônica de nossos eus lineares, analíticos, entrópicos e destrutivos. A mão que escreve (em destros ou canhotos), segundo ele, é a mesma que empunha lanças e espadas, e dispara gatilhos. Há controvérsias no debate científico acerca dos significados da localização desses módulos em nosso cérebro, sobretudo no que concerne a leituras mais simplistas que pretendem traçar perfis cognitivos antagonizando capacidades lógicas e criativas em cada pessoa<sup>17</sup>. No entanto, a obra deste médico-cirurgião traz alguns importantes *insights* sobre as relações de poder e dominação potencializadas pelas assimetrias da tensão alfabetização-analfabetismo e pelo acesso ou não a conteúdos escritos (e à escrita e publicação). Esta talvez

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Rosalira. Em nome da Mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais. Revista Artemis, Campinas, v. 3, p. 1-16, 2005.

<sup>16</sup> WHITE, Lynn. The historical roots of our ecologic crisis. Science, v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, 1967.

<sup>17</sup> GAZZANIGA, Michael S. Forty-five years of split-brain research and still going strong. Nature Reviews Neuroscience, v. 6, n. 8, p. 653, 2005.

não seja uma questão tão relevante para a centralidade europeia, mas segue mostrando-se cada vez mais vital para as periferias do mundo, para a prática das pedagogias emancipatórias e para a retomada da dignidade de grupos indígenas e mestiços dominados e oprimidos pela colonização e pelos resíduos persistentes da colonialidade.

O assassinato da **Mãe Terra**, as operações de purificação da modernidade<sup>18,19</sup> e a emergência de uma temporalidade linear e não cíclica, sobre a qual repousam as ideias de progresso são os elementos identitários de uma crise civilizatória global derivada da ocidentalização do mundo e aqui referida como a **primazia do deszelo**. Uma sonora resposta indicando as saídas desta crise acompanha o rebatismo da América-Latina na língua kuna. A refundação de **Abya Yala** inicia um resgate das culturas não-modernas, reafirmando a diversidade e a riqueza de saberes e princípios mantidos por seus povos e que, pautados pelo respeito a legítimos outros e à Natureza, dão um testemunho aos ocidentais de que o animal humano guarda em si as capacidades para a convivência harmoniosa. O conjunto dessas visões apresenta-se ao mundo ocidental pelos nomes de *Buen Vivir*, *Vivir Bien* ou, em português, **Bem Viver**.

## O TEMPO, O ESPAÇO E A MATÉRIA PERIFÉRICAS

**Bem Viver**, ainda que dito no singular, é sempre plural. Assim, melhor seria, que exercitássemos lembrar: nesta noção há várias. Os **Bem Viveres**, portanto, são muitos e abundantes, tão estranhos e familiares quanto os lugares ou os rostos já nascidos e aqueles que ainda estão por vir. É importante começarmos deste alinhavo, porque a qualidade das vidas aqui desenhadas como boas e plenas só poderão ser comunicadas ao mundo ocidental contrapondo aquilo que hegemonicamente aprendemos a chamar de bom. O bom moderno, no entanto, é escasso, perecível e descartável<sup>20</sup>, mas faz parecer que fora dele, caso ainda haja algum domínio residual, lá reinará a penúria, a vida baldia, as vacas de pedra que não dão leite e os tons de sépia do passado. A modernidade, me parece, tinha em alta conta o imaginário e o abateu como um boi, sem dele perder nem o berro. O valor que dá, o faz tirando. Decompondo-o em coisas. E, nesse metiê, de tanto demonstrá-lo em tantos contextos e circunstâncias, nos deu algumas poucas ferramentas para proteger-nos de nós mesmos conquanto possamos distinguir as abundâncias e então escolher entre aquelas estéreis ou férteis.

<sup>18</sup> PONCZEK, Roberto Leon. Deus ou seja a natureza: Spinoza e os novos paradigmas da física. EDUFBA, 2009.

<sup>19</sup> CHAGAS, Eduardo Ferreira. Feuerbach e Espinosa: deus e natureza, dualismo ou unidade?. Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia, v. 29, n. 2, 2006.

<sup>20</sup> PIERRI, Daniel Calazans. O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mbya. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

O **Bem Viver**, assim no singular, faz contraponto à noção clássica econômica de Bem-estar material e às suas derivações, que procuram apreender aspectos de qualidade de vida a partir da padronização das condições de acesso a bens e serviços de acordo, principalmente, com a renda percebida por cada indivíduo ou família (padrões de vida)<sup>21</sup>:

O nível de bem-estar de uma sociedade é determinado pela distribuição dos recursos disponíveis. Dentre os diversos tipos de recursos disponíveis a renda aparece com um papel de destaque. Este destaque advém do fato de que se existissem mercados perfeitos para todos os tipos de recursos o nível de bem-estar social seria completamente determinado apenas pela distribuição de renda. Na realidade, apesar da maioria dos recursos serem transacionados no mercado, existem importantes exceções como, por exemplo, a saúde e a educação. A despeito destas importantes exceções, grande parte dos estudos sobre bem-estar social, pobreza e desigualdade baseia-se unicamente na análise da distribuição de renda. [...] Assim, estaremos implicitamente assumindo [...] que a distribuição de renda é o único determinante do nível de bem-estar, pobreza e desigualdade<sup>22</sup>.

Ao mesmo tempo em que pomos em contato duas percepções antagônicas sobre a centralidade do materialismo ao exercício de uma boa vida, a justaposição dos termos que acompanham a partícula “**Bem**” nos informa outra divergência relativa à experiência humana com o tempo. **Estar** e **viver** são dois verbos substantivados que remetem ao **estado** e à **vida** dos sujeitos implicados. Ainda que tenhamos elaborado nesta Tese uma sustentação filosófica de que não há passado nem futuro quando as dignidades se encontram corroídas e que, por isso, devemos **habitar o presente** (CAPÍTULO 3), os princípios que sustentam a noção de solidariedade intergeracional na cultura ocidental (princípio responsabilidade e princípio da precaução) dependem do exercício imaginativo de ampliação do escopo em que se inserem as necessidades imediatas a fim de acolher demandas não evidentes.

Os **Bem Viveres**, assim, abrangem e pretendem expressar algo além do que a mais extensa e detalhada das séries históricas sobre a distribuição de renda e as condições de acesso a cestas de bens de consumo e serviços viabilizadas pelas rendas dos sujeitos e das famílias. Porque “**viver**” é infinitamente mais amplo que “**estar**” no que refere à qualificação dos seus substantivos (o viver e os estares de cada um), entendemos que as possibilidades de apreensão ultrapassam em muitos sentidos os significados dos ganhos de renda. Em um mundo cada vez mais desigual nesses mesmos termos, torna-se fácil perceber em que pés (além da renda e das economias de mercado) as vidas

<sup>21</sup> LATOUCHE, Serge. Standard of living. The development dictionary: A guide to knowledge as power, v. 2, p. 173-189, 1992.

<sup>22</sup> BARROS, Ricardo Poes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. 1997.

resistem, se sustentam, se recriam e se reproduzem<sup>23,24</sup>. O tempo do Bem Viver não é o mesmo tempo dos mercados nem tampouco segue as estações de consumo<sup>25,26</sup>. É bastante sintomático que eu sinta que precise explicitar algo tão auto-evidente: cidadãos consomem, mas isso não nos converterá em uma nova variedade de humanos chamada consumidores. A escala de abrangência dos direitos talvez expresse mais didaticamente o atestado de que somos (ainda) algo mais amplo que os contornos da cidadania (direitos do consumidor < direitos civis < direitos humanos). O deslocamento da aposta nas economias de mercado para segundo plano no âmbito da política econômica e o posicionamento ao centro de lógicas mais sustentáveis (economia solidária, ecológica, afetiva, etc.) confere ao Bem Viver um sentido de pós-consumismo.

Analisando materiais de ensino bilíngue utilizados para a educação dos povos kichwa nos anos 1980, Inuca Lechón comenta aspectos de percepção do tempo em padrões que diferem da linearidade ocidental:

Aunque es una explicación desde la lógica del tiempo lineal de la cultura occidental, permite observar que los conceptos no guardan relación con su secuencia lineal. *Ñaupá* (frente o delante de la persona) *kawsay* (vida) ubica la vida frente a la persona, y desde la concepción kichwa se refiere a la vida que ya se vivió, es decir, al pasado. Como está delante de la persona, es la vida que veo y que conozco, de esta manera el pasado es conocido y se puede ver como un referente. Mientras que *huasha kawsay* (vida de atrás) es la vida que está a la espalda de la persona, atrás de la persona, por eso no se la ve ni se la conoce. El *huasha kawsay* alude a la vida futura, no se lo ve ni se la conoce. *Cunan kawsay* es la vida presente, es la vida de hoy, que ubica a la persona en una posición que mira hacia el pasado y está de espaldas hacia el futuro.<sup>27</sup>

Embora trate-se de uma explicação a partir da lógica do tempo linear da cultura ocidental, pode-se observar que os conceitos não têm relação com a sequência linear. *Ñaupá* (na frente ou na frente da pessoa) *kawsay* (vida) coloca a vida na frente da pessoa e, a partir da concepção kichwa, refere-se à vida que já foi vivida, isto é, ao passado. Como está diante de mim (ou da pessoa), é a vida que eu vejo e conheço. Desse modo, o passado é conhecido e pode ser visto como uma referência. Enquanto *huasha kawsay* (vida de trás) é a vida que está às costas da pessoa, por trás, por isso não é vista ou conhecida. *Huasha kawsay* faz alusão à vida futura, não é vista ou conhecida. *Cunan kawsay* é a vida presente, é a vida de hoje, que coloca a pessoa em uma posição que olha para o passado e está de costas para o futuro. [tradução livre]

<sup>23</sup> KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. 2009.

<sup>24</sup> PESSOA, Pablo et al. The contribution of risk relations to urban planning practices: rethinking floods and other natural disasters of anthropic synergy.

<sup>25</sup> BARNES, Liz et al. Buyer behaviour for fast fashion. *Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal*, 2006.

<sup>26</sup> MCNEILL, Lisa; MOORE, Rebecca. Sustainable fashion consumption and the fast fashion conundrum: fashionable consumers and attitudes to sustainability in clothing choice. *International Journal of Consumer Studies*, v. 39, n. 3, p. 212-222, 2015.

<sup>27</sup> INUCA LECHÓN, José Benjamín. Genealogía de *alli kawsay/sumak kawsay* (vida buena/vida hermosa) de las organizaciones kichwas del Ecuador desde mediados del siglo XX. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 12, n. 2, p. 155-176, 2017.

Estas relações inequivocamente anti-hegemônicas com o tempo, com a matéria e com a diversidade não poderiam ser proposições vindas de sujeitos centrais, acolhidos e beneficiados pelo *status quo* (Quadro P1). Os Bem Viveres trazem uma radicalidade constitutiva porque nascem impregnados das experiências violentas de exclusão, exploração, espoliação, opressão, perseguição e invisibilização sofridas pelos povos e grupos periféricos. Na última raia de exclusão do processo virtuoso de prosperidade conduzida pelo mundo ocidental, ficam pé os povos indígenas e a Natureza, como sujeitos mudos (porque nossos ouvidos não ouvem suas línguas). Isso nos ajuda a rastrear o foco de emissão dos Bem Viveres como discursos no momento em que encontram a frequência modulada de captação das antenas do mundo ocidental.

Nos anos 2000, **Abya Yala do Sul** (América do Sul) experienciou uma inédita ascensão de líderes progressistas ao poder. Vitórias eleitorais de candidatos centro-esquerda no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Paraguai e no Peru. E vitórias de candidatos mais comprometidos com “revoluções” democráticas na Venezuela, na Bolívia e no Equador<sup>28</sup>. Como resultado das lutas dos movimentos sociais contra as políticas neoliberais praticadas na década anterior em cada contexto, convencionou-se chamar essa onda progressista por **Socialismo do Século 21**.

“el término fue acuñado por Hugo Chávez para diferenciarlo de los errores y desviaciones del llamado “socialismo real” del siglo XX en la Unión Soviética y los países del Este europeo. La lección principal del proyecto chavista es la necesidad e importancia de combinar el socialismo con la democracia, no una democracia liberal, sino una democracia participativa y directa”.<sup>29</sup>

“o termo foi cunhado por Hugo Chávez para diferenciá-lo dos erros e desvios do chamado ‘socialismo real’ do século XX na União Soviética e nos países do leste europeu. A lição principal do projeto chavista é a importância e necessidade de combinar o socialismo com a democracia, não uma democracia liberal, mas sim uma democracia participativa e direta”.<sup>30</sup>

Esta conjuntura convergente viabilizou uma articulação internacional capaz de pôr fim ao projeto imperialista da ALCA em 2005 e permitiu um reposicionamento geopolítico dos países de **Abya Yala do Sul** que se fortaleceram no apoio mútuo. Cada país experienciou a seu modo a plasticidade de um capitalismo inclusivo, sustentado em políticas sócio-distributivas dos resultados

<sup>28</sup> DILGER, Gerhard. O bem viver como horizonte estratégico. In: ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante, 2016.

<sup>29</sup> HARNECKER, Marta. Democracia y socialismo: el futuro enraizado en el presente. Estudios críticos del desarrollo, v. 1, n. 1, p. 151-182, 2011.

<sup>30</sup> FERNÁNDEZ, Álvaro Andrés Hamburger. El socialismo del siglo XXI en América Latina: Características, desarrollos y desafíos. Revista de relaciones internacionales, estrategia y seguridad, v. 9, n. 1, p. 131-154, 2014. [tradução]



de uma considerável fase de expansão econômica. Nesse sentido, tanto os governantes à centro-esquerda quanto aqueles tidos como radicais dentro do espectro progressista valeram-se de discursos e práticas desenvolvimentistas. Na Bolívia e no Equador não foi diferente. No entanto, características decorrentes dos movimentos sociais que construíram a rota de ascensão dos líderes progressistas nesses países, majoritariamente indígenas, fez de suas experiências um capítulo à parte.

#### Quadro P1 - Refugiados da existência

Uma vez que os Bem Viveres surgem nessa tensão histórica entre as possibilidades e os limites de um ciclo virtuoso socialmente sensível, suas características plasmam e irmanam lutas antigas e emergentes de todos os sujeitos cuja experiência humana os informa da delicada contingência de seu posicionamento dentro ou fora da espiral pueril da prosperidade. O progressismo em toda Abya Yala teve, por volta de 2015, o seu ocaso. Com as eleições de Trump e Bolsonaro, Abya Yala tornou-se um enorme laboratório para o teste das democracias (democracias de baixa intensidade, assemelhadas a regimes autocráticos) sob a liderança da extrema-direita<sup>31,32</sup>. Democracias jovens e consolidadas no mundo todo observam com temor a emergência desta nova onda anti-moderna (anti-humanista, anti-ecológica, anti-científica, cuja nascimento é simbiótico à privatização da internet e à manipulação de massas sensíveis a pós-verdades via mídias e redes sociais). A primeira lição parece óbvia: avanços retrocedem (e rápido). No rescaldo do progressismo desesperançado e ressentido, o mundo moderno sofre as coronhadas dos anti-modernos empoderados e “pergunta-se” em que falhou. Já os não-modernos, representados nesta cena pelos (movimentos) indígenas, seguem margeando a espiral da prosperidade e, às margens, resistem, há 500 anos.

O fim do mundo para o povo indígena é todo dia há cinco séculos.<sup>33</sup> A oportunidade de sonhar outros mundos acolhe todos os refugiados da existência e desse acolhimento solidário vão surgindo suas principais características: periférica, anti-capitalista, anti-patriarcal, biocêntrica, pós-desenvolvimentista, pós-extrativista, plurinacional, intercultural, descolonial, anti-racista, anti-lgbtifóbico, anti-capacitista e transmoderna.

## A RADICALIDADE DO BEM VIVER

“HOJE EU ME SINTO / COMO SE TER IDO FOSSE NECESSÁRIO PARA VOLTAR  
TANTO MAIS VIVO / DE VIDA MAIS VIVIDA, DIVIDIDA PRA LÁ E PRA CÁ  
Gilberto Gil, **BACK IN BAHIA**

Os Bem Viveres, enquanto conceitos, articulam os esforços de tradução (nesse caso, para o português) dos princípios e das práticas de vida plena e de vida harmoniosa próprias das culturas originárias. Esses conceitos firmaram importância no debate global sobre a crise civilizatória ao serem incorporados, em 2009 e 2008, aos textos constitucionais da Bolívia e do Equador.

<sup>31</sup> POSADO, Thomas. Régressions démocratiques en Amérique latine. Pouvoirs, n. 2, p. 97-106, 2019.

<sup>32</sup> NAVARRE, Maud. Démocratie. Les démocraties en danger. Sciences Humaines, n. 2, p. 13-13, 2019.

<sup>33</sup> KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Os debates que subsidiaram os processos desse novo-constitucionalismo apoiaram-se em tais conceitos como noções estruturantes dos sentidos de florescimento coletivos ali positivados. Assim, *Vivir Bien* e *Buen Vivir* figuram como inéditos substitutos ao Desenvolvimento, que, na breve janela política da experiência progressista de **Abya Yala**, anunciam novidades consistentes, mas cuja operacionalidade resultou num primeiro momento em modelos de Estado e de governos bastante próximos do padrão desenvolvimentista que se propunham a superar.

Os conceitos originários mais difundidos nesse processo e que serviram de inspiração à formulação das noções de **Bem Viver** foram o **sumak kawsay**, na língua *kíchwa* (base do *Buen Vivir* equatoriano) e o **suma qamaña**, na língua *aymara* (base do *Vivir Bien* boliviano). À medida que o debate em **Abya Yala** sobre a superação do Desenvolvimento amadureceu e se projetou para além desses dois países, princípios semelhantes reconhecidos noutras culturas foram sendo agregados, formando uma constelação de **Bem Viveres**. Citamos no Brasil, na Bolívia e no Paraguai, o **teko porã** (ou **teko kavi**), que é a tradução literal de **sumak kawsay** para o guarani ou o **nhandereko** (também nas grafias *nande rekó*, *yande reko* ou *nãndereko*), termo mais usado pelos guaranis em referência à sua forma de vida; no Chile, o **küme mongen** dos mapuches; na amazônia equatoriana, o **shiir waras** dos achuar; No México, o **lekil kuxlejal** de Chiapas; registra-se também convergências nas tradições dos kunas no Panamá e dos maias na Guatemala; além do **ubuntu**, na África e do **swadeshi** e do **swaraj**, na Índia<sup>34,35,36</sup>.

O novo-constitucionalismo latino-americano, cristalizado nas novas cartas magnas do Equador e da Bolívia, referem processos constitucionais e debates que se estenderam por 8 meses, no primeiro caso, e por 30 meses, no segundo, apresentando, pelo menos, duas inovações de grande impacto no campo do Direito Constitucional: os **Estados Plurinacionais** e os **Direitos da Natureza**<sup>37,38</sup>. A refundação do Estado em termos interculturais e plurinacionais pretende superar o modelo de Estado-nação europeu, de caráter monista, que pressu-

<sup>34</sup> GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir. In: D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (Ed.). *Degrowth: a vocabulary for a new era*. Routledge, p. 201-204, 2014.

<sup>35</sup> KOTHARI, Ashish; DEMARIA, Federico; e ACOSTA, Alberto (2015); "Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the Green Economy", *Development* 57.3/4 Inequalities. <http://www.palgrave-journals.com/development/journal/v57/n3-4/full/dev201524a.html>

<sup>36</sup> HOUTART, François. El concepto de Sumak Kawsay (Buen Vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad. *Ecuador Debate*, v. 84, n. 57-76, 2011.

<sup>37</sup> MORAES, Germana de Oliveira; FREITAS, Raquel Coelho. O novo constitucionalismo latino-americano e o giro ecocêntrico da Constituição do Equador de 2008: os direitos de Pachamama e o bem viver (*sumak kawsay*). *Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas*. Curitiba: Juruá, p. 103-124, 2013.

<sup>38</sup> GROSS, Alexandre Felix; GROTH, Terrie. Novo constitucionalismo latino-americano: plurinacionalismo e ecocentrismo nas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009)/New latin american constitutionalism: plurinationalism and ecocentrism in the constitutions of Ecuador (2008) and Bolivia. *Revista Culturas Jurídicas*, v. 5, n. 11, 2018.

punha e intencionava produzir a ideia de um povo único, culturalmente coeso e homogêneo. Segundo Isabella Radhuber<sup>39</sup>, os processos de constituição dos Estados-nação sempre foram violentos porque os esforços para o forjamento de uma singularidade via de regra se deram acompanhados da exclusão das minorias nacionais. No entanto, na Bolívia, por exemplo, a busca por tal singularidade homogênea excluiu a maioria indígena da população. Por essa razão é que não faz sentido pensar, discutir ou trabalhar para a implementação de Estados Plurinacionais se não tratarmos do racismo e das ações necessárias para o seu enfrentamento, uma vez que não se trata apenas de uma violência de maiorias contra minorias.

Dessa forma, considerando que a ideia de Estado pressupõe, em qualquer modelo, um espaço de dominação e de expressão do poder político, a construção dos Estados Plurinacionais, comunitários e autonômicos na Bolívia e no Equador tornou-se a principal bandeira dos movimentos indígenas, que buscavam (e seguem buscando) emancipação e respeito à multiculturalidade pela prática democrática intercultural como superação da colonialidade. Não se trata, portanto, de um reconhecimento passivo da diversidade de povos e nacionalidades que compõem o Estado, mas sim “uma declaração pública do desejo de incorporar perspectivas distintas de sociedade”<sup>40</sup> aos espaços de exercício desse poder político, garantindo a legitimidade de poder (traduzido nas soberanias alimentar, energética, cultural, econômica, monetária, etc.) daqueles que têm sido, desde o primeiro contato, excluídos<sup>41</sup> deste sistema totalizante.

O racismo não é apenas um problema social. O racismo, que serviu para legitimar a Conquista, ao considerar que há raças e que estas podem hierarquizar-se, é um problema político. E, como tal, expressa-se também como uma questão de segregação econômica, exclusão e marginalização. É, inclusive, um problema de caráter ambiental, pois não se respeitam os ecossistemas e territórios onde habitam povos e nacionalidades indígenas ou comunidades negras. A segregação racial surge nas áreas urbanas quando grupos racialmente marginalizados, muitas vezes, se veem forçados a viver em lugares precários<sup>42</sup>.

Embora tenhamos indícios de que a luta em defesa da Natureza ou dos bens naturais tenha acompanhado a história humana desde os tempos mais remotos<sup>43</sup>, diferentes contextos de risco e de ameaças produzidos pela modernidade foram gradualmente indicando a necessidade de um esforço de ar-

<sup>39</sup> RADHUBER, Isabella M. Indigenous struggles for a plurinational state: an analysis of indigenous rights and competences in Bolivia. *Journal of Latin American Geography*, p. 167-193, 2012.

<sup>40</sup> ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante, 2016. p. 148.

<sup>41</sup> ALCOREZA, Raúl Prada. Análisis de la nueva Constitución Política del Estado. Crítica y emancipación: *Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*, p. 35-50, 2008.

<sup>42</sup> ACOSTA, O bem viver ... , 2016. p. 146.

<sup>43</sup> BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza. Editora Garamond, 2008.

ticulação entre localidades e regiões, globalmente, de modo que possamos substancialmente proteger a Natureza que nos suporta. Assim, recordando os significados de **Abya Yala** (terra madura, plena e fértil), é daqui e sob os princípios de respeito à Terra sagrada partilhado pelas culturas indígenas, que surge como proposta a concepção dos **Direitos da Natureza**.

No frenesi da janela de novas conquistas aberta pelo **Socialismo do Século 21**, Bolívia e Equador buscaram incluir em seus processos de refundação constitucional os **Direitos da Natureza**, sendo que apenas o segundo país obteve sucesso. A Constituição da República do Equador, portanto, ao dedicar um capítulo aos **Direitos da Natureza e da Pachamama** num esforço de positividade intercultural (capítulo sétimo, artigos 71 a 74), firmou-se como marco inicial do processo que tem sido referido no Direito como **giro ecocêntrico**, uma vez que inaugura uma categoria nova de direitos (mega e meta-direitos) equiparada aos Direitos Humanos, porém não fundada na centralidade do ser humano e, sim, no valor intrínseco da vida:

El caso ecuatoriano es el primero en el que la polis, la ciudadanía, aceptó un nuevo contrato social que reconoce los derechos de la Naturaleza. En este caso, la mayoría ciudadana aprobó el texto constitucional que incluye otra visión sobre el ambiente. Esto no implica desconocer o rechazar a quienes descreen de la Naturaleza como sujeto de derechos, pero obliga a considerar esos derechos junto a otros en los debates y la administración de la justicia.

En el texto Constitucional se reposicionan los derechos de tercera generación vinculados al ambiente y se formalizan por primera vez los derechos de la Naturaleza, propios de los valores intrínsecos.<sup>44</sup>

O caso equatoriano é o primeiro no qual a polis, a cidadania, aceitou um novo contrato social que reconhece os direitos da Natureza. Neste caso, a maioria cidadã aprovou o texto constitucional que inclui outra visão sobre meio ambiente. Isto não implica ignorar ou rejeitar aqueles que desconsideram a Natureza como sujeito de direitos, mas os obriga a considerar esses direitos acompanhados de outros nos debates e na aplicação da justiça.

No texto Constitucional, os direitos de terceira geração relativos ao meio ambiente são reposicionados e, pela primeira vez, os direitos da Natureza, relativos aos valores intrínsecos, são formalizados. [tradução livre]

Apesar do povo boliviano não ter logrado êxito na tentativa de pactuação de uma constituição que de pronto acolhesse os **Direitos da Natureza**, articulações políticas posteriores viabilizaram a concepção de uma lei específica tratando destes<sup>45</sup>. Outros protagonismos, no entanto, seriam assumidos pela Bolívia no cenário internacional. No dia 22 de abril de 2009, o presidente Evo Morales fez um pronunciamento na 63ª sessão da Assembleia Geral da ONU, anunciando a proclamação daquela data como o **"Dia Internacional da Mãe Terra"** (A/RES/63/278), resultado de negociações intergovernamentais lidera-

<sup>44</sup> GUDYNAS, Eduardo. Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales. 2016. p. 69.

<sup>45</sup> BOLIVIA. LEY Nº 071, DE 21 DE DICIEMBRE DE 2010.

das pela comissão boliviana. Na sequência, em 2010, durante a **Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra**, em Cochabamba (cidade em que há uma década havia ocorrido a Guerra da Água<sup>46</sup>), proclamou-se a **Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra**, cujo artigo 2º reconhece “entre os direitos inerentes da Mãe Terra e dos seres que a compõem, o direito à água como fonte de vida”<sup>47</sup>. Naquele momento, povos indígenas, nações e organizações de todo o mundo autoreconheceram-se como filhas e filhos de Pachamama<sup>48</sup>. Conclamou-se, então, a Assembléia Geral das Nações Unidas a adotar a Declaração como modelo para todos os povos e nações do mundo.

Logo após a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra, proclamada, em abril de 2010, em Cochabamba, a Assembléia das Nações Unidas acatou a proposta do Governo da Bolívia, e, por meio da Resolução A/RES/64/29241, em 28 de julho de 2010, reconheceu que o direito à água potável e ao saneamento é um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos. Na sequência, em 30 de setembro de 2010, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou a Resolução A/HRC/RES/15/942, afirmando que o direito humano à água potável e ao saneamento deriva do direito a um nível de vida adequado e está indissolúvelmente associado ao direito ao mais alto nível possível de saúde física e mental, assim como ao direito à vida e à dignidade.<sup>49</sup>

Como explica David Choquehuanca<sup>50</sup>, chanceler da Bolívia no governo Morales entre 2006 e 2017, a água para a maioria das culturas originárias de **Abya Yala** é o leite da Mãe Terra, alimento primordial provido a seus filhos. É o que os/nos alimenta, nutre e suporta a vida (de todos os seres). A **Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra**, portanto, mais que um marco normativo, anuncia um processo de projeção dos sistemas de vida indígenas de **Abya Yala** para o mundo. Nesse sentido, ainda acompanhando o pensamento de Choquehuanca, se todos os seres se alimentam de água (plantas, pássaros, humanos, independente das posições ocupadas na teia alimentar), este elo faz de nós irmãos, horizontalizando-nos. Tal projeção de princípios e cosmologias apresenta ao mundo ocidental secularizado um outro padrão de relação com a Natureza, porque quando nos referimos ao planeta Terra não o fazemos com o mesmo respeito que quando a reconhecemos como mãe. Trata-se, portanto, da difusão<sup>51</sup> de um padrão de relação harmoniosa não só entre os

<sup>46</sup> Revolta popular que ocorreu entre janeiro e abril do ano 2000 contra a privatização do sistema municipal de gestão da água depois que a empresa Aguas del Tunari (do grupo norte-americano Bechtel) dobrou as tarifas cobradas.

<sup>47</sup> MORAES, Germana de Oliveira. O constitucionalismo ecocêntrico na América Latina, o Bem Viver e a nova visão das águas. Revista da Faculdade de Direito, v. 34, n. 1, 2013. p. 123-155.

<sup>48</sup> No Art. 1 da Declaração, a Mãe Terra (Pachamama) é “um ser vivo (...) uma comunidade única, indivisível e autorregulada de seres interrelacionados, que sustém, contém e produz todos os seres que a compõe, que cada ser se define pelas suas relações como parte da integrante da Mãe Terra.”

<sup>49</sup> MORAES, O constitucionalismo ecocêntrico ..., Revista da Faculdade de Direito, 2013, p. 146.

<sup>50</sup> David Choquehuanca Céspedes, assim como Morales, é uma liderança aymara formada na luta campesina indígena e é tido, frente aos demais quadros, como principal braço do indigenismo no governo. Martínez, Choquehuanca: Es Abya Yala, no “América”..., 2019.

<sup>51</sup> Ver linha do tempo organizada pela Aliança Global (GARN): <https://therightsofnature.org/timeline/>



## Quadro P2 - O reconhecimento dos Direitos da Natureza no mundo

1

PAÍS	TIPO	ANO	DESCRIÇÃO
<b>África do Sul</b>	Decisão judicial	2018	A Suprema Corte de Apelação proferiu uma sentença em 1º de junho, apoiando os direitos consuetudinários da comunidade indígena Dweza Cwebe de colher mexilhões na costa leste da África do Sul, de acordo com seu próprio sistema ancestral.
<b>Argentina</b>	Lei Nacional/ Lei Federal	2015	Proposta de regulamento nacional sobre os Direitos da Natureza.
	Legislação local	2018	O conselho municipal da cidade de Santa Fé aprovou um decreto municipal reconhecendo em seu Art.4 os Direitos da Natureza. A portaria será promulgada pelo prefeito da cidade de Santa Fé.
<b>Austrália</b>	Lei Nacional/ Lei Federal	2017	O Parlamento Vitariano aprovou, em 21 de setembro, a Lei de Proteção ao rio Yarra (Wilipgin Birrarung murrn). O ato tornou-se lei em 1º de dezembro de 2017 e reconhece legalmente o Yarra como uma entidade viva indivisível, que merece proteção. A Lei também reconheceu a conexão intrínseca dos ribeirinhos tradicionais com o rio Yarra e os reconhece como os guardiões da terra e da hidrovia que eles chamam de Birrarung.
<b>Bangladesh</b>	Decisão judicial	2019	O Supremo Tribunal de Bangladesh reconheceu o rio Turag como uma entidade viva com direitos legais e considerou que o mesmo se aplicaria a todos os rios em Bangladesh.
<b>Belize</b>	Lei Nacional/ Lei Federal	2012	Adoção de uma moratória indefinida transformada em lei em 29 de dezembro de 2017 para preservar como Patrimônio Mundial os sítios de recifes de coral, em um reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos.
<b>Bolívia</b>	Lei Nacional/ Lei Federal	2012	Lei 300 - Marco da Mãe Terra e do Desenvolvimento Integral para o Bem Viver, de 15 de outubro: (LEY MARCO DE LA MADRE TIERRA Y DESARROLLO INTEGRAL PARA VIVIR BIEN)
	Lei Nacional/ Lei Federal	2010	Lei 071 - Direitos da Mãe Terra, de 21 de dezembro: (LEY DE DERECHOS DE LA MADRE TIERRA)
	Outros documentos oficiais	2010	Primeira Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra.
<b>Brasil</b>	Legislação local	2018	Alteração da Lei Orgânica do Município de Paudalho, no Estado de Pernambuco, adota os Direitos da Natureza.
		2018	A nascente de água natural de São Severino do Ramos teve seu direito à existência reconhecido em Lei Municipal (Lei Nº 878/2018), fundamentada na alteração da lei orgânica do município de Paudalho.
		2017	Alteração da Lei Orgânica do município de Bonito, no Estado de Pernambuco, adota os direitos da Natureza.
		2015	São Paulo - Projeto de Emenda à Lei Orgânica 04-00005/2015, de autoria do vereador Eduardo Tuma (PSDB).
	Decisão judicial	2019	O Superior Tribunal de Justiça (STJ), adotando uma perspectiva ecológica baseada no princípio da dignidade da pessoa humana, emitiu uma decisão histórica reconhecendo animais não humanos como sujeitos de direitos. A decisão aborda ainda a necessidade de mudar o paradigma antropocêntrico legal e substituí-lo pelo pensamento biocêntrico, que promove a interconectividade e a estreita relação entre os seres humanos e a Natureza e também reconhece o valor intrínseco da Natureza.
<b>Colômbia</b>	Legislação local	2019	O departamento de Narino se tornou o primeiro no país a reconhecer a Natureza como um sujeito de direitos, assinando o Decreto 348.
	Decisões judiciais	2019	O Tribunal Civil Municipal colombiano de La Plata - Huila reconheceu o rio La Plata como um sujeito de direitos, ordenando medidas de proteção para o bem-estar de ambos, do povo e do rio La Plata.
		2019	O Tribunal Administrativo de Tolima ordenou interromper a exploração mineira dos rios Coello, Combeima e Cocora, juntamente com suas bacias, reconhecendo-os como sujeitos de direitos de proteção, conservação, manutenção e restauração.
		2019	O Tribunal Superior de Medellín reconheceu o rio Cauca, sua bacia e afluentes como sujeito dos direitos.
		2018	O Supremo Tribunal de Justiça da Colômbia emitiu uma decisão histórica ao conceder direitos à Amazônia colombiana nos mesmos moldes que os do Rio Altrato.
		2018	O Tribunal Administrativo de Boyacá, Colômbia, declarou a Páramo de Pisba (ecossistema neotropical montanhoso) como um sujeito de direitos.
		2018	O Primeiro Tribunal Penal do Circuito de Cartagena ordenou que o Estado da Colômbia protegesse e preservasse a vida das abelhas como agentes polinizadores.
		2017	O Supremo Tribunal de Justiça da Colômbia estabeleceu que os animais são sujeitos com direitos e concedeu direitos ao urso andino também chamado de urso-de-óculos ou <i>oso de anteojos</i> ( <i>Tremarctus ornatus</i> ).
		2016	O Tribunal Constitucional da Colômbia emitiu uma decisão sobre um caso relacionado à mineração ilegal, no qual reconheceu o rio Altrato como um sujeito de direitos.
<b>Costa Rica</b>	Regulamento local	2016	Decreto executivo que declara 22 de abril o Dia Nacional da Mãe Terra.



Destaques para os primeiros reconhecimentos de Direitos da Natureza em nível municipal no Brasil: nas cidades de Bonito e Paudalho, em Pernambuco (em verde); e para a decisão histórica do STJ que, numa sustentação de giro ecocêntrico, reconheceu a dignidade de um papagaio como sujeito de direitos (em laranja).

## Quadro P2 - O reconhecimento dos Direitos da Natureza nos diferentes países (cont.)

2

Equador	Constituição	2008	1ª Constituição a incorporar os Direitos da Natureza.
	Decisões judiciais	2019	A Suprema Corte do Equador proferiu sentença em um caso de crime contra a vida selvagem, ordenando o confisco de um navio pego transportando 6226 tubarões.
		2015	Sentença sobre o caso da morte de um jaguar.
		2015	Sentença do Tribunal de Garantias Criminais sobre tubarões.
		2015	Áreas Naturais Protegidas e Direitos da Natureza.
		2015	Atividade Mineradora e Direitos da Natureza.
		2012	Galapagos
	Outros documentos oficiais	2019	Resposta ao <i>Movimiento Animalista Nacional</i> (MAN)
		2019	O novo Tribunal Constitucional anunciou que abordará o conteúdo jurídico dos direitos da Natureza.
		2015	<i>Defensoría del Pueblo</i> (defensoria pública): <i>Concha vs Petroecuador</i> .
2014		Código Penal (crimes contra a Natureza)	
2013		O papel decisivo de <i>Amicus Curiae</i> nos Casos Equatorianos de Direitos da Natureza.	
2013		<i>Defensoría del Pueblo</i> (defensoria pública): Frente das Mulheres.	
2012	<i>Defensoría del Pueblo</i> (defensoria pública): <i>Bananeros en Los Rios</i> .		
EUA	Constituição	2014	Constituição Estadual (Estado Federal) Em janeiro de 2014, foi proposta uma Emenda Constitucional à Constituição do Estado do Colorado, que incluía especificamente o direito dos municípios de aprovar leis que estabelecem os Direitos da Natureza.
	Legislação local	2019	Yurok Tribe (CA)   Toledo (OH)   Santa Monica (CA)
		2018	<i>White Earth Nation and 1855 Treaty Authority</i> (MN)   Santa Monica (CA)
		2013	Mora County (NM)   Santa Monica (CA)
		2012	Broadview Heights (OH)   Yellow Spring (OH)
		2011	Baldwin (PA)   Forest Hills (PA)   Mountain Lake Park (MD)   State College (PA)   W. Homestead (PA)
		2010	Licking (PA)   Packer (PA)   Pittsburgh (PA)   Wales (NY)
		2009	Newfield (NJ)
		2008	Halifax (VA)   Mahanoy (PA)   Nottingham (NH)
		2006	Tamaqua (PA)
Decisão judicial	1972	O caso "Sierra Club vs Morton" (USA: Sierra Club vs Morton, 405 U.S. 727) ficou conhecido pela opinião divergente do juiz William O. Douglas, que afirmou que os recursos naturais deveriam ter legitimidade para processar por sua própria proteção.	
Outros documentos oficiais	2018	Crestone (CO)	
França	Constituição	2018	Uma reforma para emendar a Constituição (1958) e a Carta do Meio Ambiente (2004) foi iniciada em 10 de julho. Mais de 20 alterações abordando, entre outros, os direitos de vida, bem-estar animal, bens comuns globais, o crime de ecocídio e o princípio da regressão não ambiental foram apresentadas pelos deputados, sinalizando uma tendência para um processo constitucional mais ecocentrado.
	Legislação local	2016	As Ilhas Loyalty, parte do território francês da Nova Caledônia, habitada por 90% do povo Kanak, adotaram uma primeira fase do seu Código Ambiental em 6 de abril, através da qual certos elementos da Natureza podem ser reconhecidos em seus próprios direitos.
Índia	Decisões judiciais	2018	Em julho, o Tribunal Superior de Uttarakhand concedeu o status de pessoa coletiva ou entidade a animais no estado do norte.
		2017	Em abril, as geleiras do Himalaia Gangotri e Yamunotri receberam status de entidades vivas, incluindo cachoeiras, prados, lagos e florestas.
		2017	Em março, os rios Ganga e Yamuna, dois dos rios mais sagrados da Índia, receberam status humano.
		2012	"T.N. Gadavarma Thirumulpad vs. União da Índia e Outros" ficou conhecido pelas opiniões dos juizes K.S. Radhakrishnan e Chandramauli Kr. Prasad por afirmarem que a Justiça Ambiental só poderia ser alcançada se nos afastarmos dos princípios antropocêntricos.
	Outros documentos oficiais	2017	A Assembleia Estadual de Madhya Pradesh declarou o rio Narmada uma entidade viva e considerou-o a linha da vida do Estado, anunciando a proibição indefinida da mineração de areia no rio Narmada.
2017		A proposta da Lei Nacional do Rio Ganga daria ao Ganga uma personalidade jurídica.	

## Quadro P2 - O reconhecimento dos Direitos da Natureza nos diferentes países (cont.)

3

México	Constituição	2019	Constituição Estadual (Estado Federal) Em 10 de junho, o Congresso do Estado de Colima aprovou uma emenda à constituição estadual que reconhece os Direitos da Natureza.
		2017	Constituição da Cidade do México Em 31 de janeiro, a nova Constituição da Cidade do México adotou os direitos da Natureza em seu artigo 18, parágrafos 2 e 3, página 40 da Constituição. Em 5 de fevereiro, a nova Constituição foi promulgada e entrou em vigor em 17 de setembro de 2018.
		2014	Constituição Estadual (Estado Federal) A Constituição do Estado de Guerrero, alterada em 30 de junho, reconheceu em seu artigo 2 os Direitos da Natureza.
	Lei Nacional/ Lei Federal	2013	Lei Ambiental para a Proteção da Terra. No Distrito Federal do México, a Lei Ambiental para a Proteção da Terra entrou em vigor em 17 de outubro de 2013.
	Legislação local	2019	A Comissão Local de Direitos Humanos do Estado de Guerrero aceita receber reclamações por violações dos Direitos da Natureza em casos apresentados por cidadãos com relação a abusos de animais no Zoológico de Zochilpan.
Nova Zelândia	Lei Nacional/ Lei Federal	2017	Em março, o rio Whanganui recebeu status legal de pessoa.
		2014	Em julho, Te Urewera, anteriormente um parque nacional, foi removido do sistema nacional de parques e foi legalmente reconhecido como: "uma entidade legal" com "todos os direitos, poderes, deveres e responsabilidades de uma pessoa coletiva". Te Urewera é gerenciada pelo novo Conselho de Te Urewera, responsável por agir em favor e em nome de Te Urewera.
	Outros documentos oficiais	2018	O governo da Nova Zelândia e Ngāi Rangi Iwi (tribo Māori) assinaram um acordo estabelecendo, entre outros termos, uma estrutura de reparação para o rio Whangāehu, Te Waiū-o-Te-Ika. Te Waiū-o-Te-Ika é reconhecido como um todo vivo e indivisível, de Te Wai-a-Moe (o lago da cratera) ao mar, compreendendo elementos físicos e metafísicos que dão vida e cura aos seus arredores e comunidades. O acordo também reconhece um conjunto de quatro valores intrínsecos (NgāTōka a Te Waiū-o-Te-Ika) que representam a essência de Te Waiū-o-Te-Ika.
		2017	Em dezembro, o Monte Taranaki obteve os mesmos direitos legais que uma pessoa.
		2014	Lei de Gerenciamento de Recursos
		2012	Termo de compromisso entre o Whanganui Iwi e o Governo da Coroa.
Portugal	Outros documentos oficiais	-	Há uma petição em andamento de cidadãos portugueses apelando ao Presidente da Assembleia da República para que reconheça os direitos intrínsecos da Natureza. A petição solicita que a Assembleia adote as medidas legislativas necessárias para reconhecer que a busca pelos direitos fundamentais humanos depende do reconhecimento dos direitos intrínsecos da Natureza. A petição também cobra o estabelecimento de um dever legal do Estado e de todos os seus cidadãos de respeitar todos e quaisquer elementos de qualquer ecossistema, bem como o direito de qualquer pessoa ou entidade exigir que o Governo defenda os direitos intrínsecos da Natureza.
Uganda	Lei Nacional/ Lei Federal	2019	Em fevereiro, com a promulgação da Lei Nacional do Meio Ambiente ( <i>the National Environment Act 2019</i> ), o Parlamento reconheceu os direitos fundamentais da Natureza de ser, avaliar e regenerar.

Fonte: Adaptado de: RoN. The Rights of Nature. 2019.  
Disponível em: <http://harmonywithnatureun.org/rightsOfNature/> Acesso em: 09/08/2019.

[ 2019 - 1872 ]

Constituições

## A RECRIAÇÃO DA DIGNIDADE

Ana Patricia Cubillo-Guevara e Antonio Luís Hidalgo-Capitán<sup>52</sup> defendem que o **Bem Viver** genuíno derivou do **sumak kawsay**, do *shiir waras* e do *pénker pu-justin* dos povos indígenas amazônicos equatorianos (kíchwa, achuar e shuar), mas especialmente da comunidade kíchwa de Sarayaku. No início dos anos 1990, esta comunidade realizou um processo de reflexão coletiva sobre seu próprio conceito de existência desejável, contrapondo-o ao conceito ocidental de **Desenvolvimento Sustentável**. O sistema de crenças e mitos próprios da cultura amazônica e que sintetizam seu modo de vida era nomeado **sumak kawsay** e, assim, foi incluído no Plano Amazanga de 1992 da Organização dos Povos Indígenas de Pastaza<sup>53</sup> (OPIP). Os autores destacam o papel de divulgação do conceito assumido pelo antropólogo kíchwa amazônico Carlos Viteri. Atribuem-lhe o crédito pelo **sumak kawsay** ter transcendido o campo político circunscrito às lideranças de Pastaza e logrado ingressar na esfera intelectual ocidental.

Em geral, o movimento indígena andino difundiu o conceito entre seus pares e aliados, identificando conceitos análogos e recebendo acolhimento gradual dos demais movimentos sociais até alcançar os âmbitos acadêmicos e políticos mais centrais. No caso boliviano, os primeiros intelectuais aymara a tratarem do *suma qamaña* despontaram a escrever e teorizar sobre este conceito no início dos anos 2000: Simón Yampara e Mario Torrez, do Centro Andino de Desenvolvimento Agropecuário da Bolívia (CADA). Este debate resultou de um questionamento sobre o lema do governo boliviano dos anos 1990: “*Para Vivir Mejor*” (Para Viver Melhor). Então, a partir de um resgate da memória política das avós e avôs nos ayllus (núcleos territoriais e políticos de parentesco), revela-se a chave da vida aymara, um modelo chamado *suma-qamaña*, com base no qual a comunidade procura **viver bem**, em harmonia com todos e entre todos<sup>54</sup>.

Destaca-se, em um momento seguinte, os papéis da GTZ alemã (*Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*, Sociedade de Cooperação Técnica) junto à Federação de Associações Municipais da Bolívia (FAM), que promoveram encontros sobre a concepção indígena de bem-estar e publicaram três relatórios dirigidos por Javier Medina, que serviram de suporte à difusão do **suma qamaña** como tradição andina recriada e alternativa indígena ao conceito

<sup>52</sup> CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis. El *sumak kawsay* genuino como fenómeno social amazónico ecuatoriano. OBETS. Revista de Ciencias Sociales. Vol. 10, n.º 2, 2015, pp. 301-333.

<sup>53</sup> Pastaza é uma província do Equador localizada na região Amazônica. Sua capital é a cidade de Puyo e o nome da província deve-se ao rio Pastaza, que a separa da província de Morona-Santiago.

<sup>54</sup> BURMAN, Anders. El ayllu y el indianismo. Autenticidad, representatividad y territorio en el que hacer político del Conamaq, Bolivia. Los Nuevos Caminos de los Movimientos Sociales en Latinoamérica; Ejdesgaard Jeppsen, AM, Balslev Clausen, H., Velázquez García, MA, Eds, p. 100-122, 2015.

de Desenvolvimento. Nos anos 2004 e 2005, ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), órgão em que trabalhava Carlos Viteri, começaram a promover uma mudança no objetivo geral das políticas indigenistas, voltando-as à busca pelo Bem Viver e não mais ao “desenvolvimento com identidade”.

Desse momento em diante, o conceito traduzido como *Vivir Bien* foi incorporado ao repertório intelectual do movimento indígena boliviano e, em 2006, apareceria na primeira versão do Plano Nacional de Desenvolvimento (2006-2011) de Evo Morales: “*Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien*”. Da mesma forma, **suma qamaña** também constava no conteúdo do primeiro documento de propostas para a Assembléia Constituinte da Bolívia (ACB) “*Propuesta de las Organizaciones Indígenas, Originarias, Campesinas y de Colonizadores hacia la Asamblea Constituyente*” e no rascunho do texto constitucional “*Propuesta Consensuada del Pacto de Unidad. Constitución Política del Estado Boliviano. Por un Estado Unitario Plurinacional Comunitario, Libre, Independiente, Soberano, Democrático y Social*”, usado como ponto de partida para a redação definitiva da Constituição. Assim, estabeleceu-se também o *Vivir Bien* no documento final.

No caso equatoriano, pesquisas genealógicas mais recentes<sup>55</sup> contrapõem (ou ampliam) a tese de recriação do **sumak kawsay** nos anos 2000 e remontam as origens da recuperação do conceito a meados do século 20. José Benjamín Inuca Lechón<sup>56</sup>, pesquisador kichwa, sustenta o argumento de que o significado e o sentido do **sumak kawsay** têm sido recriados desde pelo menos a segunda metade do século passado, quando organizações da nacionalidade kichwa da Serra e da Amazônia equatorianas desenvolveram ações voltadas à promoção de uma educação intercultural bilíngue. Segundo o autor, a investida em uma educação própria, na língua kichwa, fazia parte de uma estratégia mais ampla de recuperação da dignidade dos povos indígenas a mais de quatro séculos (à época) sujeitados a injustiças e desigualdades.

A luta organizada dos povos indígenas tinha por finalidade promover uma mudança na matriz cultural e política do Equador e, para tanto, apostaram na recriação dos conceitos de **sumak kawsay** (aqui entendido como ideal e imaginário da vida plena) e *alli kawsay* (uma referência à vida prática e cotidiana dos kichwa). Tal educação de caráter emancipatório, portanto, realizou confrontações, inversões e mudanças mediante o encontro de saberes (**yachay tinkuy**), valorizando além desses conceitos centrais, aspectos relacionados à autonomia e à autogestão dos povos indígenas. Tal luta demandava não só uma educação própria, com professores e currículos que incluam seus sabe-

<sup>55</sup> CUESTAS CAZA, J. Sumak Kawsay. *ÁNFORA*, Vol. 26, n.º 47, July 2019, pp. 109-40, doi:10.30854/anf.v26.n47.2019.636.

<sup>56</sup> INUCA LECHÓN, José Benjamín. Genealogía de *alli kawsay/sumak kawsay* (vida buena/vida hermosa) de las organizaciones kichwas del Ecuador desde mediados del siglo XX. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 12, n. 2, p. 155-176, 2017.

res (*ñucanchij yachana* ou *sumak yuyay*), mas também terra própria (*ñukanchik allpa*) e alimentação boa, por seus próprios produtos (*sumak micuna*). Resulta, enfim, em uma estratégia de enfrentamento da violência, da discriminação social, do desprezo por seu idioma, sua cultura e seu modo de vida decorrentes da dominação monocultural castelhanizante.

Inuca Lechón destaca o papel de visibilização dos conceitos kichwa realizado por quatro agências históricas (no sentido sociológico de conjuntos de agentes com ações específicas que repercutem em mudanças no curso da história): as missionárias Lauritas e a Igreja Católica, com seu trabalho de leitura cristã do *alli kawsay*; as Organizações Não Governamentais, como o CIEI (Centro de Investigaciones de la Educación Indígena), que trazem uma abordagem desenvolvimentista do **sumak kawsay** apoiada pela *Pontificia Universidad Católica del Ecuador* (PUCE); o partido comunista do Equador, que apresenta uma leitura política e histórica dos conceitos; e o Estado, que dirige as ações educativas com suas instituições. O autor identifica assim quatro momentos de **yachay tinkuy** (encontro e confrontação de saberes), que representam influências pedagógicas no fortalecimento da autonomia dos kichwa.

No ano de 1939, nas escolas indígenas criadas por Dolores Cacuango<sup>57</sup> à frente da FEI (Federación Ecuatoriana de Índios), registra-se a utilização de um material educativo bilíngue com forte enfoque assimilacionista e de transição à aprendizagem do castelhano: "*Mi cartilla Inca*" (Minha cartilha Inca). No conteúdo consta uma menção ao *alli kawsay*, traduzido como virtude. Uma vez que a tradução literal de termo é "vida boa", Inuca Lechón associa esta distorção a um esforço por parte das educadoras missionárias para entendê-lo e posicioná-lo dentro dos cânones cristãos como um estado e/ou atitude da pessoa que está ou tem uma vida boa. Na sequência, registra-se duas publicações do periódico *Ñucanchic allpa*, da FEI, considerado hoje um instrumento de educação libertadora convergente com a pedagogia de Paulo Freire<sup>58</sup>.

No Nº 10, de fevereiro de 1939, há uma passagem que convoca as crianças à escola para que a aprendam a ler e escrever, para que assim possam viver melhor, uma vida mais civilizada que a de seus pais. Nesse contexto, ser civilizado significava aprender o castelhano, a cultura ocidental e tornar-se cidadão em respeito às normas do estado equatoriano. Com isso, o periódico opõe as civilizações kichwa e ocidental, tomando o lado da última. Já na edição Nº 15, de maio de 1940, consta uma visão sensivelmente diferente do anterior, pois há uma identificação direta dos indígenas com a condição da classe operá-

<sup>57</sup> Dolores Cacuango Quilo (Cayambe, 26 de outubro de 1881 - Yanahayco, 23 de abril de 1971), ativista equatoriana (e líder feminista) pioneira na luta pelos direitos dos indígenas e camponeses do início do século 20.

<sup>58</sup> RODAS, Raquel. Dolores Cacuango. Sociedad Alemana de Cooperación Técnica, Proyecto de Educación Bilingüe Intercultural, 1998.

ria e, nesse sentido, a solução de seu problema passaria pela distribuição da terra, pela extinção do trabalho forçado e por outra série de reivindicações próprias das lutas trabalhistas. A enumeração destas demandas é encerrada com a seguinte passagem:

'chai tucui chuscu patzag huatacuna yalingacaman runaca esclavosha, huacchasha causashcapico, ña cunanshata mi caica ima nishcataca, alli kawsaypa, pagtachi casharina' [em kichwa]

Quatrocentos anos se passaram de pessoas vivendo como escravas, como pobres e, agora, o que foi dito, devemos começar a realizá-lo ou colocá-lo em prática "para a boa vida".

[tradução aprox., do espanhol]

O **yachay tinkuy** aqui destacado, portanto, deve-se à emergência (após a tensão pré-estabelecida entre os modos de vida kichwa e ocidental) de uma consciência social, aludindo à necessidade de insurgência coletiva para que se recobre a vida boa. O discurso adquire, então, evidentes aspectos socialistas, que se explica pela direção do jornal, a cargo de Nela Martínez, militante do *Partido Comunista del Ecuador* (e primeira deputada da história do Equador). O periódico contava com o apoio dos campesinos para realizar-se e fortalecer sua luta. Isto resultou em uma identificação com os mesmos problemas entre indígenas e mestiços pobres e negros, indicando um discurso de convergência solidária entre povos marginalizados. A luta da FEI pela educação e pela terra junto aos povos indígenas segue até a segunda reforma agrária de 1973, quando a entidade começa a perder força e seu papel vai sendo assumido pela ECUARUNARI (*Ecuador Runacunapac Riccharimui*).

O conceito de *alli kawsay* tornaria a ser trabalhado nos anos 1980, logo após o período ditatorial (1972-1979), nas oficinas para alfabetizadores, educadores bilíngues e líderes educativos, organizadas pelas Missionárias Lauritas, promovidas pelo governo Roldós-Hurtado e voltadas a dirigentes de diversas organizações indígenas do Equador. A *Federación de Comunas Unión de Nativos de la Amazonia Ecuatoriana* (FCUNAE) deu a Sor Inés Ochoa a incumbência de coordenar a alfabetização das comunidades kichwa do rio Napo. Entre 1982 e 1998 foram ministrados cursos e oficinas com o objetivo de formar educadores nas próprias comunidades. Inuca Lechón analisa um conjunto de imagens de apoio utilizadas por Ochoa em uma oficina entre julho e agosto de 1984, na cidade de Quito, e a partir delas reconstrói a forma como eram trabalhados os sentimentos acerca da dominação de seu povo. Desse material, infere também a relação dos kichwa com os tempos passado (*ñaupa kawsay* ou vida passada), presente (*cunan kawsay* ou vida presente) e futuro (*huasha kawsay* ou vida de trás) e sua visão sobre o povo mestiço.

Em lógica inversa ao tempo linear da cultura ocidental, olha-se de frente para a vida que já conhece (passado) e o futuro, que não conhecemos, posiciona-se

às nossas costas. Os elementos nas imagens se apresentam em ordem e disposições tais que uma narrativa é construída sobre a interrupção do futuro por ocasião da colonização e, por consequência, o presente passa a figurar como uma mistura de passado com a vida mestiça (*mishu kawsay*). Há um outro esquema representando o poder, nesse caso, econômico-político (em um círculo) e a educação, a unidade e o ser (em um semicírculo) e uma pergunta é lançada: integração? A sequência termina por sugerir um vínculo entre o *huasha kawsay*, o *alli kawsay* e o *ñaupaman* (de hoje em diante) mediante a rejeição do integracionismo. Outra questão é colocada: mundo a parte? Ao seu lado se inscreve: “ser respeitados” e “convivência com outras culturas”. Em síntese, aposta-se na educação voltada à unidade e ao ser para a realização da boa vida, pautada no respeito e na convivência com a alteridade. A dupla rejeição ao integracionismo e ao insulamento, segundo Inuca Lechón, sintetizam a proposta intercultural pedagógica e vivencial de convivência entre culturas do *alli kawsay*.

Em relação ao rastreio genealógico do **sumak kawsay**, o trabalho de Inuca Lechón dá destaque a três publicações também elaboradas na década de 1980 como suporte à educação bilíngue. A primeira, intitulada “*Yachac Yucuni*”, consiste em um material didático produzido pelo CIEI com a colaboração de representantes da UNAE (*Unión de Nativos de la Amazonia Ecuatoriana*), da OPIP e da FOIN (*Federación de Organizaciones Indígenas de Napo*). Seu conteúdo faz a primeira referência ao **sumak kawsay**, associando a condição de sábio àqueles que possuem os saberes kichwa sobre a vida boa e tratando também da alegria do viver na selva (Napuruna): “*iÑucanchic kawsayca sumakmi can!*”. Este apego sentimental e vital à vida na selva sintetiza o **sumak kawsay da Amazônia equatoriana**.

As outras duas publicações são atribuídas à agência do Estado por meio do Projeto de Educação Bilíngue Intercultural (PEBI), um convênio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a GTZ. Intituladas “*Ñucanchij Yachana*” e “*Quichuapac kawsaymanta camu*”, ambas estabelecem uma articulação entre posicionamentos e saberes sobre a vida boa numa perspectiva de fortalecimento da cultura, da identidade e do pensamento kichwa. O **sumak kawsay** aqui relaciona-se fortemente a uma alimentação boa por produtos próprios, higiene, saúde e respeito aos conselhos dos mais velhos (*jatun yachac taitacuna*, autoridades garantidoras dos saberes). Esta relação entre corpo e terra sadios seria a síntese do **sumak kawsay** da serra equatoriana.

Dessa forma, a reconstrução do papel histórico das agências na visibilização dos valores e dos modos de vida dos povos indígenas andinos e amazônicos enfatiza diferentes aspectos de sua cultura segundo as confluências de interesses e visões em cada momento. Com o surgimento do CONACNIE (*Consejo*

*Nacional de Coordinación de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador*) em 1980, o **sumak kawsay** passa a integrar a luta organizativa étnica e política como conceito central ao lema: “*shuclla shine allpamanta sumak kawsaymanta quishpirincacaman*” (unidade pela vida e pela terra boas até nos libertarmos). Em novembro de 1986, ocorre o primeiro congresso do CONACNIE e nesse evento é criada a CONAIE (*Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador*), que assume, junto à ECUARUNARI (*Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador*) e a CONFENIAE (*Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana*), o papel histórico iniciado pela FEI no início daquele século. É sobretudo o esforço das organizações indígenas o que levaria ao estabelecimento desses conceitos nas constituições antes referidas. Trata-se de uma luta contínua desde a esfera cultural à política contra o sistema hegemônico de exploração, de opressão e de discriminação. A luta pela **boa vida** é, portanto, a luta pela **dignidade** dos povos indígenas.

## TRIFURCAÇÃO E A BANDA SUMIDA DA LUA

“TODO MUNDO É MUITO BOM, MAS A LUA FALTA UMA BANDA”  
DITO POPULAR, muito dito por D. Mariinha, minha bívó.

A partir da institucionalização do **Bem Viver** e dos esforços de tradução e aplicação de seus princípios nos marcos referidos, observa-se uma fragmentação discursiva e prática segundo análises da evolução da implementação dos dispositivos constitucionais e legais no Equador e na Bolívia, que sugerem a irrupção de três correntes discursivas ou visões concorrentes: a indígena (indigenista), a de Estado (socialista) e a acadêmica (pós-estruturalista ou pós-desenvolvimentista). Do exposto na seção anterior, há de se notar que os **yachay tinkuy** operaram viéses, ênfases e deslocamentos conceituais desde as primeiras iniciativas de visibilização, ainda sob a tutela do movimento indígena e de seus aliados próximos. Cubillo-Guevara analisa as oscilações discursivas no Equador acerca do **Bem Viver** no período de 2007 a 2016 e distingue três momentos, identificados não pelas posturas e visões majoritárias, mas, sim, por suas imposturas.

No processo referido de divulgação dos bem viveres ao mundo ocidental, destacamos, ainda nos anos 2000, a atuação de membros do movimento político indigenista vinculado à CONAIE, o Pachakutik, composto, entre outros, por Pablo Dávalos, Augusto Barrera e Alberto Acosta. Neste prólogo, vale o registro da inclusão do **Bem Viver** no Plano Estratégico da CODENPE, em 2003, no trecho que define “desenvolvimento com identidade”. Em seguida, registramos também a menção ao **sumak kawsay** no slogan da *Universidad Intercultural Amawtay Wasi* em 2004 e, em 2006, o conceito integra o plano de governo do

Alianza País, passando de marginal a central conforme a sucessão de trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) do Equador.

Para Cubillo-Guevara<sup>59</sup> os desacordos sobre os significados do **Bem Viver** se fizeram presentes ao longo de todo o debate na ANC, entre 2007 e 2009. As imposturas discursivas, para ela, já começaram com a intenção de proposição do **sumak kawsay** pelo movimento indígena como um subterfúgio usado para garantir a incorporação da plurinacionalidade na Constituição. Em seguida, o partido Alianza País apropriou-se pragmaticamente do **Bem Viver**, introjetando neste conceito um sentido desenvolvimentista pós-neoliberal. Já os movimentos sociais envolvidos nos debates acerca do **Bem Viver** sustentaram uma ideia de consenso constitucional em torno do conceito, quando na verdade sua participação contribuiu para uma conceituação ambígua e indefinida de **bem-estar pós-neoliberal**, deixando de lado as principais reivindicações indígenas, ecologistas e feministas.

Em um segundo momento, entre 2009 e 2013, de operacionalização dos conceitos consagrados pela Constituição, a autora destaca outra rodada de imposturas discursivas. O Alianza País, agora governo, passa a interpretar o **Bem Viver** como uma variante do **Socialismo do Século 21** (sugerido por Hugo Chaves) e impregnado de um sentido desenvolvimentista extrativista. Os movimentos sociais negam a existência de um único **Bem Viver**, passando a defender a construção utópica de muitos bem viveres. Em resposta a essas duas apropriações, o movimento indígena propõe a recriação de um **sumak kawsay** ancestral supostamente perdido, passando a utilizar esse conceito como instrumento de uma necessária mudança civilizatória.

No período seguinte, entre 2013 e 2016, novas imposturas entram em cena, marcadas por um grave esgotamento dos discursos. O discurso governamental realiza uma redução do **Bem Viver** à noção de felicidade, terminando por abandonar o primeiro em favor da defesa da transformação da matriz produtiva. Os movimentos sociais também realizam um reducionismo, subordinando o **Bem Viver** aos debates sobre o abandono do extrativismo. Já o movimento indígena, abandona gradualmente a defesa do **sumak kawsay** para centrar energias na resistência à investida das políticas do Governo, em especial aos projetos de mineração em territórios indígenas (ex.: recuo da Iniciativa Yasuní-ITT).

Ainda que o quadro desenhado pela periodização discursiva do **Bem Viver** no Equador sugira uma saga recente de ascensão e declínio de importância do conceito neste país, ocorre que, desde 2008 (com a promulgação da Constituição), tem crescido vertiginosamente o interesse pelo conceito no

<sup>59</sup> CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia. Genealogía inmediata de los discursos del buen vivir en Ecuador (1992-2016). América Latina Hoy, n. 74, p. 125-144, 2016.

restante do mundo<sup>60</sup>. O esgotamento dos discursos observado no Equador parece também conter ambivalências: tanto pode indicar um enfraquecimento de sua radicalidade pela ampliação da adesão (de diferentes atores, com interesses e visões diversas, a exemplo do que historicamente ocorreu com a sustentabilidade) como pode representar o esgotamento geral do modelo desenvolvimentista latino-americano (inclusive de suas versões sustentadas sobre discursos de Bem Viver); tanto pode significar um empobrecimento operativo-pragmático decorrente de sua institucionalização e objetivação em políticas herdeiras de tradições conservadoras, quanto pode ser indicativo de um desgaste próprio de uma frustração com noções utópicas cujas tentativas de concretização resultam por demais carentes de inventividade, não configurando alternativas substanciais.

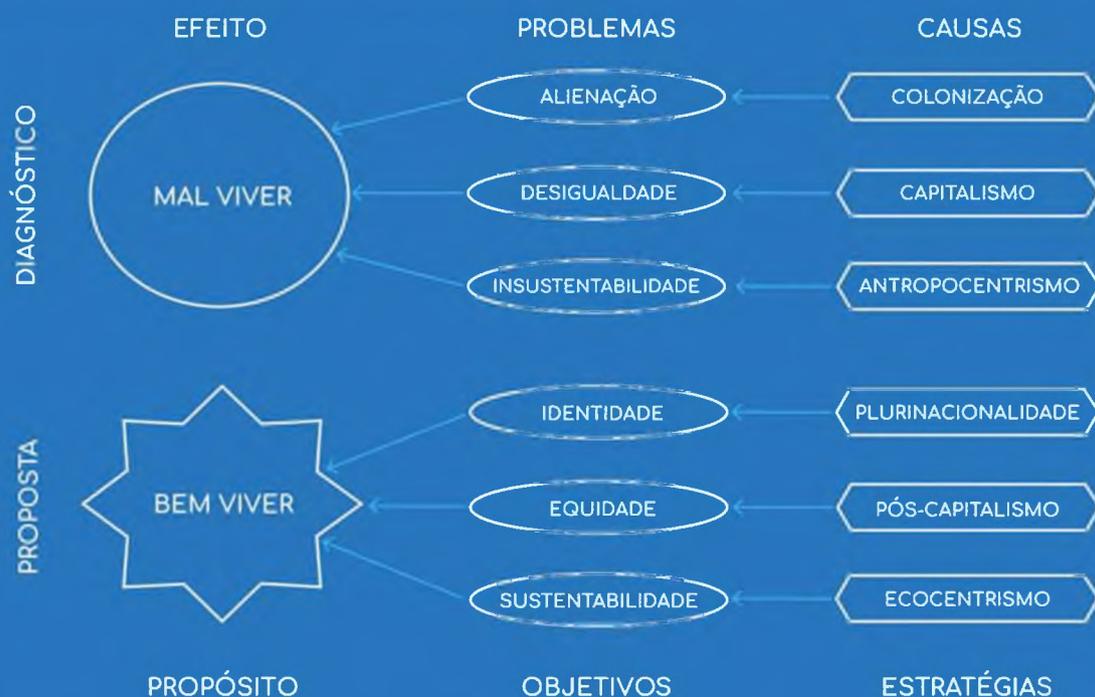


FIGURA 2 - Fundamentos teórico-normativos do Bem Viver

Fonte: Cubillo-Guevara et al., 2016.

Nesse sentido, Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitán e García-Álvarez<sup>61</sup> apostam que a tônica do momento atual anuncia uma transição da lírica à épica do Bem Viver, ou seja, da paixão discursiva às lutas e conquistas, sem que isto signifique o abandono da dimensão poética. Esses autores partem de uma crítica do mau-desenvolvimento, diagnosticando seus problemas (alienação,

<sup>60</sup> VANHULST, Julien. El laberinto de los discursos del Buen vivir: entre Sumak Kawsay y Socialismo del siglo XXI. Polis. Revista Latinoamericana, n. 40, 2015.

<sup>61</sup> CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; GARCÍA-ÁLVAREZ, Santiago. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. Revista iberoamericana de estudios de desarrollo= Iberoamerican journal of development studies, v. 5, n. 2, p. 30-57, 2016.

desigualdade e insustentabilidade) e causas (colonização, capitalismo e antropocentrismo) para, em seguida, propor o que chamam de fundamentos teórico-normativos do **Bem Viver** (Figura 2). Assim, apresentam uma tríade de objetivos (identidade, equidade e sustentabilidade) articulada a estratégias (plurinacionalidade, pós-capitalismo e biocentrismo, respectivamente). Isto, para eles, conforma uma proposta socioeconômica de **Bem Viver** fundada nas três harmonias (pessoal, social e integral) e potencialmente capaz de integrar a fragmentação discursiva antes referida, fornecendo uma base coerente e consistente para a construção desta utopia.

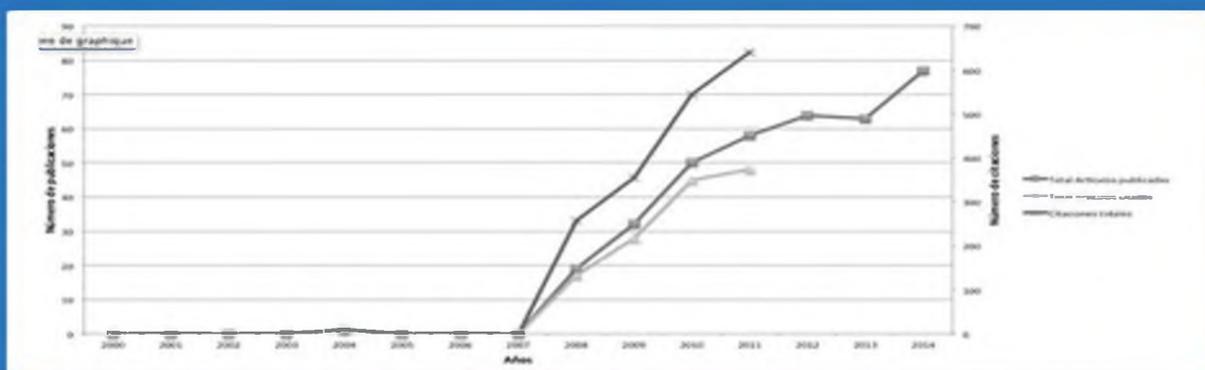
## BEM VIVER NO BRASIL E POSICIONAMENTO NA TESE

Ainda que nosso horizonte neste trabalho também aponte para a integração discursiva, procurando acolher e sistematizar objetivos, estratégias, políticas e medidas dos diferentes aportes, a perspectiva aqui adotada notadamente adere à corrente dita acadêmica, também identificada como pós-estruturalista ou pós-desenvolvimentista. Seguimos, contudo, atentos às formulações críticas, aos pontos nada pacíficos e aos contrapontos apresentados pelos movimentos indígenas e também pelos movimentos sociais (incluindo as formulações pragmáticas de governos socialistas) de **Abya Yala** e dos demais continentes. Tal assunção se faz necessária porque esta tese vale-se de uma leitura do **Bem Viver** que o percebe como uma “utopia por construir”. Uma proposta que deriva de sistemas conviviais harmônicos, com origens únicas e específicas, mas com uma lista cada vez extensa de conceitos convergentes identificados em contextos diversos.

Dessa forma, Vanhulst<sup>62</sup> destaca, dentre outras publicações, o documento de 2004 publicado pela UNESCO “*Aprender en la sabiduría y el Buen vivir*”<sup>63</sup>, mas considera que a construção acadêmica de fato dos discursos do **Bem Viver** inicia apenas em 2008 com as negociações multilaterais desencadeadas pela ANC do Equador. Desse momento em diante, ocorre, segundo este levantamento, um ganho crescente de importância internacional do **Bem Viver** (entre 2010 e 2015, uma média de 60 artigos publicados/citados), transcendendo o âmbito dos canais de comunicação científica latino-americanos para estabelecer um diálogo internacional e em diferentes idiomas (Figura 3).

<sup>62</sup> VANHULST, Julien. El laberinto de los discursos del Buen vivir: entre Sumak Kawsay y Socialismo del siglo XXI. Polis. Revista Latinoamericana, n. 40, 2015.

<sup>63</sup> GARCÍA, J., LOZANO, A., OLIVERA, J., & RUIZ, C. (2004), Aprender en la sabiduría y el buen vivir (UNESCO). Amawtay Wasi Pakta kawsaypak Sumak Yachay Wasi. Quito.

FIGURA 3 - Publicações e citações de artigos sobre *Buen Vivir* desde 2000

Fonte: Vanhulst, 2015.

No Brasil, o **Bem Viver** tem sido também cada vez mais apropriado como discurso pelos povos indígenas, porém, dadas as restrições à sua reprodução social após séculos de violências, isto tem se dado aqui muito mais como uma bandeira de luta contra o mal viver estabelecido que propriamente uma prática de vida em plenitude<sup>64</sup>. Destacamos o trabalho de divulgação destes conceitos no país pela Fundação Rosa Luxemburgo que, em parceria com as Editoras Elefante e Autonomia Literária, tem publicado traduções e títulos originais voltados à qualificação do debate ocidental brasileiro sobre temas como **Bem Viver**, **decrescimento**, **pós-extrativismo** e **decolonialidade**. No que tange aos movimentos sociais, registramos a atuação dos coletivos **ecossocialistas** RAiZ - Movimento Cidadanista (em processo de consolidação partidária própria) e Subverta, vinculado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que também têm levantado o **Bem Viver** como bandeira de luta e pautado ações e discursos em torno de seus princípios. Assim, em ímpeto semelhante ao processo de recriação-apropriação intelectual, prática e espiritual desencadeada pela a disseminação ou o resgate do **Bem Viver** no mundo (assumindo suas contradições e paradoxos), apresentamos nossa leitura localizada entre as cidades de Fortaleza, Ceará, e Brasília, Distrito Federal, sobre o que viria a ser para nós esta tal boa vida se aplicada como fim à política, ao planejamento e à gestão urbanas nas cidades de **Abya Yala**, sobretudo as brasileiras.

*fim do prólogo.*

<sup>64</sup> CHAMORRO, Graciela. O bem viver nos povos indígenas. S/D. Disponível em: < <http://cebivirtual.com.br/ava/arquivos/FT1-M1.pdf> >. Acesso em, v. 20, 2015.

# capítulo 1

CIDADES NÃO SABEM  
NÃO CRESCER



# CAPÍTULO 1

## Cidades não sabem não crescer

### RESUMO

A tendência à expansão da maioria dos sistemas urbanos persiste como questão central ao campo do planejamento nas diferentes escolas do pensamento urbanístico, mesmo que resultem raros os casos em que as soluções adotadas lograram sucesso em contê-lo. Paralelamente, perdura também uma imagem de progresso, frequentemente associada à dinâmica da vida nos centros urbanos e ao ritmo de mudanças observado nesses espaços, que confere um caráter contraditório ao valor da vitalidade urbana, uma vez que apenas parte dos cenários perseguidos ou alcançados pode a rigor ser tida como desejável. Este capítulo retoma o tema do crescimento urbano em sentido amplo, revisitando-o a partir das vertentes críticas sobre sustentabilidade e pós-desenvolvimento. Nossas cidades, caso desejassem, disporiam de meios para prosperar sem crescimento? Revisamos diferentes casos e os tratamentos conferidos ao tema na literatura. Os resultados reforçam a compreensão do crescimento contínuo como subproduto do bloqueio à participação social nos processos decisórios.

## 1. INTRODUÇÃO

Cidades podem ser lidas de incontáveis maneiras (Donald, 1992, p.417). Entre a diversidade de observadores e olhares possíveis e a riqueza de linguagens e expressões sensíveis à complexidade do fenômeno urbano, destacamos dois tratamentos: as cidades como problema e as cidades como solução. À primeira vista, podem ser tidas como abordagens concorrentes no sentido auto-excludente da competição, mas ao olhar mais cuidadoso percebe-se que as duas vertentes concorrem para chegar a um mesmo lugar: ambas identificam algo indesejável aos contextos urbanos e consideram a possibilidade de resolução das questões levantadas para que se alcance um estado mais desejável.

Admitindo a natureza fenomênica do urbano (Lefebvre, 1999), que em larga medida manifesta-se à revelia de intenção humana, ao optarmos por uma análise de abordagem sistêmica, assumimos também a possibilidade de intervenção e de modificação desses sistemas ditos urbanos a partir de sua compreensão. Portanto, ainda que os percebamos como complexos, criativos, imprevisíveis e incontrolláveis (Vasconcellos, 2003, p.102), a discussão reservada a este capítulo resultou pautada pelos limites das proposições

e das ações que apontam para sentidos de progresso urbano, ou seja, de melhoria das condições de vida nas cidades a partir da construção de uma agenda deliberada de competição entre as municipalidades e da fixação de metas de crescimento **(Leitner, 1990)**.

Partindo, então, do entendimento de que progresso, enquanto avanço social desejável, não foi em um passado remoto nem é no presente um traço de ocorrência universal a todas as sociedades e culturas humanas **(Bury, 1987)**, o mesmo pode ser dito para a noção pretensamente hegemônica de progresso urbano. Em todo caso, a ocidentalização por qual tem passado os aglomerados em todo o globo **(Mudimbe, 2013)** terminou por inculcar às diversas culturas sentidos convergentes de prosperidade coletiva e individual que se confundem historicamente com os signos de bem-estar material, com a afluência dos padrões de vida e com o crescimento e o desenvolvimento econômicos **(Friedman, 2009)**.

Desse modo, as origens do padrão de crescimento contínuo, tipicamente observado em sistemas urbanos, remontam a dois momentos de inflexão. O primeiro momento histórico relatado na literatura científica consiste na aliança firmada entre os líderes seculares e sagrados **(força e fé)**, há cerca de 10 mil anos, cujas práticas de domínio conjunto ampliaram sobremaneira as bases econômicas às custas do trabalho compulsório de toda a comunidade. Estas práticas fixaram um novo modelo de civilização, substancialmente contrário ao padrão das aldeias pertencentes ao período Neolítico, à medida que tiveram êxito na produção artificial de escassez em meio à abundância natural crescente resultante de uma economia de exploração emergente **(Mumford, 1982, p.41)**.

O segundo marco é descrito pelos historiadores econômicos como decorrência, ao longo do século 18, da aplicação continuada do programa baconiano de ampliação do conhecimento útil lançado no século anterior. A ampliação desse conhecimento instrumental teria viabilizado a solução de problemas tecnológicos e garantido um novo patamar de acumulação de capital. Isto teria provocado, por seu turno, desenvolvimentos institucionais responsáveis pela ampliação contínua do acesso ao corpo de conhecimentos e à produção ampliada do saber técnico-científico, que terminaria por alavancar mais crescimento econômico **(Mokyr, 2016)**.

Assim como as economias e os contingentes populacionais referidos ao longo deste recorte temporal, as cidades em sua maioria não cessaram de crescer (UN-DESA, 2015). As projeções de incremento de solo urbano global para o ano de 2030 variam de 430.000 km<sup>2</sup> a 12.568.000 km<sup>2</sup>, ainda que a urbanização do solo não seja em si o problema (Seto et al., 2011; Veiga, 2002). Buscando enriquecer os caminhos explicativos convencionais, que se apoiam nos indicadores demográficos e nas taxas de adensamento ou de espraiamento dos aglomerados urbanos, exploraremos a parcela de contribuição ao fenômeno que resulta tributária do desconhecimento ou do desinteresse do mundo ocidental quanto a caminhos de prosperidade que não aqueles vinculados aos processos de crescimento econômico.

Neste capítulo, procuramos incorporar o aprendizado que a perspectiva malthusiana nos relegou ao antecipar cenários de colapso civilizatórios sustentados na projeção de dados e tendências observadas no presente sem a consideração do potencial criativo que marca a história de prosperidade coletiva das culturas humanas. Por esse motivo, procuramos elaborar nossa pergunta central de uma perspectiva mais democrática que os tratamentos alarmistas do passado e, ao construir este problema, evitamos sustentá-lo sobre mitos e armadilhas já registradas no debate científico sobre o urbano (Scott e Storper, 2015). Pois ocorre que, em ciclos viciosos, observa-se uma tendência à polarização de discursos e atores entre posturas progressistas e conservadoras, otimistas e pessimistas, incautas e previdentes. Dito isto, lançamos a seguinte pergunta base: os cidadãos e suas municipalidades, caso desejassem reorientar os sistemas urbanos em que habitam a um sentido de prosperidade sem crescimento, disporiam eles de meios para tanto? Nossa hipótese é de que este conhecimento útil não está disponível de forma sistemática na literatura sobre planejamento urbano e regional nem tampouco acessível aos gestores e tomadores de decisão urbanos.

## 2. CRESCIMENTO ECONÔMICO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como pressupostos de pesquisa, tomaremos de empréstimo as construções críticas até então empreendidas pelos campos da Sustentabilidade e da Economia Ecológica sobre o caráter dogmático que crescimento econômico representa como caminho único de prosperidade para o pensamento econômico ortodoxo. Esta operação analítica tem por finalidade transpor o nível de aplicação usual dos conceitos, adaptando-os e ajustando-os às temporalidades e espacialidades típicas das cidades e das metrópoles.

São, portanto, premissas fundantes da análise empreendida neste trabalho: (1) a sustentabilidade constitui não um conceito em vias de amadurecimento, mas um campo sociológico de indissolúvel disputa, com atores e interesses diversos, muitas vezes, antagônicos (Nascimento, 2012). Pareamo-nos aqui com a vertente crítica que percebe a contradição intrínseca presente no esforço de adjetivação do desenvolvimento como sustentável (Daly, 2004). Consideramos, por fim, esta leitura válida também para a formulação conceitual das abordagens de desenvolvimento urbano sustentável, que anunciam a gestação de cidades sustentáveis a partir da ideia de prosperidade urbana construída inequivocamente sob expectativas de incremento da produtividade econômica; e (2) o sistema econômico constitui um subsistema do sistema Terra (Daly, 1990). Desta proposição deriva a compreensão de que os processamentos econômicos totais têm nas fronteiras planetárias de sustentação da vida humana (Steffen et al., 2015; Rockström et al., 2009) a medida dos limites materiais disponíveis à expansão econômica e, conseqüentemente, o limiar para a consideração de uma gestão de uso previdente.

### 3. PROSPERIDADE SEM CRESCIMENTO, DECRESCIMENTO E BEM VIVER

Na última década, a América Latina projetou-se em meio à perspectiva de esgotamento do Estado de Bem-estar Social europeu ao apresentar ao mundo a formulação moderna de uma promissora alternativa ao desenvolvimento, porém, vinda dos povos andinos e amazônicos (Lang, 2016). Os movimentos populares desenvolveram a partir da cosmovisão dos mundos indígena equatoriano e boliviano a base dos conceitos de *Buen Vivir* (no Equador) e *Vivir Bien* (na Bolívia), que poderiam ser traduzidos para o português como “Bom Viver” ou “Bem Viver”, como tem sido mais difundido no Brasil (Breda, 2016). Melhor, no entanto, referir-nos a bons viveres ou bem viveres, porque são noções necessariamente contextuais: *sumak kawsay*, na língua kichwa, *suma qamaña*, em aymara, ou *nhandereko*, em guarani. Ainda que convergentes, os diferentes termos acolhem e expressam em cada cultura sentidos próprios de uma vida boa, bonita, bela, excelente, preciosa.

Tomamos como marco histórico os recentes processos constituintes na Bolívia e no Equador, cujos debates e textos constitucionais resultantes (promulgados em 2008 e 2009, respectivamente) promoveram o chamado **giro ecocêntrico** no âmbito do Direito Internacional (Moraes e Freitas, 2013). Esse movimento, encabeçado pelo novo constitucionalismo latino-americano, ainda que não se traduza de imediato em mudanças nas sociedades por

ele regidas, representa uma conquista sobretudo simbólica (Acosta, 2016). A posituação dos Direitos da Natureza e das culturas do Bem Viver, contemplando uma redação inclusiva, que expressa um respeito à alteridade de povos e culturas diversas e que termina por instituir Estados plurinacionais, comunitários e autonômicos, como superação dos Estados-nação (Afonso e De Magalhães, 2011). A proposta periférica aponta no sentido de um pacto pela desocidentalização do mundo e pela descolonização da vida em respeito às diversidades.

Levando em conta as contribuições dos países do Norte, existem consideráveis acenos à transição para uma cultura pós-capitalista, assim como experiências práticas de redesenho das formas de vida modernas em direção a critérios consistentes de sustentabilidade (Nevens, 2013; Kenworthy, 2016). Tem ganhado força, a partir da França, a propaganda em favor do **Decrescimento sereno** (Latouche, 2009) e, da Inglaterra, surgem as primeiras contribuições sistemáticas sobre as possibilidades de uma **Prosperidade compartilhada sem crescimento** (Jackson, 2009). Os choques sofridos pelas economias nacionais após a crise do mercado financeiro e que puseram em xeque o **Estado de Bem-estar Social** não abriram espaço apenas para as políticas de austeridade, mas também trouxeram novo fôlego às correntes céticas do crescimento contínuo enquanto meio prioritário para o alcance de uma prosperidade duradoura (Woodward et al., 2006; Piketty, 2014).

Há, no entanto, uma diferença fulcral que, para nós, confere radicalidade e transcendência aos bem viveres quando justapostos aos seus equivalentes vindos do Centro. Tais elementos distintivos são de caráter histórico e geográfico, porque, ainda que haja excluídos e desigualdades patentes e persistentes nos países do Norte, o espectro do progressismo latino-americano, por mais vanguardista que tenha sido em dados momentos de articulação internacional em defesa de seus patrimônios naturais, jamais comportou olhares e ações de respeito efetivo à Natureza, aos povos originários ou àqueles que por diversos motivos mantiveram-se apartados da prosperidade dos mercados. Desejosos que éramos por nos tornarmos desenvolvidos, em nossos rumos de progresso repousava a impossibilidade do abandono ao recursismo, esta visão instrumental sobre a Natureza e sobre as pessoas, inseridas no processo econômico como fatores de produção. É, portanto, de uma potência transformadora notadamente disruptiva que a América Latina, desindustrializando-se agora no que mal havia consolidado, esteja pautando e criando caminhos para o pós-extratativismo (Meschkat, 2016).

Se há suficiente evidência no plano das estimativas dos danos ao sistema Terra no Antropoceno (Kolbert, 2015) de uma degradação sistêmica em curso, o cenário de incertezas anunciado torna ainda mais admirável que o Bem Viver aflore da periferia de um mundo injusto e, agora, também solapado em suas capacidades de suporte à vida (Rockström et al., 2009; Steffen et al., 2015). Às margens das raias civilizatórias, os povos originários sugerem a ampliação temporal e semântica da noção de qualidade de vida pela superação da estreiteza fugaz do bem-estar material e subjetivo. Afinal, boas vidas inteiras serão sempre maiores em propósito que qualquer composição biográfica de seus melhores estados.

#### 4. CRESCIMENTO URBANO NO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

No campo interdisciplinar do Planejamento Urbano e Regional, muitas escolas procuraram abordar quantitativa e qualitativamente o crescimento contínuo típico do fenômeno urbano global a fim de intervir sobre esta tendência (Capello, 2011). Considerando que o processo de expansão urbana resulta de uma confluência de janelas de crescimento populacional e/ou de expansão da atividade econômica, há hoje um certo consenso sobre um ajuste de foco das problematizações mais sobre os efeitos e a qualidade da expansão observada em cada contexto e menos sobre as taxas de expansão (Brueckner, 2000; Habitat, 2015).

Nesse sentido, discutiremos nesta seção três casos descritos na literatura de cidades e metrópoles que experienciaram períodos de decréscimo ou não-crescimento. Procuraremos a seguir sistematizar os condicionantes produtores dos padrões observados, os impactos gerais sobre os sistemas urbanos e as interpretações possíveis em termos de prosperidade para cada caso. Os critérios de seleção dos casos apresentados envolveram a identificação de um tratamento crítico a respeito de crescimento econômico como condutor de prosperidade urbana, enfocando os seguintes aspectos: capacidade de suporte (fronteiras de exaustão de recursos naturais), restrições culturais (resistência comunitária) e limitações físico-espaciais (obstáculos disruptivos).

## 4.1 - BOLINAS, CALIFÓRNIA, EUA

Bolinas é uma cidade pertencente ao condado de Marin, nas proximidades de São Francisco, na Califórnia (EUA). A principal fonte de abastecimento hídrico da cidade provém do riacho Arroyo Honda, cuja vazão diminui sensivelmente no verão, sob elevação da demanda e tem se mantido seco por anos. Bolinas conta também com pequenos tanques de retenção e com uma moderna estação de tratamento de água. Porém, em tempos de pronunciada escassez, a cidade lança mão de um acordo para obtenção de suprimentos emergenciais do Pine Gulch Creek, curso d'água vizinho, ainda que não possua direitos permanentes sobre esse manancial. O poder local é representado por um conselho comunitário de utilidade pública (Herman, 1992).

Durante o final da década de 1960, os esforços para manutenção da segurança hídrica mostraram-se insuficientes e a cidade não dispunha de um sistema adequado para tratamento do esgoto. Assim, o conselho aprovou um plano orçado em US\$ 8,1 milhões para a instalação de um sistema de esgoto que atenderia Bolinas e a região da praia de Stinson. Esta medida atenderia à demanda existente e ampliaria a capacidade de atendimento para mais 20 mil usuários. No entanto, antes que tivessem início as obras, um derramamento de óleo na Golden Gate, em 1971, reverberou na mobilização da comunidade que passou a organizar-se em defesa do meio ambiente local. Na sequência, os ativistas provocaram um processo de reeleição do conselho, que terminou por expulsar dois membros cativos favoráveis à obra e substituí-los por dois contrários. A frente contrária à instalação do novo sistema ampliou sua base de apoio, estabelecendo uma **moratória** que limitava novas ligações de usuários ao sistema de abastecimento de água e mantendo uma política de controle dos recursos hídricos que tem perdurado por quatro décadas (Callagy, 2008).



FIGURA 4.1 - Quadro de informes de Bolinas

Fonte: Fred Davis, 2008.

Disponível em: <http://flic.kr/p/4PkK8f>.

## 4.2 - COLLSEROLA, BARCELONA, ESPANHA

Nos arredores de Barcelona, consta na literatura o relato de experiência de ocupação de edifícios abandonados nos morros do Parque Collserola, na região metropolitana. Nessa região, fundaram-se os centros sociais de Kan Pasqual (desde 1996) e de Can Masdeu (desde 2001) como resposta à dramática elevação dos custos de vida resultantes da especulação imobiliária praticada em Barcelona nas últimas décadas. Trata-se portanto de iniciativas de produção de moradias coletivas inseridas em um espectro de transição urbano-rural (rurbano), cuja proposta abrange entre outros elementos a proposição e a implementação de projetos sócio-políticos alternativos ao crescimento capitalista e à desacreditada democracia representativa. Os ocupantes (*squatters*) buscam combinar conhecimentos de recuperação ambiental das áreas degradadas do parque, com a incorporação do aprendizado das práticas de produtores locais, articuladas a tecnologias modernas de geração de energia solar e eólica, além da aplicação de técnicas da permacultura. Os grupos orientam-se por processos de aprendizado de auto-organização e autogestão, buscando desenvolver padrões de relacionamento diferenciados em termos de poder físico e político. O direcionamento ao decrescimento e a busca por um redesenho mais circular dos sistemas sociais são descritos como resultados secundários de uma transição mais ampla em termos de organização social e política, baseada na **autonomia**, na desvinculação da ocupação em relação ao trabalho assalariado e na formulação de um sistema coletivo de tomada de decisão (Cattaneo e Gavaldà, 2010).



**FIGURA 4.2**  
Ocupação  
Can Masdeu

Fonte:  
Art L, 2010.  
Disponível  
em: [fllc.kr/  
p/bhp1NP](http://fllc.kr/p/bhp1NP).

## 4.3 - AFUÁ, PARÁ, BRASIL

Localizada no Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará (Brasil), o município de Afuá desenvolveu-se às margens dos rios Cajuuna, Afuá e Marajozinho, e integra-se ao território brasileiro sob restrições de acesso, que se dá unicamente por meio de embarcações ou de aviões bimotores que transitam um pequeno aeroporto municipal. A cidade é inteiramente construída sobre **palafitas**, sistemas construtivos adaptados a ambientes alagadiços, que abriga na área urbana cerca de 9,5 mil habitantes e não possui veículos motorizados. Devido às limitações estruturais desta cidade sobre águas, a circulação sobre as vias de carros e de quaisquer veículos motorizados ou movidos por tração animal é proibida por lei municipal. Esta condição estimulou uma cultura de aproveitamento do espaço público em Afuá e um caráter de proeminente urbanidade, uma vez que a liberação em relação aos motores, deu lugar a um tráfego intenso de pedestres, bicicletas, bicitáxis e velocípedes adaptados ao transporte de cargas, sem diferenciação de vias e calçadas. Apesar dos aspectos destacados, vale pontuar que as limitações mencionadas não impediram a cidade de experimentar ciclos de expansão urbana. Na última década, a mancha urbana quase dobrou, passando de 74,05 ha para 141,5 ha, ampliando cerca de oito vezes a área registrada em 1890, da ordem de 17,7 ha (Rocha, 2017).



FIGURA 4.3 - Infraestrutura viária em Afuá

Fonte: Rômulo Ferreira, 2018.

Disponível em: <https://flic.kr/p/29XaKBC>.

## 5. CIDADES NÃO SABEM NÃO CRESCER

As construções argumentativas e análises de casos conduzidas até aqui dão conta de uma investigação preliminar, mas possivelmente inesgotável, sobre a recorrência das muitas expressões do fenômeno do crescimento contínuo na cultura humana, sobretudo no que concerne à explosão do urbano em todo o globo.

Ainda que o esforço de compilação de casos reunidos com foco sobre experiências de **decrescimento** ou de **não-crescimento** nos aglomerados urbanos nos impeça de tecer maiores generalizações, é possível articular alguns apontamentos que o conjunto formado pelas experiências sugere. Em primeiro lugar, parece revelador que um levantamento bibliográfico amplo abrangendo termos-chave como decrescimento urbano, prosperidade urbana sem crescimento, bem viver urbano, pós-desenvolvimento urbano, encolhimento urbano (*urban shrinkage*) e *slow cities* (*cittaslow*) tenha retornado tão poucos casos e, dos casos encontrados, que se tratem de relatos em escalas tão reduzidas como as aqui apresentadas. Vale destacar que nesse esforço, dado o escopo do capítulo, como foco sobre a prosperidade, foram eliminados do levantamento casos de declínio urbano ou estagnação em função da conotação negativa e de **decadência** que a **ausência de crescimento** ainda opera sobre os estudos e relatos de caso.

Dito isto, a análise conjunta das cidades sugere *a priori* uma **disposição voluntarista** para que o sentido de prosperidade coletivo seja orientado em um rumo distinto dos percursos hegemônicos. Mesmo no caso de Afuá, em que as restrições locais e ambientais parecem preparar uma vocação ao afloramento da comunidade em um sentido mais contido em relação à formação de um mercado consumidor de bens duráveis (como os automóveis) e de uma demanda por mobilidade motorizada, prática, imediata, mesmo assim parece ter sido necessário consolidar a caminho acertado a partir da formulação de uma norma capaz de informar o sentido coletivamente definido de prosperidade.

Nos demais casos, percebe-se ainda mais dramaticamente o papel determinante da política e da participação social no reajuste de rumos: o esforço por atualizar a representação no conselho comunitário em Bolinas; e a convergência de pautas progressistas abraçadas pelos moradores dos centros

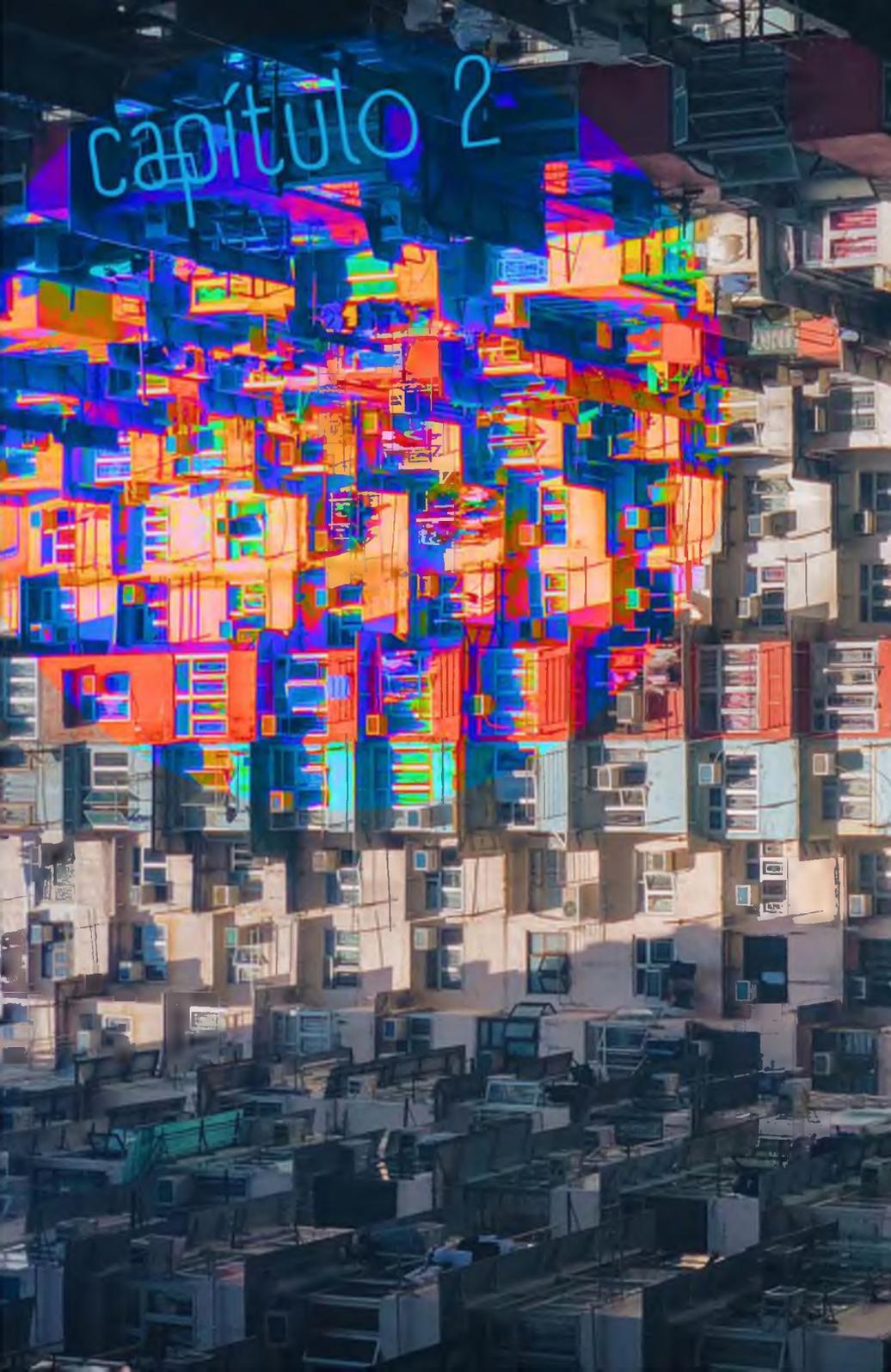
sociais e que tem como maior bandeira a ocupação de edifícios sem uso em um momento de escassez produzida de moradia nas áreas centrais de Barcelona. Dessa forma, a contribuição deste estudo está na sugestão de uma nova hipótese de pesquisa, por contraste aos casos analisados, de que além dos incrementos populacionais e de produtividade econômica nos centros urbanos mais dinâmicos, o crescimento em sentido amplo reproduz-se como máxima de prosperidade devido ao **hermetismo participativo** típico dos sistemas decisórios sobre os rumos coletivos das demais cidades.

## REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2016) *O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*, Autonomia Literária, Elefante, São Paulo.
- Afonso, Henrique Weil; De Magalhães, José Luiz Quadros. O Estado plurinacional da Bolívia e do Equador: matrizes para uma releitura do Direito Internacional moderno. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, v. 17, n. 1, p. 263-276, 2011.
- Breda, T. (2016) Do tradutor. *In*: Acosta, A. *O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*, Autonomia Literária, Elefante, São Paulo.
- Brueckner, J. K. (2000) Urban Sprawl: Diagnosis and Remedies. *International Regional Science Review*, 23(2), 160-171.
- Bury, J. B. (1955) *The Idea of Progress: An Inquiry Into Its Origin and Growth*, Library of Alexandria, New York.
- Callagy, S. (2008) The Water Moratorium: Takings, Markets, and Public Choice Implications of Water Districts, *Ecology LQ*, 35, 223.
- Capello, R. (2011) Urban Growth: Is It a Never Ending Story?, *Symphonya*, (1), 19.
- Cattaneo, C., e Gavaldà, M. (2010) The experience of urban squats in Collserola, Barcelona: what kind of degrowth?, *Journal of Cleaner Production*, 18(6), 581-589.
- Daly, H. E. (2004) Crescimento Sustentável? Não, Obrigado, *Ambiente & Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 197-202.
- Daly, H. E. (1990) Toward Some Operational Principles of Sustainable Development, *Ecological Economics*, v. 2, n. 1, p. 1-6.
- Donald, J. (1992) Metropolis: The City as Text. *Social and Cultural Forms of Modernity*, p. 417-470.
- Friedman, B. M. (2009). *As Consequências Morais do Crescimento Econômico*. Record, Rio de Janeiro.
- Habitat, U. N. (2015) *Planned City Extensions: Analysis of Historical Examples*. Nairobi, Kenya.
- Herman, D. J. (1992) Sometimes There's Nothing Left to Give: The Justification for Denying Water Service to New Consumers to Control Growth, *Stanford Law Review*, 429-470.
- Kenworthy, J. R. (2016) Ten Key Dimensions for Eco-city Development in Theory and Practice, *In*: *Envisioning Future Cities: Ideas and examples*, ISOCARP Review 12.
- Kolbert, Elizabeth. *A sexta extinção: uma história não natural*. Editora Intrínseca, 2015.
- Lang, Miriam. Alternativas ao desenvolvimento. *In* *Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, Fundação Rosa Luxemburgo e Autonomia Literária, p. 24-45, 2016.
- Latouche, S. (2009) *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, WMF Martins Fontes, São Paulo.
- Lefebvre, H. (1999) *A Revolução Urbana*, Editora UFMG, Belo Horizonte.
- Leitner, H. (1990) Cities in Pursuit of Economic Growth: The Local State as Entrepreneur, *Political Geography Quarterly*, 9(2), 146-170.
- Vasconcellos, M. J. E. (2003) *Pensamento Sistêmico: O Novo Paradigma da Ciência*, Papirus Editora, Campinas.

- Veiga, J. E. (2002) *Cidades Imaginárias: O Brasil é Menos Urbano do que se Calcula*, Autores Associados, Campinas.
- Meschkat, Klaus. Os governos progressistas e as consequências do neoextrativismo. Interesse geral da nação versus interesses particulares. *In* *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, Fundação Rosa Luxemburgo e Autonomia Literária, p. 24-45, 2016.
- Mokyr, J. (2016) *A Culture of Growth: The Origins of The Modern Economy*. Princeton University Press, Princeton.
- Moraes, G. D. O., e Freitas, R. C. (2013) O Novo Constitucionalismo Latino-americano e o Giro Eocêntrico da Constituição do Equador de 2008: Os Direitos de Pachamama e o Bem Viver (*sumak kawsay*). *Constitucionalismo Latino-americano: Tendências Contemporâneas*. Curitiba: Juruá.
- Mudimbe, V. (2013) *A Invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*, Edições Pedalço, Lisboa.
- Mumford, L. (1982). *A Cidade na História: Suas Origens, Transformações e Perspectivas*, Martins Fontes, São Paulo.
- Nascimento, E. P. (2012) Sustentabilidade: O Campo de Disputa de Nosso Futuro Civilizacional, *In*. *Enfrentando os Limites do Crescimento: Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade*, p. 415-433, Garamond, Rio de Janeiro.
- Nevens, F. *et al.* (2013) Urban Transition Labs: Co-creating Transformative Action for Sustainable Cities. *Journal of Cleaner Production*, v. 50, p. 111-122.
- Piketty, T. (2014) *O Capital no Século XXI*, Intrínseca, Rio de Janeiro.
- Rocha, M. C. D. S. (2017) *Quando a Cidade Convida: Lições de Urbanidade e Configuração em Assentamentos Limitados*, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília.
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin III, F. S., Lambin, E., ... e Nykvist, B. (2009) Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity, *Ecology and society*, 14(2).
- Scott, A. J., e Storper, M. (2015) The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory, *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 1-15.
- Selo, K. C., Fragkias, M., Güneralp, B., e Reilly, M. K. (2011) A Meta-analysis of Global Urban Land Expansion, *PloS one*, 6(8), e23777.
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M., ... e Folke, C. (2015) Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet, *Science*, 347(6223), 1259855.
- UN-DESA. (2015) *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*, United Nations Department of Economics and Social Affairs, Population Division, New York, NY, USA.
- Woodward, D., Simms, A., Murphy, M. (2006) *Growth isn't Working: The Unbalanced Distribution of Benefits and Costs from Economic Growth*, New Economics Foundation.

# capítulo 2





OS MEIOS  
JUSTIFICAM  
OS MEIOS?

## CAPÍTULO 2

### Os meios justificam os meios?

#### O lugar das pessoas e da Natureza no Desenvolvimento Urbano

##### RESUMO

Da imagem de uma cidade sem cidadãos, locus para o assentamento preferencial de qualquer outro ente que não a vida, elaboramos uma crítica ao desenvolvimento urbano, qualificando-o como processo autônomo, promotor de prosperidade para aproximações de pessoas, sujeitos sem nome. Para tanto, revisamos os múltiplos sentidos de Desenvolvimento, a fim de compreender a essência do fenômeno e por qual motivo os sentidos incorporados aos termos desenvolvimento econômico e urbano passaram a designar conjuntos de operações tão distantes de seus pares conceituais. Todos os demais desenvolvimentos apontam para processos criativos em que diferenciações emergem de generalidades em cada sistema. No entanto, a busca pelo desenvolvimento urbano em cidades dos países do Sul opera um empobrecimento e uma desertificação do pensamento que tenta reproduzir ou obter formas e componentes (produtos) de modelos emprestados de cidades tidas como desenvolvidas e, nesse sentido, paulatinamente falhamos. Os produtos do desenvolvimento urbano reunidos não se confundem com o processo homônimo. Desta constatação, apresentamos as noções de urbanização e de modernização reflexivas, úteis à reorientação dos sentidos de prosperidade coletiva nas cidades, porém em respeito às pessoas e à Natureza. Por fim, apresentamos uma análise da Nova Agenda Urbana (NUA), apontando as contradições presentes nos rumos consensuais (supostamente universais) propostos neste documento à luz das formulações críticas apresentadas.

## 1. INTRODUÇÃO

Em Costanera Sur, um balneário à beira do Rio da Prata construído em 1918 na cidade de Buenos Aires, o artista plástico argentino Eduardo Basualdo instalou, cem anos após a inauguração do equipamento, uma escultura intitulada “**Perspectiva de la Ausencia**” (FIGURA 2.1). Como muitos lugares em tantas cidades, este balneário portenho experienciou períodos e intensidades diversas de uso e flutuações de registros de frequentadores, passando por um capítulo de apogeu, por volta de 1935, e gradual declínio. Em março de 2018, quando a obra de Basualdo foi instalada na ponta do espigão, o lugar mantinha como referência de uso a Associação Argentina de Pesca e era considerado “esquecido”, à exceção daqueles que o visitavam para pescar.



FIGURA 2.1 - Perspectiva de la Ausencia. (Foto: Belen Caputo, 2018).

Em entrevista sobre esta instalação (Art Basel, 2018), Basualdo diz interessar-se recorrentemente por um tema e que o procura imprimir em toda sua obra: a possibilidade dos sujeitos se enxergarem fora de seus contextos, como um ingresso à ficção, onde as regras são diferentes. Para ele, a escolha do lugar em situação de abandono, o mirante que dá para o rio da Prata, o horizonte e a visão de Buenos Aires e de seus limites foram combinados a fim de produzir tal experiência. Ali, a linha do horizonte serve de fronteira ao olhar e o litoral pragmaticamente encerra o perímetro urbano, apresentando a borda da cidade, porém, de fora. A perspectiva da ausência, plasmada por uma porta giratória que dá para as águas, apresenta, entre outras visões, a cidade sem as pessoas ou, pelo menos, sem aqueles que a observam de fora.

Esta ficção do observador externo talvez não esteja assim tão distante da experiência cotidiana dos habitantes das cidades do Sul. A esses cidadãos foi relegada uma vida urbana marcada historicamente por uma dupla ausência. Em suas cidades faltam elementos fundamentais e os meios de conquista desses elementos não têm neles, nos cidadãos, um fim. A perspectiva da falta, introduzida aqui como representação do "Terceiro Mundo" pelos países do Norte no período pós-Segunda Guerra efetuou um corte entre realidades desenvolvidas e subdesenvolvidas do qual jamais poderemos nos recuperar. Não há curativo para esse corte porque a medicina que sobre ele se debruça e para ele pres-

creve tratamentos tem por critério fundante e meta a saúde do corte.

Neste estudo, investigaremos as implicações da difusão do Desenvolvimento enquanto discurso e prática sobre os caminhos de progresso urbanos como viáveis para as cidades do Sul, com foco na América Latina. Para tanto, apresentaremos a primeira parte de um esforço de pesquisa que contempla a **Nova Agenda Urbana (NAU)** e o sistema de indicadores de qualidade urbana sugerido pela **Iniciativa de Prosperidade das Cidades (IPC)**, ambas encabeçadas pela ONU-HABITAT. Com isso, procuramos responder de que forma os instrumentos de desenvolvimento urbano difundidos e recomendados pelas agências internacionais de desenvolvimento moldam as estratégias e ações locais para o alcance paradoxal dos meios e não necessariamente dos fins pretendidos pelos sujeitos beneficiários.

## 2. OS DESENVOLVIMENTOS E A DESERTIFICAÇÃO DO PENSAMENTO

"OS DESENVOLVIMENTOS ECONÔMICOS NÃO SURGEM DO NADA. POSSUEM LINHAGEM E PEDIGREE, COMO AS DEMAIS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO NATURAL."

Jacobs, 2001; p.32

A que estamos nos referindo aqui quando falamos em **Desenvolvimento**? Trata-se de um fenômeno de ocorrência universal, responsável pela produção de diferenciações a partir de generalidades. Esta mudança qualitativa tem acompanhado a história do nosso universo, da Terra e da vida desde o seu surgimento, embora tenhamos começado a compreender seus princípios e padrões de funcionamento apenas no século 19, por decorrência do trabalho de embriologistas e evolucionistas daquele tempo. Existem muitos tipos de desenvolvimentos e fundamentos que descrevem de maneira geral todos eles. Compreender, neste primeiro momento, que seu estudo sistemático teve início no campo das ciências naturais, nos ajudará a endereçar com precisão a crítica que pretendemos construir para a noção hegemônica de **Desenvolvimento Urbano** atual.

Os egípcios haviam percebido por volta de 1000 a.C. que o desenvolvimento de aves em ovos incubados guardavam semelhanças com o que sucedia a embriões de mamíferos. Porém, essa vaga ideia foi suplantada pelos escritos de Aristóteles sobre embriologia descritiva e comparada. A Aristóteles tributamos o estabelecimento dos campos da biologia reprodutiva e do desenvolvimento animal. Suas observações foram impressionantemente completas, mas ele não foi capaz de imaginar que as fêmeas de mamíferos também produzissem ovos como os demais grupos estudados.

Ao longo dos séculos, mesmo após a descoberta dos folículos ovarianos e dos ovários, muitos cientistas seguiram tentando relacionar o desenvolvimento gradual dos órgãos embrionários às teorias fisiológicas adotadas por Aristóteles, que supunham a formação do embrião dos mamíferos pelo contato do sêmen do macho com o sangue menstrual da fêmea. Essa postulação só foi refutada no século 19, com as contribuições de Christian Pander, Heinrich Rathke e Karl Ernst von Baer. Este último descreveu o verdadeiro óvulo dos mamíferos em 1827, permitindo a constatação de que os ovários eram os equivalentes femininos dos testículos (MAYR, 2008, p. 209).

Qual a relevância destes achados em biologia do desenvolvimento para a tese que pretendemos sustentar? O caso é que, por esta questão só ter sido efetivamente dirimida no século 19, Aristóteles teorizou sobre a especificidade do desenvolvimento referindo-se a uma “causa final”, responsável pelo resultado invariável de que ovo de uma rã transformava-se em rã e não em um frango ou um peixe. O *eidos*, agente de aparente caráter metafísico, era o que conhecemos hoje por programa genético, o que garante a condução de um ovo fertilizado até o seu estágio adulto. A maioria dos achados científicos embriológicos do século 19 (reconhecimento da notocorda, do tubo neural e das camadas germinativas) lograram encontrar recorrências no desenvolvimento de vertebrados, mas que diferiam sensivelmente quando comparados a moluscos, equinodermos, tunicados e outros filos de invertebrados (MAYR, 2008, p. 211). A experiência do empreendimento científico nesse campo apresentou o primeiro fundamento geral do desenvolvimento enquanto fenômeno, porém já expondo algumas limitações e soando um alerta quanto ao alcance limitado das generalizações.

O enunciado “diferenciações emergindo de generalidades” é o primeiro de três fundamentos que destacaremos e aplica-se ao desenvolvimento em todas as escalas de tempo e dimensão, tanto a processos animados como a inanimados. O sistema solar é um exemplo: a generalidade de partida era uma nuvem de matéria da qual surgiram o Sol, os planetas, suas luas e fragmentos menores (todas diferenciações). No momento em que surge a Terra, como diferenciação, esta torna-se uma generalidade da qual surgiram outras diferenciações, como a atmosfera, a crosta terrestre e o núcleo da Terra. Portanto, tornando ao exemplo dos embriões de vertebrados, os ovos fertilizados são generalidades que passam por divisões, produzindo diferenciações em três camadas de células (ectoderma, mesoderma e endoderma), que se traduzem em novas generalidades das quais emergirão novas diferenciações. O segundo fundamento é exatamente este: “diferenciações tornam-se generalidades das quais emergem novas diferencia-

ções", o que qualifica o desenvolvimento como um processo aberto, que, ao se repetir, gera diversidade e complexidade (JACOBS, 2001, p.25).

Esses dois enunciados podem soar como obviedades para nós, mas até pouco tempo pensava-se que os embriões humanos iniciavam como miniaturas de bebês contidos no útero e há ainda quem acredite que toda a diversidade da vida e do universo nasceu e tem permanecido a mesma tal e qual o momento da criação divina descrito no livro do Gênesis. Mesmo que nada faça sentido hoje em biologia senão à luz da evolução, resta admitirmos que a forma como são comumente expressas as linhagens evolutivas dos diversos grupos não costuma dar conta do terceiro aspecto fundamental aos desenvolvimentos: "desenvolvimentos dependem de co-desenvolvimentos". O formato linear convencional de apresentação destas narrativas, portanto, não faz jus à orquestração complexa do que sucede nesses processos. Pois o que ocorre, de fato, é uma rede de co-desenvolvimentos interdependentes (JACOBS, 2001, p.27).

A interdependência entre co-desenvolvimentos pressupõe a existência de cooperação e é aqui que começamos a tecer nossa crítica. A ideia de operação conjunta entre diferentes entes para uma finalidade comum foi introduzida no seio das ciências econômicas por empréstimo de uma interpretação equivocada dos mecanismos da evolução no mundo natural. Tanto o Desenvolvimento Econômico como o Desenvolvimento Urbano (e todos os tipos de desenvolvimentos) operam sob os mesmos princípios universais e não teriam como fazê-lo diferente. Porém, as Teorias do Desenvolvimento Econômico aplicadas a nações, regiões e localidades, por não compreenderem esses fundamentos, assumiram como fio condutor de suas recomendações uma noção equivocada de desenvolvimento, que viria como resultado da aquisição de coisas como indústrias, tratores, escolas, viadutos. A internalização acrítica ou perversamente intencional dessa incompreensão em programas de desenvolvimento tornou viciosas as leituras sobre as falhas dos processos de desenvolvimento, uma vez que o foco das iniciativas de uma forma ou de outra terminava recaindo sobre os produtos do desenvolvimento e não sobre o processo.

## 2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Em geral, os movimentos que se lançam em defesa da Natureza, mesmo aqueles derivados de vertentes mais desprovidas de crítica, partem de uma percepção comum quanto ao mau funcionamento das economias capitalistas em sua relação com a Terra, com os ecossistemas, com a biodiversidade e com as bases de recursos naturais. Os desacordos e as divergências sur-

gem, então, a partir das análises empreendidas acerca dos motivos dessas disfuncionalidades e ganham maior contorno conforme as ações propostas e posturas assumidas. Se os esforços de elaboração das diferentes visões sobre as consequências da modernidade irradiam em tantas direções no campo ambiental, mais espinhosos e controversos são os debates no campo social, em que, com certa facilidade retórica, a dignidade das pessoas e o valor intrínseco da vida humana são suprimidos das equações que desenhemos para problematizar o presente e produzir nossas opções de futuro.

A emergência da questão ambiental na segunda metade do século 20, por ocasião de denúncias sucessivas e registros sistemáticos de danos, ameaças e tragédias de vulto, foi decorrência direta da aplicação continuada de inovações científico-tecnológicas em diferentes searas produtivas. Neste momento é que se apresenta a ambiguidade que habita o cerne do processo civilizatório global: o mecanismo gerador de bem-estar produz também risco (BECK, 2011). Essa ambiguidade, portanto, é um convite à consideração crítica sobre os rumos civilizatórios que estamos tomando em função de nossas escolhas coletivas. Naturalmente, o termo escolha coletiva não dá conta da complexidade destas questões, cuja ponderação razoavelmente sóbria dependeria de uma sociedade mais profundamente democrática, bem servida de pesquisa e educação científicas e culturalmente resiliente quanto à assimilação cotidiana de novas tecnologias balanceada por critérios de saúde.

Com essa breve recuperação histórica, pretendemos sustentar a contribuição do ambientalismo moderno à problematização dos sentidos de progresso hegemônicos paulatinamente fixados ao longo do século 20. O esforços direcionados à neutralização da importância da economia política na formação positivista do campo das ciências econômicas virtualmente lograram escantear o conflito, as contradições e as divergências existentes acerca dos fins das políticas econômicas. Em muitos sentidos, as demandas vindas dos movimentos e das demais ciências sociais foram absorvidas pelas ferramentas analíticas e pelas estratégias econômicas de produção de resultados que nunca deixaram de referir aos problemas sociais, mas efetivamente substituíram-nos por conceitos e aproximações que operam com independência em relação à materialidade complexa e à riqueza intersubjetiva dos supostos beneficiários de cada formulação (Quadro 2.1). Dessa forma, Desenvolvimento (econômico, humano e sustentável), bem-estar e os indicadores de produtividade econômica, como o PIB e o PIB per capita, são os exemplos mais representativos do ensimesmamento, da reprodução autorreferencial e de um processo amplo de descolamento acrítico das muitas realidades que extrapolam os limites disciplinares da economia clássica, tornando-a algo muito próxima de uma religião.

Quadro 2 - Síntese das correntes e visões de Desenvolvimento

FOCO	AUTOR/ESCOLA	IDEIA DE DESENVOLVIMENTO
Desenvolvimento como crescimento	Harrod e Domar	<b>Aumento do PIB per capita</b> , possibilitado pelo aumento dos investimentos
	Robert Solow	<b>Aumento do PIB per capita</b>
	Walt Whitman Rostow	<b>Aumento do PIB per capita</b>
	François Perroux	<b>Crescimento econômico</b> a partir da industrialização
	Gunnar Myrdal	<b>Aumento do PIB per capita</b> , no entanto, Desenvolvimento é resultado de múltiplos fatores
Inspiração marxista ou neomarxista	CEPAL	<b>Aumento do PIB per capita</b>
	Dependência	Elevação do nível de bem-estar dos países que estão no centro de decisão do capitalismo global; Industrialismo e <b>aumento do PIB per capita</b>
	Paul Baran	Necessidade urgente e vital da imensa maioria das nações, representada pelo <b>crescimento do PIB per capita</b>
	Elmar Altvater	Industrialização (nos moldes fordistas), considerada como um bem oligárquico
	Stephen Bunker	Resulta da organização, coordenação e uso de energias humanas e não humanas, e da distribuição dos recursos derivados e transformados
	Albert O. Hirschman	<b>Aumento do PIB per capita</b>
Institucionalista	Douglas North	O conceito de instituição é a chave explicativa da evolução e do desenvolvimento econômicos
Desenvolvimento sustentável	Ignacy Sachs	Relacionada à ética, conceito pluridimensional; Desenvolvimento endógeno
	Sustentabilidade fraca	Bem-estar das gerações presentes e das gerações futuras, em harmonia com o equilíbrio ecológico
	Sustentabilidade forte	Bem-estar das gerações presentes e das gerações futuras, em harmonia com o equilíbrio ecológico
	Escola de Londres	Bem-estar das gerações presentes e das gerações futuras, em harmonia com o equilíbrio ecológico
	Economia Ecológica	Bem-estar das gerações presentes e das gerações futuras, em harmonia com o equilíbrio ecológico
Outros	Amartya Sen	Liberdade como superação das privações
	Sérgio Boisier	Emergência sistêmica, relacionada à potencialização dos capitais intangíveis

Fonte: Adaptado de Enríquez (2010).

Esse empobrecimento do pensamento disciplinar é um movimento descrito por **Kuhn (2000)**, ao qual todas os campos científicos estão sujeitos, uma vez que em dado momento se ateste a utilidade de determinados aparatos do conhecimento. De modo que tal instrumentalidade passe a operar como reforço ao empreendimento científico normal, destinado à ampliação do alcance e à validação nos diferentes contextos daquilo que já se conhece. A economia clássica e suas principais escolas passam a sofrer desse mal à medida seu casamento apolítico com a política se mostra útil à manutenção de um dado status quo. Tensão semelhante se estabelece no curso da história ocidental do pensamento urbanístico para o que **Lefebvre (1999)** lança a pergunta: pode o conhecimento sobre o urbano dizer-se meramente científico? Aqui entendemos que esta possibilidade não é factível nem ao campos do conhecimento estritamente científicos, pela razão inescapável de que ciência é um empreendimento social, co-produzida por sujeitos, coletivos e instituições, que são em essência políticas e expressam a todo momento seus vieses. No entanto, este é um debate interessante e com implicações diversas em cada campo disciplinar. Lefebvre, por exemplo, defende a existência de uma dimensão utópica, política, portanto, que dificilmente poderá ausentar-se dos momentos em que pensamos a nossa condição urbana (**MONGIN, 2009**).

O urbano, para ele, é um fenômeno que implode e explode os nossos espaços sociais (**HOLANDA, 2013**), transformando modos de vida e paisagens muito além dos limites das manchas urbanas. A dimensão utópica que acompanha esse fenômeno tem a ver com um lugar e um tempo que estão sempre um passo à frente das configurações do presente, que estão por decidir, abertos em possibilidades. O conhecimento que possamos produzir sobre esse fenômeno será sempre sobre parte daquilo que fomos, mas não alcança nem a completude do espectro de cenários e tendências nem a parcela daquilo que podemos ainda sonhar e construir para nós mesmos. Com isso, chegamos a um limiar de turvamento de nossa argumentação. Ao falar de desenvolvimento urbano, estamos nos referindo a um processo de evolução urbana e, ao apresentar o empobrecimento que o **Desenvolvimento** sofreu no seio da Economia Clássica, procuramos um contraponto a partir da teoria da evolução, da biologia do desenvolvimento e da teoria de sistemas para apontar os equívocos incorporados nesse campo, que resultam plasmados na noção de **Homo economicus**. Não temos registros de que existiu nem evidências de que exista tal espécie. Não há um indivíduo humano capaz de tomar decisões puramente econômicas e, se os agentes econômicos pretendem insistir em abstrações desse tipo, cabe à sociobiologia (**DE WAAL, 2010; WILSON, 2013**) apresentar o contraponto factual do que conhecemos a respeito de nossa espécie. Assim, quem sabe, possamos considerar as

referidas utopias e o conjunto do possível, desvencilhados dos vícios de formatação do imaginário que os mitos sobre a natureza humana criaram.

Por fim, desenvolvimento urbano, por seus próprios meandros conceituais, passou também a significar, na prática, uma coisa só. A cidade do pensamento único (ARANTES et al., 2002) é um risco distópico tangível que, não por acaso, ficou mais evidente com a ascensão do neoliberalismo, com o agravamento das ideias de que a livre circulação de capitais poderia trazer à reboque a sorte de um pacote genérico de elementos desejáveis. As décadas de debates acerca das imprecisões do desenvolvimento sustentável nos permitiram destilar a crítica dos adjetivos. Afinal, o que significa desejável? Uso racional dos recursos? Cidade inteligente? Construções verdes? A sustentabilidade após longa expectativa de amadurecimento, representa um campo bourdieuriano (NASCIMENTO, 2012), de tensão indissolúvel e cujo mérito é, de fato, manter em contato a diversidade de visões. As noções sobre sustentabilidade, portanto, não tendem quando confrontadas a conformar uma só noção mais aperfeiçoada e mais promissora. A diversidade e o conflito persistem no campo identificando cada agente, corrente e visão conforme o seu singular desempenho. Dessa forma, quando discutimos cidades sustentáveis (PESSOA et al., 2017), é preciso trazer à luz o que se pretende sustentar com o discurso e de que maneiras. Aí estarão expressas a racionalidade, a lógica interna (inteligência), a noção de meio ambiente (verde) e a quem se prestam as proposições-fim (quem deseja o quê). Do contrário, a vaguidão no uso do termo poderá torná-lo prescindível.

## 2.2. PÓS-DESENVOLVIMENTO URBANO E URBANIZAÇÃO REFLEXIVA

Apresentadas as forças atuantes na desertificação do pensamento econômico e urbanístico e também as experiências de admissão do contraditório, de manutenção do conflito, podemos iniciar nossa contribuição. Acompanharemos a reflexão crítica de Escobar (2011) de que o Desenvolvimento enquanto discurso modulador das relações entre países teve sucesso ao estabelecer-se como um sistema de representação dos países do Sul no período pós-Segunda Guerra e que, por mais natural que hoje pareça, até 1945 nenhum de nós referiria a existência de uma condição de subdesenvolvimento ou de uma transição em curso para um estado de desenvolvimento em nossas realidades. A naturalidade com que assimilamos essa nossa condição, por mais aparentada que seja à imagem de “um camelo que, montado, marcha motivado por uma cenoura amarrada a uma vara”, incutiu em nossos imaginários a marca de uma debilidade congênita que a simples divisão anterior entre nações pobres e

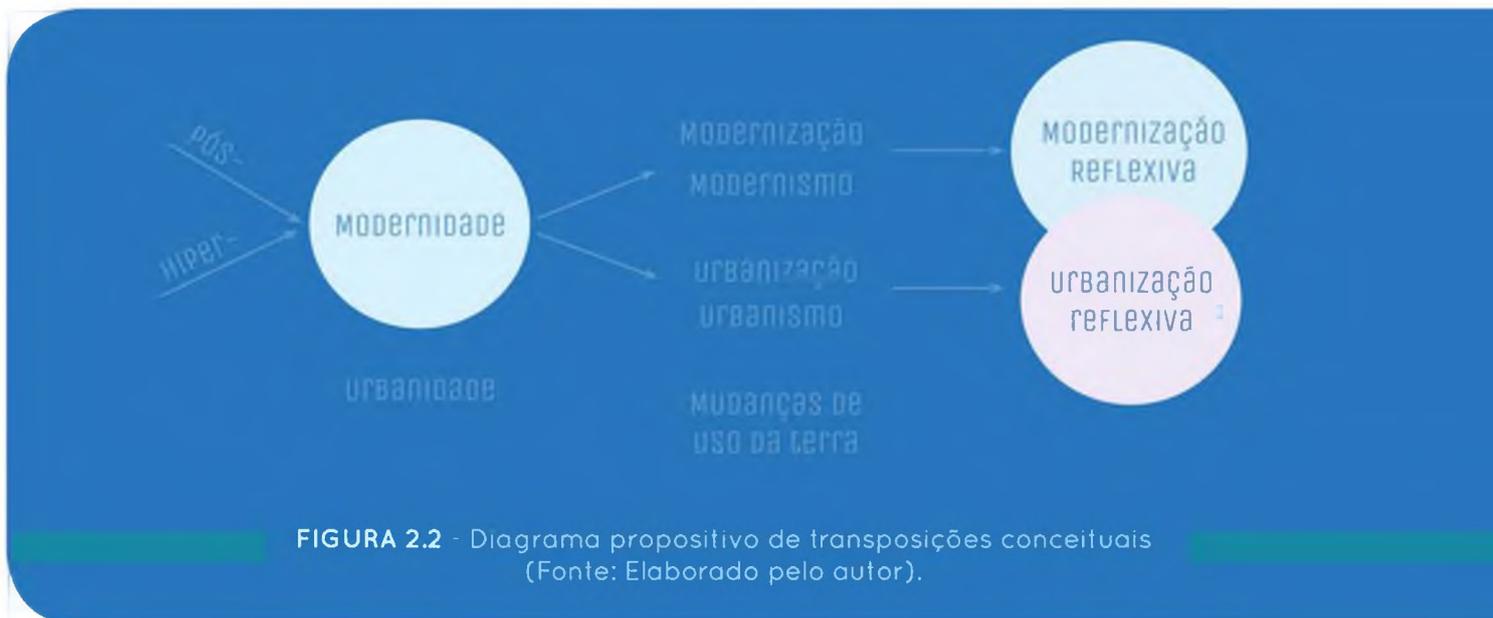
ricas não havia alcançado. Assim, retomamos a ideia da ausência e da falta persistentes, discutida no início deste capítulo e que acreditamos não poder ser superada por meras esforços de adjetivação do modelo.

Guardada a crítica à apropriação do termo **Desenvolvimento** como ideia-força destinada à manutenção do *status quo* internacional e reforço das desigualdades entre países, resta intocada uma inconsistência de natureza muito mais básica e, paradoxalmente, mais evidente. Quem quer que almeje processar-se um desenvolvimento, se o entende de fato como processo coeso e não uma junção de coisas, deseja-o como meio de obtenção não daquele conjunto de coisas, mas do fim que elas e o processo representam.

Esta formulação lógica pretende espremer a massa de significados alocados sob o termo desenvolvimento a ver o que fica. Se os desenvolvimentos atuam modificando realidades, produzindo novas generalidades capazes de produzir novos desenvolvimentos, que espécie de generalidade alguém pode pretender alcançar ao desejar que se processem tais desenvolvimentos? Nossa interpretação é de que a apropriação histórica do termo **Desenvolvimento** logrou fixar a produtividade econômica, o crescimento econômico e seus indicadores primeiro como objetivo único (quando desenvolvimento era sinônimo de desenvolvimento econômico) e, posteriormente (com a sucessão de debates sobre desenvolvimento humano, social e sustentável e seus indicadores correspondentes), como apêndice, mas que opera na prática como pilar nas principais avaliações, concepções e metodologia que subsidiam índices de prosperidade e progresso em geral.

É precisamente porque fixamos o fim de um processo (meio) com outro meio (aumento do PIB *per capita*) e historicamente não conseguimos desvencilhar **Desenvolvimento** de crescimento econômico que a esperança sobre novas e mais acuradas adjetivações não oferece mais esteio. Os economistas clássicos efetivamente não ingressaram no campo da sustentabilidade, porque não entenderam o que estava se processando ao mundo na segunda metade do século 20. Os estudos que se iniciaram em 1972 com o relatório **Limites do Crescimento** para o Clube de Roma (MEADOWS et al., 1972) seguem sendo publicados, agora com a substituição oportuna do termo limites por fronteiras (ROCKSTRÖM et al., 2009). Não era tetos intransponíveis, portanto, eram fronteiras planetárias, que de um total de nove, temos quatro já ultrapassadas, duas além dos limiares incerteza (mudanças climáticas e mudanças de uso da terra) e outras duas (fluxos biogeoquímicos e integridade da biosfera) além da raia de alerta de ruptura sistêmica (STEFFEN et al., 2015). Da perspectiva dos indicadores sociais, os cenários também não são animadores. Segundo o relatório sobre a desigualdade mundial, entre 1980 e 2016, observa-se uma desigualdade

crescente em quase todos os países, a diferentes taxas na participação na renda dos 10% mais ricos. O grupo de pesquisadores deste relatório também estabelece suas raias de alerta: “o mundo está caminhando em direção à fronteira da alta desigualdade?” (ALVAREDO et al., 2018). Em ambas as frentes, os forçantes responsáveis pela produção dos riscos e das eventuais crises sistêmicas devem-se à dificuldade de assimilação do sistema econômico como subsistema do sistema Terra ou como sistema subordinado à integridade, à saúde e à coesão dos sistemas sociais.



A partir do momento que nos pusermos a discutir que espécie de generalidade e fim os processos e desenvolvimentos econômicos poderiam nos valer enquanto meio, passaremos a operar uma inversão que parece vir ao encontro de todas as problematizações apresentadas. Como Sen e Kliksberg (2010) começam a prospectar em sua obra “As pessoas em primeiro lugar”, virtualmente o Desenvolvimento desaparece como intermediário de nossos objetivos e as contradições entre bem-estar e risco ganham terreno, alterando substancialmente os sentidos de progresso e os meios para alcançá-lo. Quais o rebatimentos dessas reflexões nos contextos locais e regionais urbanos? Estaremos fundamentalmente desorientados, sobretudo, nas cidades periféricas. Porque abrir mão da objetividade científica dos indicadores, das metas e da expansão econômica como carro-chefe de uma ilusão de prosperidade coletiva, é ter que perguntar às pessoas e às pessoas que se tornam sujeitos dos direitos da Natureza o que lhes parece desejável, seguro, justo, sustentável. A modernização reflexiva (BECK et al., 1995) abre espaço para a busca de uma reflexividade sobre a qualidade do urbano (urbanidade) e libera, novamente, sobretudo as cidades periféricas, dos objetivos de forma, função e produtos normatizados pelas correntes do urbanismo programático (Figura 2.2). Da ponderação sobre um pós-desenvolvimento urbano latino-americano, por exemplo, apresenta-se a noção de bem viver

urbano, como paradigma de superação do bem-estar urbano e valorização da vida, da natureza e das economias solidárias e ecológicas, em escalas de processamentos e trocas compatíveis com o florescimento dos sistemas socioambientais urbanos. A mudança desejável e democraticamente possível nas cidades, portanto, a vivência de uma urbanização reflexiva, passa necessariamente por uma sistematização contínua dos riscos e pela institucionalização e prática do respeito às preexistências naturais e humanas.

### 3. NOVA AGENDA BOLORENTA

Nesta seção, procuramos exercitar a identificação de inconsistências discutidas conforme a análise empreendida até aqui em um dos principais documentos destinados à pactuação de uma caminho comum para as cidades: a **Nova Agenda Urbana**, proposta pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT).

A Nova Agenda Urbana, NAU (UN, 2017), é o documento final produzido como resultado da Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (**Habitat III**) sediada em outubro de 2016 na cidade de Quito, no Equador. Trata-se de uma agenda com 175 parágrafos, que pretende fixar uma visão compartilhada sobre o futuro das cidades para o conjunto de países membros das Nações Unidas. Entre outras metas fundantes, a **NAU** acompanha os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, em especial, o **objetivo 11** que busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (UN, 2015; LEE et al., 2016). A seguir comentaremos algumas passagens desse documento com citações diretas da versão traduzida para o português:

“3. Desde a Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos em Vancouver, em 1976, e a de Istambul, em 1996, e a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2000, tem-se testemunhado melhorias significativas na qualidade de vida de milhões de habitantes em áreas urbanas, inclusive de moradores de musseques, favelas, caniços, bairros de lata e assentamentos informais. Contudo, a **persistência de múltiplas formas de pobreza, de crescentes desigualdades e degradação ambiental** permanecem entre os maiores obstáculos para o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, sendo a exclusão socioeconômica e a segregação espacial realidades frequentemente irrefutáveis em cidades e assentamentos humanos.

4. Estamos ainda longe de lidar adequadamente com estes e outros desafios existentes e emergentes; e há a necessidade de **capitalizar as oportunidades relacionadas à urbanização** como um motor para o **crescimento econômico contínuo** e inclusivo para o desenvolvimento social e cultural, para a proteção ambiental, bem como as potenciais contribuições da urbanização para alcançar-se um desenvolvimento transformador e sustentável.

5. Ao reavaliar a forma em que cidades e assentamentos humanos são planejados, projetados, financiados, desenvolvidos, governados e administrados, a Nova Agenda Urbana ajuda-

rá a dar fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e dimensões, a **reduzir desigualdades**, a promover o **crescimento econômico contínuo**, inclusivo e sustentável, a alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas de maneira a potenciar sua vital contribuição para o desenvolvimento sustentável, a melhorar a saúde e o bem-estar humanos, assim como promover resiliência e proteger o ambiente.”

Logo de partida, nos parágrafos 3, 4 e 5, percebemos o curto-circuito na problematização lógica das principais questões urbanas. Por que motivo são persistentes a pobreza, as desigualdades e a degradação ambiental? Que processos paralelos operam ao **Desenvolvimento** que impedem o adequado endereçamento destes problemas? Mesmo que consideremos outras tantas explicações alternativas às leituras apresentadas aqui, é, no mínimo curioso, que o texto da **NAU** tanto não abra questionamentos a esse respeito como, por outro lado, fixe a urgência da aposta em um crescimento econômico contínuo. Esta formulação permeia várias seções e é repetida exaustivamente ao longo de todo o documento:

“13. Visualizamos cidades e assentamentos humanos que: (...) (d) Estejam aptos a atender os desafios e oportunidades, presente e futuro, de **crescimento econômico contínuo**, inclusivo e sustentável, **utilizando a urbanização** para transformação estrutural, **alta produtividade**, atividades de alto valor-agregado e uso eficiente de recursos, aproveitando economias locais, reconhecendo a contribuição de setores informais e apoiando sua transição sustentável para a economia formal.”

e

“15. Comprometemo-nos a trabalhar no sentido de uma mudança de paradigma urbano para a Nova Agenda Urbana que irá: (a) Mudar nossa abordagem sobre o modo que planejamos, financiamos, desenvolvemos, governamos e administramos cidades e assentamentos humanos, reconhecendo o **desenvolvimento urbano e territorial sustentável** como essencial para alcançar-se **desenvolvimento sustentável e prosperidade para todos**; (b) Reconhecer o protagonismo de governos nacionais, conforme o caso, na definição e implementação de políticas e legislação urbanas inclusivas e efetivas no sentido de um desenvolvimento urbano sustentável, e as contribuições igualmente importantes de governos subnacionais e locais, assim como da sociedade civil e de outros atores relevantes, de maneira transparente e responsável; (c) Adotar abordagens ao desenvolvimento urbano e territorial sustentável, focalizadas em pessoas, atentas às questões etárias e de gênero, e integradas por meio da implementação de políticas, estratégias, desenvolvimento de capacidades, e ações em todos os níveis, com base em catalisadores fundamentais de mudanças, incluindo:

(i) desenvolvimento e implementação de políticas urbanas nos níveis apropriados inclusive por meio de parcerias local-nacionais e entre diversos atores, construindo sistemas integrados de cidades e assentamentos humanos, promovendo cooperação entre todos os níveis de governo para permitir-lhes alcançar o desenvolvimento urbano sustentável integrado; (ii) fortalecimento da governação urbana, com instituições sólidas e mecanismos que empoderem e incluam atores urbanos, assim como pesos e contrapesos apropriados, que proporcionem previsibilidade e coerência a planos de desenvolvimento urbano que permitam inclusão social, **crescimento econômico contínuo**, inclusivo e sustentável e proteção ambiental; (iii) revigoração do planejamento e desenho urbano e territorial integrado e de longo prazo a fim de otimizar a dimensão espacial da for-

ma urbana e de transmitir os resultados positivos da urbanização; (iv) fomentar estruturas e instrumentos efetivos, inovadores e sustentáveis, permitindo finanças municipais e sistemas fiscais locais fortalecidos para criar, sustentar e compartilhar o valor gerado pelo desenvolvimento urbano sustentável de maneira inclusiva.”

Nestes trechos, sobressaltam aspectos instrumentais em que a urbanização e as economias locais parecem fatores de produção aplicados à obtenção de finalidades de ordem macroeconômica, o que é revelador de uma certa independência desta dimensão em relação à sociedade. Já no **parágrafo 15**, o “**novo paradigma**” sugere uma autorreferência a respeito do desenvolvimento urbano como elemento essencial ao alcance da prosperidade e do desenvolvimento sustentável. Essas categorias podem de fato significar coisas distintas? Em caso positivo ou negativo, de quais avanços e melhorias estamos falando em cada caso? Há um pressuposto de autoevidência nos conceitos que pode ser proposital em documentos desta natureza, mas cujo tom de imprecisão destoaria quando cabe alguma oportunidade de sugerir quais **catalisadores** optamos para garantir a consecução desses objetivos. Por fim, o **crescimento contínuo** aparece aqui também como um elemento-fim dos planos de desenvolvimento urbano, ao lado da inclusão social e da proteção ambiental. Esta dificuldade de representar e indicar um estado de saúde econômica urbana sem lançar mão do crescimento revela a capilaridade dogmática da sua assunção como caminho virtuoso.

“Prosperidade e oportunidades urbanas inclusivas e sustentáveis para todos

43. Reconhecemos que o crescimento econômico contínuo, inclusivo e sustentável, com emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos é um elemento fundamental do desenvolvimento urbano e territorial sustentável e que as cidades e os assentamentos humanos devem ser lugares de igualdade de oportunidades, permitindo às pessoas viver uma vida saudável, produtiva, próspera e plena. 44. Reconhecemos que a forma urbana, a infraestrutura e o projeto das edificações estão entre os maiores promotores de eficiência de custos e de uso de recursos, por meio dos benefícios da economia de escala e de aglomeração e da promoção de eficiência energética, energias renováveis, resiliência, produtividade, proteção ambiental e crescimento sustentável na economia urbana.”

e

“Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente

65. Comprometemo-nos a facilitar a gestão sustentável dos recursos naturais nas cidades e nos assentamentos humanos de forma a proteger e melhorar o ecossistema urbano e os serviços ambientais, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a poluição do ar e promover a gestão e redução de risco de desastres, por meio do apoio ao desenvolvimento de estratégias de redução de risco de desastres e avaliações periódicas de risco de desastres, sejam naturais ou provocados pelo homem, incluindo padrões para níveis de risco, enquanto se promove o desenvolvimento econômico sustentável e o bem-estar e a qualidade de vida de todas as pessoas, por meio de um planejamento urbano e territorial, infraestrutura e servi-

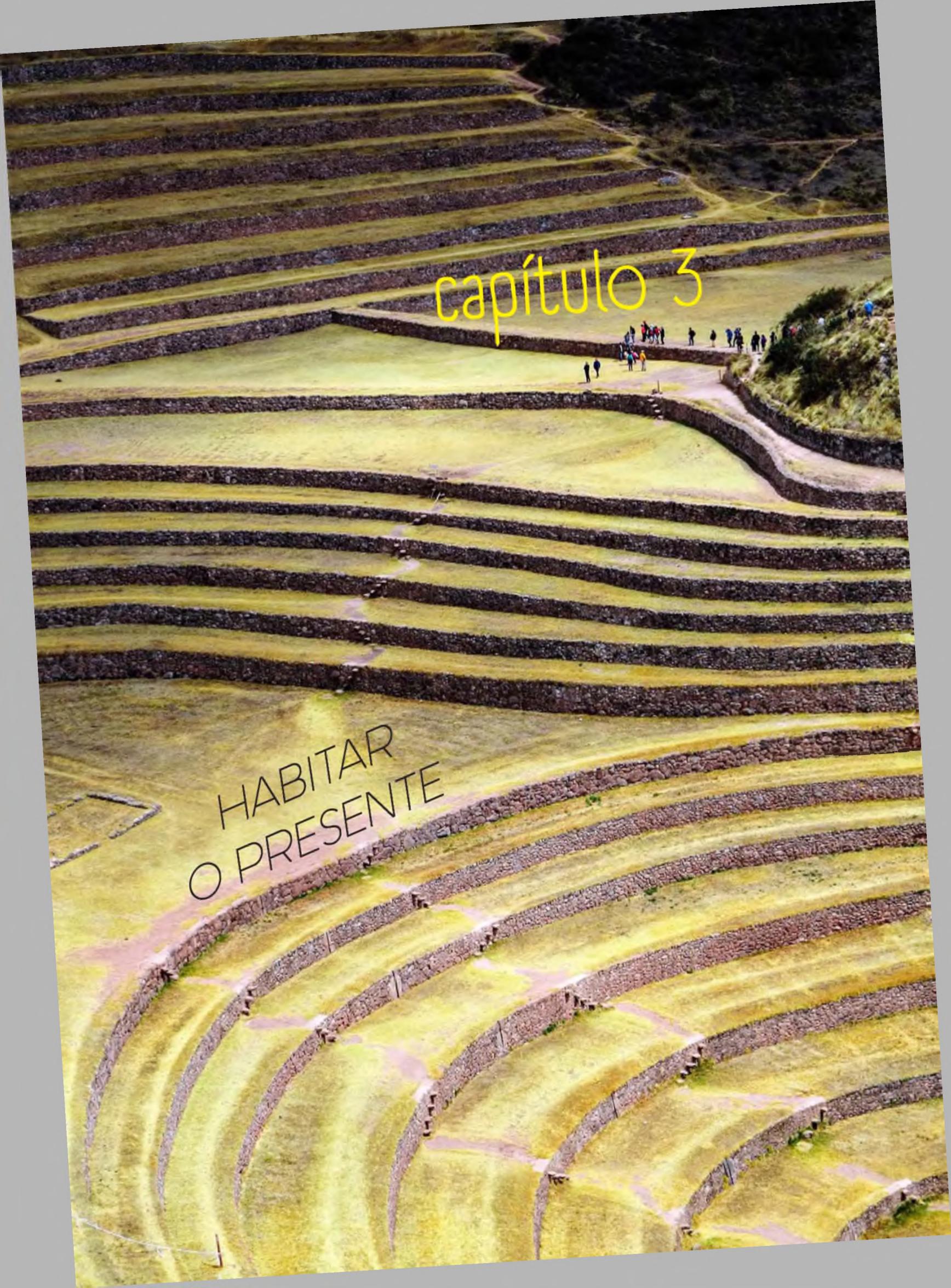
ços básicos ambientalmente corretos. 66. Comprometemo-nos a adotar uma abordagem de cidade inteligente, que faça uso de oportunidades de digitalização, energia e tecnologias limpas, assim como tecnologias de transporte inovadoras, consequentemente proporcionando alternativas para os habitantes tomarem escolhas mais adequadas ao ambiente e impulsionarem o **crescimento econômico sustentável**, permitindo que as cidades melhorem sua prestação de serviços.”

Das passagens destacadas podemos apreender tanto o lugar de privilégio que o crescimento econômico ocupa no discurso do desenvolvimento urbano, aparecendo como elemento fundamental e quase sempre merecendo uma menção um tanto **tautológica** como meio e como fim dos processos referidos. Nos parágrafos 65 e 66, vale destacar a menção a usos racionais, inteligentes e eficientes da Natureza sem no entanto tratar das fronteiras locais e regionais de apropriação de recursos, que têm na capacidade de suporte dos ecossistemas as balizas necessárias a um dimensionamento seguro e responsável das demandas urbanas.

#### 4. CONCLUSÕES

Este estudo preliminar faz parte de um esforço de pesquisa prospectivo sobre dimensões do **pós-desenvolvimento urbano** e suas repercussões para os contextos urbanos periféricos dos países do Sul. Desse modo, as argumentações e problematizações ensaiadas deverão pavimentar um caminho de transposição dos debates e principais críticas ao **Desenvolvimento** a nível nacional para as escalas urbanas. Julgamos, com esse esforço, ter contribuído com a sistematização de questões prioritárias à prospecção do campo, demonstrando a sua aplicação interpretativa a pontos de suposta pactuação universal presentes na **Nova Agenda Urbana**. Estudos posteriores deverão considerar as implicações dos problemas aqui apontados para a revisão de ferramentas de monitoramento e avaliação de resultados das políticas de **Desenvolvimento Urbano** adotadas na gestão do municípios como subsídio à fixação de visões coletivas de futuro e redefinição de rumos.

- ALVAREDO, Facunda et al. (Ed.). *World inequality report 2018*. Belknap Press of Harvard University Press, 2018.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando os consensos*. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.
- ART BASEL. Eduardo Basualdo invites viewers on a conceptual journey along Buenos Aires's old fishing pier. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xpeDphzzoJQ>>. Acesso em: 17 mai. 2019.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, 2011.
- DE WAAL, Frans. *A era da empatia: lições da natureza para uma sociedade mais gentil*. Companhia das Letras, 2010.
- ENRÍQUEZ, Maria Amélia. *Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering development. The making and unmaking of the Third World*. Princeton University Press, 2011.
- HOLANDA, Frederico de. *Os dez mandamentos da arquitetura*. Brasília: FRBH, 2013.
- JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. Beca Produções Culturais. São Paulo, 2001.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Editora Perspectiva. São Paulo, 2000.
- LEE, Bandy X. et al. Transforming our world: implementing the 2030 agenda through sustainable development goal indicators. *Journal of public health policy*, v. 37, n. 1, p. 13-31, 2016.
- LEFEBVRE, Henri; *A revolução urbana*. Tradução Sergio Martins. Editora UFMG. Belo Horizonte, 1999.
- MAYR, Ernst. *Isto é biologia: a ciência do mundo vivo*. Editora Companhia das Letras, 2008.
- MEADOWS D. H. et al. *The limits to growth. a report to the club of Rome*. New York: Universe, 1972.
- MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. Estação Liberdade, 2009.
- NASCIMENTO, Elmar P. do. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 415-433, 2012.
- UN (UNITED NATIONS). Resolution adopted by the General Assembly on 23 December 2016. 71/256. New urban agenda. New York: United Nations; 2017.
- UN (UNITED NATIONS). Resolution RES/70/1. *Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*. Seventieth United Nations General Assembly, New York, v. 25, 2015.
- PESSOA, Pablo Pimentel; FRAGA, Raiza Gomes; FERREIRA, Tainá Labrea. Cidades sustentáveis e os modelos de desenvolvimento urbano. *REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA Fortaleza, Brasil*, v. 11, n. 2, p.26-37, jul./dez. 2017
- ROCKSTRÖM, Johan et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and society*, v. 14, n. 2, 2009.
- SACHS, Wolfgang (Ed.). *Development dictionary, The: A guide to knowledge as power*. Orient Blackswan, 1997.
- SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. Editora Companhia das Letras, 2010.
- STEFFEN, Will et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science*, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015.
- WILSON, Edward. *A conquista social da terra*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

An aerial photograph of terraced agricultural fields. The terraces are built with dark, stacked stones and are filled with a yellowish-brown soil. A dirt path winds through the terraces, and a group of people is visible on a higher terrace in the upper right. The overall scene is a well-maintained agricultural landscape.

capítulo 3

HABITAR  
O PRESENTE

## CAPÍTULO 3

### Habitar o presente

#### RESUMO

Por décadas, os debates sobre sustentabilidade comportaram preocupações de caráter intergeracional acerca dos riscos decorrentes da entrega de cenários globais com condições de suporte à vida cada vez mais limitadas à reprodução e à prosperidade coletivas das sucessivas gerações. Este percurso de comprometimento das funcionalidades naturais parece ter alcançado um patamar elevado de degradação sistêmica, acompanhado por avanços de caráter sócio-distributivos tão frágeis quanto. Tomamos como ponto de partida neste capítulo um alarmante quadro-geral de corrosão não só da resiliência do sistema Terra e das biorregiões que suportam os assentamentos humanos, mas também das nossas democracias e garantias de direitos políticos e civis, das condições globais de trabalho e da coesão dos tecidos sociais pelo aprofundamento da desigualdade no mundo. Ao localizarmos o debate global sobre sustentabilidade nos contextos urbanos, realizamos também um ajuste de localização temporal dessas questões e de seus significados para as cidades periféricas do Sul. Para muitos de nós, não há mais futuros objetivos, pois os agravos, as incertezas e as vulnerabilidades já nos alcançaram. Por essa razão, discutimos a necessidade humana de habitar, em sua inteireza poética, como princípio balizador da recuperação de nossas dignidades coletivas. Apresentamos os vínculos da atual crise civilizatória com a aposta no crescimento contínuo das economias como único motor de prosperidade e analisamos três relevantes sistemas de indicadores de prosperidade urbana, confrontando seus componentes com as questões de ordem global discutidas. Como resultado, propusemos quatro dimensões sintéticas (governança, ambiente, sociedade e economia) que sugerem sinais de boa vida pelo desenho de marcos capazes de localizar cidades, cidadãos e seus caminhos de florescimento no sentido da recuperação das dignidades globalmente corroídas.

## 1. SOCIEDADE DE CRISE E O CLAUSTRO DO FUTURO

"AQUI PRA NÓS, CANTAR NÃO TÁ PRA PEIXE  
TEM COISA TRANSFORMANDO ÁGUA EM PÓ."  
Renato Teixeira, SENTIMENTAL EU FICO

Em 1986, logo após a explosão da usina nuclear de Chernobyl e um ano antes do episódio de contaminação com Césio-137 em Goiânia, o sociólogo alemão Ulrich Beck publicou sua obra seminal, que descreve e constitui a *Sociedade de risco*, esta que produz simultânea e paradoxalmente bem-estar e risco. Sob a mesma atmosfera de perplexidade ante à sucessão de eventos deletérios, em 1987 é publicado o relatório Brundtland - *Nosso Futuro Comum*, que ficou conhecido como o marco global do estabelecimento e da difusão do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Há 31 anos, em

junho de 1987, quando se iniciava esta discussão internacional sobre solidariedade intergeracional, o autor que vos escreve nascia em Fortaleza, Ceará, porém, gerado noutra localidade (em Salvador, Bahia), em 1986. Pela orquestração de um tipo outro de desenvolvimento (embrionário humano), nesse caso, não afetado espacial e temporalmente por radiações como aquelas emanadas pelo acidente que devastou a cidade-fantasma de Pripyat, é que meu nascimento teve sorte e viabilidade diferentes da de meus contemporâneos ucranianos de lá. Além do exercício de humanização da ciência – possibilidade também conquistada ao longo dessas três décadas –, trago informações pessoais em meio a fatos históricos para anunciar o teor fundante deste capítulo: as pessoas, as temporalidades, as narrativas, os lugares e as histórias de vida importam. Mas importam para quem?

A definição sobre o que importa e quanto importa, sobre o que posicionamos em primeiro ou em segundo plano em nossas decisões cotidianas pessoais e coletivas é também estruturante desta tese. Caso Beck não houvesse falecido no início de 2015 e tivesse acompanhado o rompimento das barragens de rejeitos nos municípios mineiros de Mariana (em novembro daquele ano) e de Brumadinho (em janeiro de 2019) é provável que sentisse a necessidade de formular uma sequência à tese de sua “**Sociedade de risco**” a fim de atualizar àquelas contribuições à leitura do presente. Arrisco algo como “**Sociedade de crise**”. Na ciência cindínica, o campo de pesquisa dedicado ao estudo dos riscos e das vulnerabilidades, há um diagrama bastante difundido e útil à gestão desses cenários, que alterna dois conjuntos de ações entre o momento anterior à ocorrência das ameaças consideradas e o posterior, com a instalação das crises (Smith, 1990; Wilhite, 2000). Trata-se de um diagrama cíclico. Após a superação das crises, torna-se à gestão preventiva das ameaças. O estudo, o planejamento e a gestão dos riscos estão ligados essencialmente à probabilidade de ocorrência de crises, que contemplam os eventos e cenários a serem evitados ou mitigados. A sugestão de que atualmente estejamos globalmente mais afeitos a gerir crises que riscos é sintomática do agravamento cumulativo dos forçantes deletérios (identificados por pares de Beck e Brundtland ao longo da segunda metade do século 20) sobre a capacidade de resiliência de nossos sistemas socioambientais.

O que pode ter mudado entre a visão que tiveram de nossa relação humana com a Natureza Rachel Carson e Elizabeth Kolbert, separadas cinco décadas da publicação de suas obras “**Primavera silenciosa**” e “**A sexta extinção**”? Na primeira, o alerta é sobre o uso de pesticidas sintéticos e, entre tantas ameaças, o risco que aquela aplicação representava para as próximas primaveras norte-americanas, sem canto e sem pássaros. O intervalo de cinco décadas deu a Kolbert a magnitude em perspectiva do que aquele



uso particular denunciado por Carson representava em termos de impacto global de nossa cultura: não só pássaros em todos os biomas estão ameaçados e sendo extintos por essa dialética pernicioso, mas toda a biodiversidade da Terra tem sido erodida pelo conjunto das atividades humanas.

Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, foi assertivo em seu poema “Cante lá que eu canto cá” (1978) quanto ao abismo que separa as vivências entre realidades de afluência e constrangimento de recursos e de oportunidades. Este poeta praticamente iletrado e **com nome de pássaro**, foi arguto em identificar as riquezas de seu espaço, por comparação, restritivo e em denunciar as origens do sofrimento dos trabalhadores do campo do sertão em oposição a uma ideia de vida confortável nas cidades grandes. Patativa não viveu o suficiente para ver instalar-se a crise hídrica no estado de São Paulo em 2014, região de hidrografia nacionalmente invejável, onde assenta-se a megalópole brasileira por excelência e que, por consequência do modelo de uso e ocupação de suas bem-servidas bacias hidrográficas, hoje lida com constrangimentos historicamente antes circunscritos apenas à região semiárida do Brasil (Custódio, 2012). Afinal, de que precisam os pássaros e os humanos para seguir cantando?

Seguir cantando é uma metáfora, mas também uma condição objetiva de existência e reprodução social. Como conviver com os males que o silêncio não espanta? Maria Elena Walsh, atriz argentina, poeta e compositora de “*Como la cigarra*” em entrevista ao Clarín em 1979, criticou a figura dos censores em seu país, atribuindo ao ambiente produzido por eles a razão porque havia deixado de atuar e cantar. Como resposta à atriz, já fora de atividade, seus programas de tevê foram cancelados, suas canções banidas das rádios e os intérpretes de suas canções tiveram que retirar as composições de Walsh de seus discos (Pesclevi, 2014, p.198). O dito “chutar o cachorro morto” tem efeito enquanto política e seu resultado esperado é inibir o florescimento de modos de vida e expressões de ideias pares àquelas perseguidas e censuradas nos perímetros de exercício do poder. Pretende-se esterilizar os territórios quanto às potências que antagonizam com os poderes constituídos.

Aí está a raiz da constituição do fenômeno urbano enquanto centralidade dos desdobramentos históricos do século 20. Mais que mera inversão da relação entre população rural e urbana; mais que a constituição de aglomerados e majorias, mais que palco e imagem da industrialização; que catalisador nodal da globalização; que orquestrador das mudanças de uso da terra; e que a articulação de trocas entre centros e periferias, mobilizando estoques de recursos em todo o Globo, as cidades potencializam encontros: de ideias, de culturas, de tradições e novidades, de gentes, de emoções, cos-



mologias, intenções, omissões e racionalidades. Ao promover e intensificar esses encontros, ampliam faíscas criativas e destrutivas, abrindo constantemente feixes de possibilidades para futuros coletivos em sentidos diversos. Esta capacidade catalisadora dos rumos da história é, portanto, uma propriedade emergente das cidades e, por essa razão, prospectaremos as possibilidades de revisão do progressismo com foco no urbano.

“Tantas veces me mataron,  
Tantas veces me morí,  
Sin embargo estoy aquí  
Resucitando.  
Gracias doy a la desgracia  
Y a la mano con puñal,  
Porque me mató tan mal,  
Y seguí cantando.”

“Tantas vezes me mataram,  
Tantas vezes eu morri,  
No entanto, estou aqui  
Ressuscitando.  
Graças dou a esta desgraça  
E à mão com o punhal  
Porque me matou tão mal  
E segui cantando.”

María Elena Walsh,  
**COMO LA CIGARRA**

A respeito do ambiente construído, os espaços destinados à habitação do animal humano por excelência, Henri Lefebvre retoma um comentário de Heidegger sobre o verso de Hölderlin: “O ser humano habita poeticamente” (*Poetically Man Dwells* ou, no original, *dichterisch wohnt der Mensch*). Esta compreensão, frequentemente fugidia ao rol de elementos tidos como vitais é o pressuposto que devemos reinserir nos sistemas de avaliação de qualidade de nossas decisões coletivas e rumos, a fim de viabilizar o afloramento de propósito às biografias individuais. A necessidade imperativa desta retomada decorre da mácula modernista do início do século passado e de seu esforço de tradução das necessidades humanas em termos de projeto: o **habitat**.

As funções atribuídas aos espaços de habitat humano, reconhecidas pelo pensamento urbanístico daquele período expressaram a fragmentação disciplinar que ocorria em todos os campos do conhecimento, porém, mutilando à sua maneira a complexidade de nossa espécie em funções de moradia, trabalho, lazer e transporte. Após décadas de reflexões e ofensivas críticas às concepções e práticas reducionistas do pensamento modernista no urbano, esta práxis sobreviveu às intempéries do tempo e apresenta-se sob os trajes, quase à paisana, de um urbanismo programático, que pretende reunir os conhecimentos, lições e diretrizes de qualidade urbanística necessárias à produção de boas cidades em quaisquer contextos (Pereira, 2016).

A urbanização é uma das principais expressões da modernização das sociedades. Via de regra, em espaços industrializados ou não, o processo de transformação física e cultural das paisagens a que chamamos urbanização, em síntese, significa intervenção com vistas à supressão da função na-



tural do solo, ou seja, a negação da Natureza local e de suas funcionalidades (ex.: a supressão de matas e matos em lotes reservados por décadas à especulação é corriqueira e representa a etapa ou modo *stand by* do curso de urbanização convencional) (Bowman & Pagano, 2010).

A noção de espaço construído ou de meio ambiente humano, portanto, fundou-se historicamente por contraste (e substituição) às fisiologias e ordenações de elementos identificadas como próprios do mundo natural. Esta expressão disjuntiva entre cultura humana e Natureza difundiu-se acompanhando o processo de ocidentalização do mundo. É, portanto, anterior à decomposição do animal humano operada pelas gerações do urbanismo modernista. No entanto, apesar da longa história de relação das vilas e cidades com as consequências da degradação ambiental e com as disfuncionalidades naturais locais, é somente ao final do século 20, com o acúmulo do debate sobre as consequências da modernidade, que o grande quadro de prejuízos e riscos ganha contornos mais definidos, permitindo uma consideração sistemática sobre os benefícios da renaturalização dos espaços urbanos. Esta ponderação apresenta-se como a introjeção imperativa de uma prática reflexiva sobre a ordem social moderna e sobre os processos de modernização transpostos para as realidades urbanas (Gorski, 2010).

São inesgotáveis os problemas e as perspectivas de análise sobre o que desandou no projeto civilizatório humano. De partida, assumiremos a contradição primeira embutida no ímpeto imperialista (e persistente à colonialidade dos imaginários) de representação da alteridade selvagem como alvo e insumo a ser apropriado, decomposto e reconcebido pelo processo civilizador. Segundo Karl Polanyi (2012) as possibilidades de resistência globais à grande transformação das culturas e modos de vida alheios à ocidentalização do mundo tornaram-se reduzidas com o surgimento dos mercados autorregulados. Tomaremos esta interpretação da História e a subordinação das sociedades aos propósitos automatizados da economia de mercado para estruturar nosso contraponto crítico.

Sem pretender sombrear o passado e as possibilidades de inflexão das grandes narrativas de outrora, é possível supor que o atual momento histórico tenha apresentado não condições objetivas de tensionamento de tendências, mas um repertório de elementos (fatos, eventos, dados e conhecimentos) potencialmente sugestivos à proposição, por eles embasada, de uma narrativa comum utópica mais convincente em termos de construção de futuros desejáveis que a perpetuação das realidades tangíveis atuais.

A crise financeira de 2008, que produziu a última grande recessão global,

não foi decorrência de irresponsabilidades ocasionais ou práticas isoladas, mas resultado de décadas de políticas monetárias de estímulo sistemático à desregulamentação dos mercados. Os bancos foram salvos pelos governos, algumas economias nacionais resistiram mais tempo e melhor aos efeitos desta crise, mas o curso de prosperidade convencional em todo o globo foi abalado e até o momento nenhum país apresentou um caminho alternativo para que algo semelhante não venha a acontecer novamente a curto ou médio prazo (Varoufakis, 2018).

Não estamos conseguindo reduzir nossas emissões totais de gases de efeito estufa, nem há um prognóstico convincente de que conseguiremos (IPCC, 2018). Os relatórios ao Clube de Roma mais recentes apontam, além das mudanças climáticas, outras três fronteiras planetárias que já ultrapassaram suas raias de alerta e deverão desencadear mudanças catastróficas no sistema Terra. Por fim, a desigualdade no mundo tem aumentado com a expansão das economias e nossas democracias estão profundamente fragilizadas por uma geopolítica beligerante, fundada na expansão de mercados e aquisição de recursos via desestabilização de governos, que desconhece constrangimentos de ordem diplomática (referências na seção 3.1).

Esta é a **Gaiola de Ferro do Crescimento**, segundo Tim Jackson, o único caminho de prosperidade conhecido e sustentado pela Economia Clássica e pelos principais tomadores de decisão no mundo. Existe uma lógica consistente mantendo a amarração coordenada desses atores (agentes privados, mercado financeiro, governos, sindicatos, empregados) para que atuem sempre em defesa do crescimento, em períodos de bonança, para que haja aceleração a taxas altas e, em momentos de recessão, para que o *business as usual* possa se restabelecer o mais breve possível (Jackson, 2009).

Esta lógica não deu conta de operar em respeito às capacidades dos sistemas naturais de suporte à vida nem, tampouco, de respeitar a dignidade dos povos que não participaram desse processo virtuoso de progresso social, cultural e tecnológico. Há incluídos, excluídos e marginalizados desse processo. Centros, subcentros, periferias e subperiferias em diferentes graus. Uma análise mais cuidadosa permite identificar um processo particular de modernização periférica nos países do Sul, que produziu em nossos espaços urbanos uma sociabilidade de expressão particular derivada do viver em risco (Kowarick, 2009). É essa sociabilidade espoliada, vulnerabilizada e empobrecida pelos discursos e práticas de representação do Sul que nos faz comemorar o feito de 24 horas sem um homicídio em Fortaleza ou admitirmos que veículos de mídia noticiem indenizações da Vale às famílias dos mortos no rompimento da barragem de Brumadinho como **doações** às vítimas.

Esta miséria é herdeira do processo histórico de subordinação das sociedades aos mercados autorregulados, desta ideia de prosperidade capitalista em que os diagnósticos de saúde das economias fazem as vezes de saúde dos sistemas socioambientais, das pessoas, dos ambientes. Desde 2008, ganharam força algumas formulações críticas às lógicas do **Desenvolvimento** e do **crescimento contínuo** no mundo. Este capítulo apoia-se nelas e parte dessas contribuições críticas, com atenção especial às perspectivas apresentadas pelo **Bem viver**, de raiz latino-americana, a fim de propor, por meio de indicadores, um sentido de florescimento para as cidades e sociedades urbanas correspondente à pluralidade e riqueza poética das necessidades do habitar humano.

## 2. PROGRESSOS, NEGAÇÕES E AS FALTAS SUBSTANTIVAS

“NÃO SOU FELIZ, MAS NÃO SOU MUDO  
HOJE EU CANTO MUITO MAIS.”  
Belchior, **GALOS, NOITES E QUINTAIS**

Assum preto, *black bird*, *raven*, nossa cultura é farta de referências convergentes e *insights* que sugerem quão **não evidente** é a relação entre o cantar e os cerceamentos existenciais reunidos sob a simbologia das gaiolas. Se Lefebvre, Heidegger, Hölderlin, Patativa e Walsh tem algo a contribuir com o debate sobre nosso futuro civilizatório e o papel estratégico dos assentamentos humanos urbanos em meio à suposição da emergência de uma **Sociedade de Crise**, deles apreendemos que a **percepção individual de riqueza** guarda pouca relação com as **condições objetivas locais** consideradas, comparativamente, mais afluentes ou restritivas.

“O ‘ser humano’ (...) só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira [grifo nosso]. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso ou o sobredeterminando.” (Lefebvre, 1999, p.81-82)

Há, no entanto, situações objetivas de exposição a riscos e processos promotores ativos de **vulnerabilização**, que matam, espoliam, exploram determinados indivíduos, comprometendo suas capacidades de sobrevivência e de reprodução social (**Acseirad, 2010**). A compreensão ampla do fenômeno urbano, por vezes, demanda um esforço de segmentação dos processos a ele vinculados em níveis. Como é possível, por exemplo, que uma gestão municipal assuma responsabilmente sua parte diante do quadro de ruptura



sistêmica global anunciado pelo desrespeito às fronteiras planetárias?

Esforços científicos recentes têm apontado a dimensão humana das mudanças climáticas ou os impactos atuais (e em curso) da perda da biodiversidade global (Marengo et al., 2017). Iniciativas como a C40, têm mostrado o potencial de intervenção das grandes cidades nos cenários nacionais, internacional e global ao assumirem protagonismo e compromisso com metas de mudança frente à letargia e ineficácia dos governos federais. No entanto, ainda que evitando desencorajar ou refrear as motivações que animam tais esforços, é preciso perguntar: que chances temos, com o tempo que dispomos e com as consequências em curso do acúmulo de irresponsabilidades, de recuperar a **dignidade humana** e **da Natureza** em nosso atual sistema de valores?

Poderemos, com os elementos que temos à mesa redimensionar nossos usos e modos de vida às capacidades regenerativas e de provimento dos ecossistemas, garantindo a entrega efetiva de direitos fundamentais a todos em todos os rincões ocupados da Terra? Não. De fato, a sátira da campanha presidencial de Guilherme Boulos nas eleições brasileiras de 2018 apresenta uma farpa necessária: “O Brasil precisa de um psicanalista”. Este sistema-mundo (ocidental), na verdade, carece de análise, de comprovação do modelo, pois não há chance crível de prosperidade coletiva em nenhum dos **modelos gaiola** em que pusemos as fichas. É digna de reconhecimento a mediação dos mantenedores do *status quo* na contenção da emergência desta contradição colapsante à superfície dos temas prioritários. Partindo de uma análise sóbria acerca das tendências, faremos uma outra aposta. Dada a complexidade do problema e como nos propusemos a recortá-lo, identificamos o **paradigma da prosperidade via crescimento contínuo** como elemento problemático transversal e cuja desconstrução apresenta um potencial de resolução articulada das principais questões e dimensões críticas até aqui levantadas.

## 2.1. Gaiolão e gaiolinhas

“E AQUILO QUE NESSE MOMENTO SE REVELARÁ AOS POVOS  
SURPREENDERÁ A TODOS, NÃO POR SER EXÓTICO,  
MAS PELO FATO DE PODER TER SEMPRE ESTADO OCULTO  
QUANDO TERÁ SIDO O ÓBVIO.”  
Caetano Veloso, **UM ÍNDIO**

O Brasil, nos anos de atividade enquanto membro dos BRICS e na sequência de desdobramentos político-econômicos que sucederam após a consolidação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, conforma



um caso exemplar, capaz de lançar luz sobre os significados da emergência econômica. Emergir, como ato, designa sair de onde estava mergulhado, despontar, elevar-se. A emergência, como estado, parece, portanto, aproximar-se da noção freiriana de emancipação, que comporta um sentido de libertação, de alforria, de desvencilhamento em relação a um estado ou condição anterior, do qual resultaria a expectativa de gozo de autonomia.

Haveria, sim, proximidade entre essas duas noções não fossem os seus contextos de aplicação. Paulo Freire referia-se a pessoas e, quando muito, às estruturas e relações sociais. Já o fundamento e o sentido da emergência que identifica e conforma a articulação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul tem por base a expansão de seus mercados. É um exagero ou um reducionismo assumirmos tais países como emergentes? Há repercussões e efeitos dessa assunção e de seu reconhecimento pelos demais atores na geopolítica internacional que vão além das políticas estritamente econômicas (Székely, 2015). Porém, desde o surgimento dos mercados autorreguláveis no século 19, tornou-se possível o descasamento entre decisões de cunho econômico e social.

Os sistemas econômicos orientados aos mercados comportam interesses próprios não necessariamente convergentes com os de suas sociedades. Assim, podemos dizer que é tanto um **exagero** quanto um **reducionismo** atribuir a um país a condição de emergente quando é sua economia de mercado que desponta. Retomando o exemplo brasileiro, após a consolidação do golpe parlamentar e a subsequente orientação da política nos governos Temer e Bolsonaro a um propósito de recuperação econômica **sem lastro de sensibilidade social**, alcançamos em março de 2019, segundo o presidente da câmara dos deputados, a marca de 12 milhões de desempregados, de 15 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza e uma média de mortes violentas em 60 mil homicídios anuais (Calgaro, 2019).

Este cenário aponta a fragilidade do desenvolvimento social (desenvolvimento econômico com inclusão social pela renda) alavancado pelo motor de prosperidade via crescimento econômico. Por outro lado, começa a ganhar espaço na literatura sobre desenvolvimento a investigação de um padrão de **emergência social**, com o fortalecimento de instituições de seguridade social como estratégia, independente do crescimento das rendas individuais e familiares. Ou seja, sem que o crescimento e a emergência econômicas sejam pré-condição (Barrientos, 2018).

Como funciona, então, este motor do crescimento econômico e por que sustentamos que ele **não nos serve mais** enquanto caminho de prosperi-

dade? Diferente do que postula **Friedman (2009)** ao atribuir consequências morais às sociedades, ganhos em liberdade e em qualidade democrática, que reverberam em elevados padrões de vida a partir da elevação da renda (ou aos riscos que aponta relativos à estagnação econômica), procuramos apreender com mais cautela a ambivalência presente nas lições da modernidade. Entendemos que, historicamente, a acumulação intensiva de capital desde o século 18 e a institucionalização de mecanismos que alavancaram a expansão das economias de mercado cumpriram um inegável papel no desenvolvimento do conhecimento científico útil que garantiu o formidável desenvolvimento técnico vivido nos últimos três séculos. Porém, o que Friedman não pôde acessar em sua incursão pela economia política é que o alcance da primazia do saber útil nos empobreceu ética e esteticamente.

A análise que este autor faz da questão ambiental global é representativa de uma corrente que, embora capazes de acessar o campo da sustentabilidade ao admitir a existência de problemas ambientais, mostram-se desprovidos dos **sentidos** (da glândula de empatia a que Galeano se refere<sup>1</sup>) necessários para reconhecer a tragédia que este percurso histórico entendido como progresso representa para as entidades periféricas a este ciclo virtuoso (sociedades e Natureza subordinadas, dependentes e assimiladas como insumos de produção ou agentes de consumo).

As economias modernas, e suas sociedades à reboque, progridem, portanto, conforme uma dinâmica de crescimento típica de economias capitalistas modernas (sejam economias liberais de mercado, que apostam na liberalização dos mercados e na desregulamentação dos controles sociais; ou economias coordenadas de mercado, com instituições sociais mais fortes e aposta em relações estratégicas entre empresas, não pautadas somente pela livre concorrência). O lucro nessas economias estimula a **inovação** e a **destruição criativa**, ofertando produtos novos, melhores ou mais baratos.

Na outra ponta, ocorre a expansão da demanda de consumo por esses bens segundo uma lógica social complexa. Para **Tim Jackson (2009, p. 105)**, esses dois vetores conformam o **motor do crescimento**, que nos mantém, enquanto civilização herdeira do empreendimento epistemológico ocidental, trancados à **gaiola de ferro** do consumismo. Em maior detalhe, o mecanismo econômico parte de empresas que empregam pessoas e capital (construções e maquinaria) a fim de produzir bens e serviços que as pessoas desejam e necessitam. Pessoas ofertam sua mão de obra e suas poupanças (seu capital) às empresas em troca de renda. A renda repassada às pessoas

<sup>1</sup> Em entrevista ao programa Sangue Latino, Canal Brasil. Exibido em 1 junho de 2010. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/canal-brasil/v/5615115>



pelas empresas advém da venda dos bens e serviços produzidos por elas (receita). Parte da renda obtida pelas pessoas é gasta consumindo produtos e serviços e outra parte é poupada. As poupanças são reinvestidas direta ou indiretamente nas empresas, conformando, assim, o **fluxo circular** de trocas da economia.

Nesse esquema simplificado, foram suprimidos o setor público, o setor financeiro e o setor externo (empresas, lares e governos no exterior). A comportamento de cada ator e seus modos particulares de gastar, produzir, poupar e investir é o que complexifica o sistema, aproximando-o da realidade do que procede às economias. A **circularidade sistêmica** tende, na verdade, à **expansão contínua** pelo caráter dual da poupança e dos investimentos. Por que motivo os lares aplicariam suas poupanças nas empresas quando poderiam apenas manter suas reservas ou gastá-las em bens e serviços? O lucro é sua motivação. Poupanças são convertidas em investimentos conforme a expectativa de retorno futuro dos montantes doados, porém enrobustecidos pelos juros. As empresas garantem o fluxo contínuo de investimento ao desenvolverem inovações em seus processos e em seus produtos, reduzindo os custos de produção (materiais e trabalho), mantendo-se competitivas e ampliando sua produção.

A **eficiência**, portanto, é o que garante o lucro por aumento da produtividade (diferença entre as receitas de vendas e os custos associados). E, longe de liberar a apropriação absoluta de insumos materiais ou orientar o sistema a um patamar ótimo de pleno emprego qualitativo, a redução de custos de bens no tempo estimula a demanda e promove o crescimento, ampliando a escala de produção no que ficou conhecido por **efeito rebote** (pressionando ainda mais a base de recursos e criando uma pressão negativa sobre o emprego via progresso tecnológico).

Já o **mecanismo social** que põe em operação o motor do crescimento tem fundamento no desejo por novidades, um traço identitário de nossa espécie, e que encontra nos bens de consumo um **suporte simbólico** para a comunicação de toda sorte de conteúdos. Os bens materiais são, sim, essenciais à satisfação de necessidades básicas como alimento, abrigo e proteção, porém, os objetos e artefatos de consumo também facilitam nossa participação da vida em sociedade. A **linguagem dos bens** comunica status, identidade, classe social, sentimentos, votos, intenções, que transcendem em muito a mera funcionalidade material. A economista e socióloga Juliet Schor nos qualifica como falsos materialistas, uma vez que se valorizássemos de fato a materialidade das coisas que usamos e possuímos, provavelmente teríamos uma relação bem menos problemática com os

resíduos sólidos em nossas sociedades. Com isso, **Schor (2010)** quis destacar a relevância do papel simbólico.

Segundo **Jackson (2009, p. 116)** as novidades são lançadas em pequena escala e a preços pouco acessíveis. A comparação social, então, expande a demanda com rapidez, deslocando o foco do consumo motivado pela distinção para aquele motivado pelo desejo de emulação. Este processo opera certa democratização da novidade ao impulsionar a produção em massa, ampliando o acesso pela redução dos preços dos produtos antes tidos como de luxo. Os artefatos materiais parecem sempre ter carregado significados simbólicos em nossas culturas, mas a sociedade de consumo que emerge da modernidade distingue-se pelas implicações sociais e psicológicas da produção massificada de bens e da contínua reinvenção do “eu” por eles mediada.

Daí derivam questões existenciais que nos permitem encontrar algum propósito de vida no ato de consumir, mesmo que fugaz (**terapia do varejo**), e ora assentar ideais, sonhos e aspirações sobre esses suportes materiais. Porque os bens materiais são vistos como ponte e falham enquanto acesso genuíno aos nossos sonhos e aspirações é que servem tão bem à cultura do consumo. Este **fracasso** deixa sempre um vácuo de caminhos e acessos, que alimenta a necessidade recorrente por novos bens (pontes). Assim, não há margem social de saciação para os desejos de consumo como gostaríamos de supor ao tipificar nossas necessidades entre substantivas e acessórias, endógenas e exógenas, ou nossos luxos, excessos, futilidades e toda sorte de aquisições com valor de uso individual baixíssimo ou ausente.

No centro desse debate, há duas principais apostas que, se bem sucedidas, nos poupariam o trabalho de desenhar um caminho de **prosperidade sem crescimento**, pelo menos no que tange ao constrangimento imposto pela dimensão ecológica do problema. A primeira é referida como descasamento ou decolagem (**decoupling**) e trata-se de uma aposta na **ecoeficiência**. Esta proposta tem força entre os atores interessados na manutenção do *status quo* porque apoia-se na familiar propensão do capitalismo à eficiência, porém, direcionada à estabilização do Clima e à manutenção da base de recursos.

Afora o comportamento descrito pelo **efeito rebote**, de que a redução relativa de recursos demandados por unidade de produção não necessariamente se traduz em redução absoluta, são precários os argumentos e a evidência histórica reunida até então acerca da possibilidade de um descasamento (desmaterialização da economia em termos de emissões e de



apropriação de recursos) sem uma confrontação daquilo que estrutura as economias de mercado.

A literatura disponível, além de focar quase que exclusivamente na redução das emissões de carbono (esquecendo, portanto, que **investimento ecológico** demanda eficiência de recursos, substituição de recursos, mudanças de infraestrutura, proteção e recuperação de ecossistemas, etc.) é vacilante ao estimar os custos anuais da referida estabilização do Clima (ora modificando as metas de estabilização de emissões ora revisando a porcentagem do PIB global a ser investida).

Este contorcionismo estatístico deve-se ao esforço lógico-cognitivo de tentar salvaguardar alguma parcela de crescimento mantendo as estimativas de investimento necessário abaixo da taxa de crescimento global. A verdade é que a apatia, o negacionismo e a indisposição das nações em relação à expectativa de assunção de responsabilidade com relação a essas pautas aponta um baixo compromisso também em relação aos montantes investidos (algo perto de 0,3% em 2015, quando as estimativas de custos apontam como necessário de 1 a 3% do PIB global). A contradição mais evidente está na revelação de que os custos do investimento ecológico estão muito próximos da ordem de magnitude do crescimento do PIB global, o que significaria, nas estimativas mais realistas (de 2 a 3%), a eliminação do crescimento (Jackson, 2009).

A segunda aposta parte de uma investigação sobre o universo de atividades da economia e de quais setores poderiam ser fortalecidos ou desestimulados como estratégia de desmaterialização via redesenho do quadro geral de atividades econômicas. A primeira leitura aponta para a necessidade de operarmos um câmbio de ênfases da economia de produtos materiais para a **economia de serviços**, porém não no formato praticado pelas economias dos países do Norte, com expansão dos serviços financeiros que garantem a redução interna da manufatura, substituindo-a pela importação de bens de consumo produzidos no exterior. Boa parte do setor de serviços é, na realidade, intensivos no consumo de matéria e energia (estima-se uma contribuição de 25% de nossa pegada ecológica decorrente das atividades de lazer). Jackson (2009, p.148) reflete acerca da noção de produtividade dentro de uma economia pautada no respeito às fronteiras ecológicas e orientada ao propósito do florescimento humano. Ele identifica um grupo de atividades que na economia formal europeia são classificados como “serviços pessoais e sociais” e que poderiam servir de setor modelo para a desmaterialização das economias não fosse o seu desempenho pífio em termos de produtividade de mão de obra.



A contradição subjacente, e que também depõem contra a viabilidade de manutenção de um **crescimento contínuo** como caminho de prosperidade, é que o **aumento da produtividade nos serviços desmaterializados se dá às custas da qualidade da produção**. São atividades e empreendimentos de ordem local e comunitária, dependentes da intervenção humana: mercados produtores agrícolas locais, cooperativas de *slow-food*, clubes esportivos, centros comunitários de saúde, treinamento e capacitações locais, serviços de cabeleireiro, jardinagem, bibliotecas, oficinas de artesanato, centros de escrita, teatro e música comunitários, projetos de energia comunitários, aulas de artes marciais, ioga e meditação, etc.

Tratam-se de atividades eficazes no alcance da **sensação de bem-estar subjetivo**, de **preenchimento** e de **pertença**, mas que em termos formais não comportam valor econômico. De 1995 a 2005, houve um crescimento negativo na produtividade de mão de obra em quinze nações da União Européia (declínio de 3%). Nos países em que se observou crescimento, deveu-se ao aumento do número de pessoas ocupadas nesse setor e, ainda assim, seu crescimento foi o mais lento quando comparado a todos os demais setores. Caso começássemos uma transição que colocasse os serviços desmaterializados no centro da economia, isto resultaria, não necessariamente em uma paralisação, mas de certo em uma sensível **desaceleração do crescimento**.

As tentativas reformadoras do **motor do crescimento**, então, quando analisadas a rigor, apontam virtualmente para cenários de **não crescimento** e tal ponderação termina por preparar à apreciação lógica das opções disponíveis uma reflexão de cunho catártico: os caminhos de desintensificação de recursos e energia põem peso sobre a produtividade de mão de obra, que, ao procurar eficiência, ameaçam os empregos, e conseqüentemente, as pessoas e a qualidade dos serviços que mantém vivas as comunidades. O **crescimento contínuo** não serve como caminho de prosperidade, porque ao tentarmos torná-lo sustentável, apreendemos o cerne de sua radicalidade deletéria: um motor estruturalmente alimentado pela decomposição sistêmica da Natureza e das sociedades.

Se esta lógica macroeconômica configura uma **macro-gaiola de ferro**, um gaiolão do crescimento e do consumismo, como se dão, então, tais mecanismos ao nível das cidades e por que consideramos que também não nos servem mais à busca de prosperidade urbana? Uma das variáveis ocultas no esquema simplificado do funcionamento econômico torna-se agora crucial ao desenvolvimento desta tese. O setor público, sobretudo o municipal, depende grande parte da arrecadação para o financiamento de suas atividades de gestão e planejamento, intervenções e prestações de serviços



públicos. O fluxo contínuo de investimento público tanto para a manutenção dos serviços, dos espaços, mobiliários e infraestruturas quanto para o desenvolvimento urbano depende de tributação e da taxação sobre parcelas das trocas referidas entre empresas e pessoas, basicamente.

Assim, tanto as gestões municipais mais progressistas quanto as mais conservadoras assumem, via de regra, o crescimento econômico como pré-requisito necessário à geração e à disponibilização de recursos para a implementação de ações diretas, parcerias e coordenações de ações de sua competência. Por esse motivo, afora os interesses garantidos por vícios de financiamento de campanhas eleitorais e práticas de *lobbies* sistemáticos, é tão comum que os muitos atores e esferas do poder público municipal se percebam parceiros das empresas atuantes em seus territórios, sem muitas dificuldades de cooperação e articulação conjunta, porque essencialmente a manutenção do **crescimento econômico contínuo** (e suas oportunas fases de aceleração) beneficia a ambos em seus propósitos de partida.

De que outra forma operam as municipalidades se não suportadas pelos recursos da arrecadação (derivados da expansão econômica em seus municípios) ou se não pela via do endividamento externo, acessando contratos de linhas de crédito para projetos urbanos de financiadores e fundos internacionais? A realidade é que a lógica do produtivismo-consumismo enquanto princípio e fim da atividade econômica se faz presente como sistema de valor para todos os atores mencionados e tal racionalidade termina por sombrear lógicas mais substantivas (**finalísticas**, de uma perspectiva **cidadã** ou do **Bem Viver**) e por inibir comportamentos motivados por valores estranhos ao auto-interesse econômico estrito.

As **gaiolinhas de ferro** do crescimento contínuo e do consumismo urbanos são, dessa forma, símbolos do aprisionamento cognitivo que impede a maioria dos habitantes reconhecerem-se igualmente usuários-donos e responsáveis pelos espaços públicos e por tudo o que ocorre no urbano além do privado. Em uma economia global centrada na prestação de serviços desmaterializados, de onde poderiam vir os recursos e a mão de obra para a reforma urbana, por exemplo? Das poupanças e investimentos de lares e de empresas, cujos sistemas de valores admitem o seu envolvimento (financeiro e físico) na coprodução do lugares privados e públicos contextualmente articulados pela vivência compartilhada de sujeitos reconhecidos como habitantes da mesma cidade.

A **gestão pública participativa** e a **autogestão cidadã** precisarão ser melhor desenvolvidas como estratégia de governança urbana sustentável a



partir do abandono do atalho de prosperidade urbana que as **gaiolinhas do crescimento e do consumismo** representam. Este cenário certamente soará desinteressante para muitos financiadores e agentes de relevância nos contextos urbanos atuais. O previsível afugentamento de capitais e possivelmente de parte dos cérebros devem figurar como agravantes ao desenho de transição, **para que as cidades aprendam a não crescer com serenidade** e esta não resulte em uma experiência traumática e sim uma construção justa, responsável, democrática e sustentável, orientada à criação de realidades mais desejáveis e atraentes.

### 3. INDICADORES DE BEM VIVER URBANO

"(...) PORQUE A REALIDADE NÃO NOS BASTA."

Ferreira Gullar

Ao iniciarmos o movimento de abandono do sistema de representação do mundo construído pelo discurso do **Desenvolvimento** e do modelo de prosperidade baseado no crescimento contínuo das economias, resta forçosa uma reflexão de natureza prática: se não isso, o quê, então? Há um dilema inescapável aos esforços de proposição de índices e ferramentas de avaliação de desempenho de qualidade de vida que, na verdade, deriva da própria natureza dos indicadores e dos modelos, que jamais se confundirão com a realidade ou com os processos, porque serão sempre aproximações (*proxys*) e interpretações parciais mais ou menos confiáveis daquilo que se pretende apreender.

O dilema, portanto, é o mesmo de Mahbud ul Haq e Amartya Sen quando discutiam prós e contras à criação do **IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)**. Reside na difícil decisão de escolha, recorte e priorização de componentes representativos e na dúvida sobre como tais representações afetarão os tratamentos e compromissos sobre temas tão caros. Se, em última instância, enriquecerão ou empobrecerão o debate público sobre o fenômeno a que os indicadores tentam aproximação **(Veiga, 2010, p.83)**.

Por vezes, a resistência parte dos próprios formuladores, porque os desafios são verdadeiramente complexos e sua sintetização pode traduzir-se em reducionismo ou, quando esta sensibilidade não está presente *a priori*, listas estendidas de indicadores e dimensões complementares podem surgir por pressão política à acomodação de demandas públicas e privadas. Fato é que, se se opta pela concepção de um novo instrumento como esse, quanto mais enxutos e robustos os sistemas de indicadores, mais simples sua apropriação, assimilação, compreensão, apropriação e operaciona-



lização por parte da sociedade interessada e dos tomadores de decisão.

Considerando a janela de oportunidade aberta pela crise financeira de 2008 e a possibilidade de disputa quanto à hegemonia do PIB (Fioramonti, 2017), buscamos propor um índice de pós-desenvolvimento urbano palatável, analisando três principais iniciativas correlatas: o **Índice de Prosperidade das Cidades** (IPC), proposto pela ONU-HABITAT; O **Guia Gestão Pública Sustentável** (GPS), adotado pela Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e o **Cómo Vamos**, um sistema de indicadores bancado pela Rede Colombiana de Cidades Cómo Vamos (RCCV) com base nos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** (ODS) da Agenda 2030, da ONU. A partir das limitações identificadas nos três sistemas em relação às propostas do **Bem Viver**, a análise foi conduzida à luz das contribuições de Jackson (2009), Victor (2008), Fioramonti (2017), Acosta (2016) e Acosta e Brand (2018).

Certamente, desenvolvimentos, enquanto **diferenciações emergindo de generalidades**, ocorrem na Natureza e em nossas sociedades, mas não de forma linear nem alheia à História ou aos contextos. Ao observar os pacotes de indicadores e conjuntos de metas desenhados para o acompanhamento de processos e desempenhos nos espaços urbanos, temos a impressão de que algo se perde entre as macrocategorias (dimensões) e os elementos monitoráveis de fato (indicadores). Perde-se algo além do hiato já mencionado entre modelo e realidade. Na estruturação de índices sintéticos, cabe perguntar se o trânsito de coerência representativa flui entre os níveis e componentes sem engasgos.

A relevância desta pergunta reside no risco de inclusão arbitrária de elementos, por vezes, legítimos, vinculados aos processos avaliados em níveis inferiores, mas que terminam por saturar a capacidade comunicativa dos modelos quanto às prioridades pactuadas, enfraquecendo-as. Duas questões reforçam esse argumento: (a) se tudo ou quase tudo é considerado prioridade, nada ou quase nada será priorizado; (b) há sempre o risco, relacionado a esforços de promoção de desenvolvimentos, cuja crítica deriva da **Teoria da Coisa**, de descaracterização da natureza processual complexa dos desenvolvimentos, reduzindo-os à expectativa de obtenção de produtos, coisas, identificadas como resultantes daquele tipo de desenvolvimento em contextos espaço-temporais de rara equivalência. Portanto, o sistema de indicadores elege prioridades consistentes? E sua seleção de indicadores é concebida de forma articulada de modo apreender as diferenciações emergentes no curso do desenvolvimento pretendido?

Analisemos os sistemas de indicadores, do mais extenso, em número de componentes, para o mais conciso. O sistema **Cómo Vamos** foi elaborado a partir de um estudo base realizado pela *Fundación Corona*, com o apoio do PNUD Colombia, a fim de verificar quais componentes previstos nos **ODS** tinham relevância nos contextos urbanos. Os resultados apontaram **78 metas relevantes**, das quais apenas **62** seriam de fato monitoráveis considerando com a disponibilidade de dados para as cidades colombianas vinculadas à rede. Os **ODS** e seus indicadores foram alocados em cinco **desafios urbanos para o desenvolvimento sustentável**: (1) pobreza, informalidade e desigualdade; (2) educação de qualidade; (3) mudança climática e resiliência urbana; (4) cidades sustentáveis e incluídas; e (5) segurança cidadã - paz e coexistência pacífica. A **Figura 3.1** apresenta a distribuição dos **ODS** conforme as categorias de desafios. Cada uma das 62 metas inclui uma bateria de indicadores, totalizando **205 indicadores mensuráveis** e mais 26 para os quais o estudo recomenda a produção de informação até 2030.

O Guia GPS, por seu turno, apresenta uma plataforma de fomento à sustentabilidade urbana por meio da difusão de princípios e valores organizados em **12 eixos temáticos**: (1) governança; (2) bens naturais comuns; (3) equidade, justiça social e cultura de paz; (4) gestão local para a sustentabilidade; (5) planejamento e desenho urbano; (6) cultura para a sustentabilidade; (7) educação para a sustentabilidade; (8) economia local dinâmica, criativa e sustentável; (9) consumo responsável e opções de estilo de vida; (10) melhor mobilidade, menos tráfego; (11) ação local para a saúde; e (12) do local para o global. Ao todo, são **101 indicadores** contemplados pelo Guia. Por fim, o IPC aponta **seis dimensões** essenciais para a busca de prosperidade urbana: (1) produtividade; (2) infraestrutura; (3) qualidade de vida; (4) equidade e inclusão social; (5) sustentabilidade ambiental; e (6) governança e legislação urbana. Este índice apresenta uma versão básica, com **34 indicadores**, e uma versão estendida, composta por **66 indicadores** no primeiro estudo encomendado, que contempla a cidade de Fortaleza.



FIGURA 3.1 - Desafios urbanos e ODSs no sistema **Cómo Vamos** (Fonte: **Cómo Vamos**, 2016).



Como partida para nossa análise, organizamos uma matriz de correspondência (**Quadro 3.1**) entre o universo de indicadores e dimensões constantes nos diferentes sistemas e abordagens: do **desenvolvimento urbano sustentável** (Cómo Vamos + ODS); da **gestão pública sustentável** (Guia GPS); e da **prosperidade nas cidades** (IPC). Optamos por não aproveitar a organização em macrocategorias de nenhum dos sistemas e propor uma nova composição-disposição, ainda mais enxuta que as analisadas, com **quatro dimensões temáticas** essenciais: governança, sociedade, ambiente e economia.

O rearranjo sintético de componentes derivados de abordagens diversas torna-se possível ao admitirmos que as três matrizes ocupam o **Campo da Sustentabilidade**, mais especificamente da **sustentabilidade urbana**. O grande mérito da elaboração conceitual do Desenvolvimento Sustentável (DS) proposta pelo relatório Brundtland reside na dose de imprecisão normativa, que viabilizou a adesão a este discurso por um espectro amplo de atores e de compromissos assumidos em graus variados. Uma vez que o binômio **DS** começa a soar problemático por conta da crítica à contradição interna entre sustentabilidade e desenvolvimento com base no crescimento contínuo, opera-se um ajuste terminológico a fim de fixar apenas sustentabilidade como palavra capaz de manter o diálogo entre visões diversas, por vezes, divergentes e antagônicas. O consenso se mantém sobre a existência de um desafio civilizatório de ordem ecológica, social, econômica e política. Os dissensos afloram, então, na expressão das diferentes compreensões da questão e nos esforços de operacionalização para o enfrentamento dos desafios consensuados.

Assim, quando o relatório **Nosso Futuro Comum** define **DS** como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (**Brundtland, 1988**), entendemos que é preciso emergir um novo consenso à respeito do que significa **viver o presente sem comprometer o futuro**. Vimos que as possibilidades de futuro já estão comprometidas para as gerações vindouras em muitos sentidos. Portanto, apesar do estabelecimento recente de um fazer político pautado na pós-verdade e que não dá lugar à responsabilização (**Castilho, 2016**), um pacto global de ajuste do foco sobre a parte do conceito que a partícula “sem” inicia deverá recuperar sua gravidade tão logo a sobriedade reassente no debate público. Essa inversão de foco será a chave de nossa proposição. Se cidades não sabem não crescer (**obstáculo ao aprendizado; Capítulo 1**) e os meios não justificam os meios (**obstáculo à fixação de propósito; Capítulo 2**), que elementos poderiam figurar em nosso progressismo cultural como prescindíveis? Por contraste, a **imprescindibilidade** emergirá desta reflexão como qualidade e critério fundante da **boa vida**, utopia e futuro refundante de parcela já perdida do humanismo, do zelo e do respeito com o outro e com a Natureza.

Quadro 3.1 - Matriz de correspondência e exemplos de análise



\*ausência de indicadores p/ a escala urbana

Fonte: Elaboração própria.

### 3.1. Sinais de boa vida urbana

“NAVEGAR É PRECISO, VIVER NÃO É PRECISO”

Fernando Pessoa

A coincidência de termos é oportuna como a brincadeira aforística de Fernando Pessoa acerca da **precisão**. Sobre a imprecisão conceitual historicamente estabelecida pelo **DS**, discutiremos a prescindibilidade e a imprescindibilidade de elementos constitutivos da condição urbana moderna. É oportuno também retomar, à luz do poema, a centralidade da contribuição de **Boulding (1969)** ao debate sobre sustentabilidade.

Os paradigmas da **economia do cowboy** e da **espaçonave**, sugeridos por ele como expressões do perdularismo e da prudência quanto ao uso dos recursos naturais são frequentemente associados a traços de nossa cultura ocidental comum. Traços que articulam dicotomicamente o simbolismo glorioso das grandes navegações, o ato de lançar-se em desbrave, o risco dos empreendimentos que nos põe em contato com o novo e com a possibilidade de sucesso ou de fracasso, em oposição à conformidade, à adequação, aos dispêndios de energias direcionados tão somente à manutenção da ordem e do estado das coisas como são.

É também curioso como esses dois elementos aparentemente antagônicos unem-se como lema à bandeira brasileira por empréstimo à frase de Augusto Comte: “o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”. Para o filósofo, não há, no entanto, oposição. **O progresso é o desenvolvimento da ordem constituída no amor**. Ainda que Raimundo Teixeira Mendes tenha compreendido a inteireza desta relação ao propor o dístico de nossa bandeira, é de se lamentar a ausência do amor.

O amor é o fundamento emocional do social. Segundo **Maturana (2009, p.23)**, esta é a emoção que constitui o domínio de condutas em que se torna possível a aceitação do outro como **legítimo outro**, que viabiliza a convivência social. Trata-se de algo mais profundo e substantivo que a tolerância, entendida aqui como aceitação temporária da alteridade. Esta aceitação do diverso outro como legítimo é o que constitui a **conduta do respeito**. Não é, portanto, qualquer ordem, certamente nada do que se possa apontar no espectro de expressões do autoritarismo, que desenvolve progresso, que resulta em “avanço social”.

A compreensão moderna de nossa história evolutiva, do papel da empatia e do respeito no desenvolvimento da **linguagem** e do **habitar** em padrões



de interação não competitivos (de Wall, 2010) vem ao encontro dos valores que o mundo ocidental conheceu na antiguidade com as noções de boa vida (*eudaimonia*) de Aristóteles (Velásquez, 2009) e com aquelas dos povos originários, reapresentada a nós, ocidentais, nas últimas duas décadas pela popularização das noções de Bem Viver.

Dito isso, iniciaremos o desenho de nossa proposta sugerindo a fixação de elementos base a serem garantidos para cada dimensão e sem os quais a medição e o acompanhamento de indicadores torna-se um ato esvaziado de sentido. Elegemos quatro dimensões, consideradas por nós didaticamente irreduzíveis, ainda que haja interpenetrações e processos transversais ou cuja alocação em apenas um dos campos resulte ambígua. Explicaremos no detalhamento de cada dimensão seu espírito constitutivo.

GOVERNANÇA, SOCIEDADE, AMBIENTE e ECONOMIA. Para cada dimensão, propomos a fixação de um Dignisign, termo cunhado por nós para designar o marco de dignidade em cada campo. Para Kant (1959, p.53), dignidade é tudo aquilo que não tem preço e sustenta um valor em si, não econômico. O esforço de formulação cientificamente embasada, porém individual, comporta um risco de enfraquecimento da proposta pelo alcance naturalmente limitado de uma visão não construída coletivamente.

Ainda assim, acreditamos ter identificado elementos que transcendem a linearidade do tempo terreno (Rovelli, 2018) e que, por estarem atualmente comprometidos ou ameaçados, temos a chance de vislumbre sobre a perenidade de sua importância humanitária. Aproveitamos também a estrutura da palavra design, do inglês, bastante adotada em língua portuguesa. Fiell e Fiell (2018) recuperam sua origem do latim, designare, que significa “escolha”. Segundo eles, o termo tem sido usado pelo menos desde o século 17 para referir à produção de padrões artísticos ou ao desenho de plantas de construção e venceu os séculos comportando até o presente uma ideia de balanço necessário entre forma e função, técnica e estética, ciência e arte. O design da dignidade, dignisign, para o debate que estamos travando, acolhe e incorpora o dilema central que nasce da consideração de nossa própria história e da história de civilizações do passado que lidaram com a perspectiva do colapso (Diamond, 2005). O mesmo dilema, pautado à princípio pelos decrescentistas (Victor, 2008), quando apresentam o drama simplificado das opções de futuro que nos restam: decrescimento por desastre (ex.: Detroit, Pripyat) ou decrescimento por design (ex.: Afuá, Bolinas). Assim, para que haja possibilidade de adesão a outro caminho que não o do desastre, é preciso primeiro refundar o problema como escolha para então podermos desenhar as vias e rotas alternativas.

Ainda que busquemos um tratamento horizontal entre as quatro dimensões propostas, a sequência de apresentação aqui não é arbitrária e idealmente deve ser entendida da seguinte forma: governança como pré-requisito do acesso à escolha; ambiente e sociedade à reboque da insubordinação das pessoas e da Natureza aos mercados autorregulados e da reafirmação de sua premência e de seus valores intrínsecos; e, não menos importante, mas, por último, a dimensão econômica em um esforço de desvencilhamento interno e criativo em relação às noções clássicas de prosperidade via crescimento contínuo. As três últimas dimensões seguem o modelo de sustentabilidade forte (ou modelo olho de búfalo), que posiciona a economia como subdomínio da sociedade e estas como subdomínios do meio ambiente, sendo a condição de inclusão dos círculos indicativa de dependência para que haja sustentabilidade (Raphaely, 2012). No detalhamento a seguir, apresentaremos um quadro global; o dignisign proposto como derivação desse quadro; o tratamento dado pelo tema nos sistemas de indicadores avaliados; o tratamento proposto por nós; e um comentário geral.

## GOVERNANÇA

O relatório *Liberdade no Mundo de 2019*, que levantou as condições de garantia de liberdades civis e direitos políticos em 215 países e territórios, apontou um declínio da democracia global pelo 13º ano consecutivo. A *Freedom House* (2019), responsável pela publicação, relata um cenário de retração nessas garantias em 68 países, contra expansões de liberdades em apenas 50 (Figura 3.2). Houve tanto um incremento no grupo de países considerados “não livres”, quanto o afloramento de crises de confiança em democracias de longa data, tidas como consolidadas. Normas democráticas, como eleições livres e justas, liberdade de expressão e liberdade de imprensa encontram-se em franca ameaça, conformando um preocupante quadro global de retração democrática.

A partir deste cenário global de retrocessos estabeleceremos os nexos que conectam os contextos locais e suas contribuições ao que se processa no quadro mais amplo. Definimos governança local democrática como um conjunto de experiências participativas, desenvolvidas a partir dos anos 1980, de descentralização do poder, do exercício da autoridade e das responsabilidades quanto às decisões que afetam as sociedades a nível local (Blair, 2000). Segundo Macedo e colaboradores (2018), há uma carência de estudos acerca dos fatores que influenciam a qualidade da governança e, sobretudo, uma produção incipiente quanto à operacionalização de indicadores específicos para avaliação da governança local. A boa governança é



frequentemente associada ao atendimento de governos locais a normas e procedimentos legais regulados por sistemas de freios e contrapesos e por órgãos de fiscalização e pelo eleitorado bem informado. A má governança é descrita como associada a baixos níveis de participação e de transparência, a processos decisórios viciados por favoritismo, informalidade e corrupção e a ausência de critérios de qualidade relativos à prestação de serviços públicos. A qualidade da governança local, portanto, depende da qualidade das relações entre Estado e sociedade.

No Guia GPS, a governança é a primeira dimensão apresentada entre outras onze, o que denota a importância a ela atribuída. A boa governança aqui é definida como uma combinação adequada entre as diretrizes político-partidárias do governante com os mecanismos de atuação direta da sociedade. São citados como instrumentos da governança participativa: plano diretor participativo; orçamento participativo; Estatuto da Cidade; consultas populares; audiências públicas; conselhos municipais; e governo eletrônico (sistema de consulta on-line a dados do governo). Dentre os indicadores selecionados, são monitorados nesse eixo: a relação de mulheres, negros e pessoas com deficiência empregadas no governo municipal; a existência de conselhos municipais por secretarias e a frequência de ocupação de espaços de participação deliberativos e audiências públicas; além da percentagem do orçamento decidido de forma participativa. Como exemplos bem-sucedidos, são apresentados os casos de Araçatuba (SP), e do papel da Secretaria Municipal de Participação Cidadã no envolvimento da sociedade civil e de conselhos temáticos quanto à destinação das verbas públicas e as decisões de investimentos em áreas periféricas; Botucatu (SP), um caso de Ouvidoria com alto índice de atendimento e resolução de demandas; e do Movimento Popular de Timóteo (MG), como exemplo de mobilização nos bairros e discussão, lançando propostas para o desenvolvimento local do município. Sob a alçada da Governança, também incluímos o eixo “Gestão local para a sustentabilidade”, que envolve indicadores como a distribuição do gasto público por áreas da administração pública e o percentual de compras públicas sustentáveis.

No estudo base que subsidia o sistema *Cómo Vamos*, a governança democrática aparece como elemento derivado, viabilizado pela promoção da cultura de paz em uma conjuntura de superação da violência urbana e dos conflitos que marcaram as cidades colombianas nas últimas décadas. Dessa forma, a boa governança é incluída na dimensão de “Seguridade Cidadã - paz e coexistência pacífica”, diretamente relacionada ao ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes). O pressuposto é, portanto, de que sem a garantia da segurança cidadã, sem a proteção de certas opções, liberdades e oportunidades a todas as pessoas, sem a proteção à vida, à sua integridade



e ao seu patrimônio, estarão fundamentalmente comprometidos todos os demais direitos humanos. Bons governos, segundo o documento, são pautados pela promoção do Estado de Direito, pelo acesso igualitário à justiça, pela transparência na prestação de contas, pela participação na tomada de decisão e pela luta contra a corrupção. Na composição de fato do quadro de indicadores desta dimensão, no entanto, identificamos como medidas de governança apenas dois indicadores: um relacionado à redução da corrupção no funcionalismo público (item 16.5); e outro, que acessa a qualidade das instituições por meio da percepção cidadã acerca da entrega de serviços públicos e de dados objetivos sobre execução do orçamento público aprovado (item 16.6). Uma vez que o ODS 5 (Igualdade de gênero) acompanha o ODS 16 nesta dimensão, há também um indicador de governança com enfoque de gênero que avalia a garantia de participação de mulheres nas decisões da vida política, econômica e pública. Essas medidas são aferidas pela proporção de cargos diretivos de primeira ordem ocupados por mulheres e pela proporção de mulheres compondo os conselhos municipal ou distrital.

No **IPC**, uma das seis dimensões que compõem o conceito de prosperidade urbana aplicado à formulação desse índice é dedicada à governança e à legislação urbanas. Assim, cidades prósperas dependem de boa governança, que aqui pressupõe quatro subdimensões: participação cidadã, transparência na gestão de recursos, fortalecimento das capacidades institucionais e aperfeiçoamento dos controles sociais da gestão. Ao todo, as subdimensões reúnem dez indicadores. Para a participação, mede-se a taxa de comparecimento eleitoral; a porcentagem de adultos engajados em associações civis (incluindo as organizações religiosas); e a porcentagem de empregados sindicalizados sobre o total de trabalhadores empregados (densidade sindical). Para a transparência na gestão e prestação de contas (accountability), leva-se em consideração um índice de percepção da corrupção no setor público; e o grau de acesso à informação (número de elementos disponíveis) nos portais de transparência municipais. Quanto à capacidade institucional, tem-se em conta a relação entre gasto público real e a expectativa orçamentária (eficiência no gasto local); a porcentagem de receita própria sobre a receita total do município; e a porcentagem de dívida subnacional em relação à receita total. Finalmente, quanto à qualidade regulatória, avalia-se a quantidade média de dias para se abrir um negócio; e a taxa de inflação. Vale destacar que os resultados do IPC são apresentados nas versões básica e estendida, sendo que, o IPC básico contempla apenas os primeiros indicadores citados em cada subdimensão (à exceção da subdimensão capacidade institucional, que inclui também o indicador de receita própria).

Este esforço de análise consiste em lançar um olhar crítico sobre o tratamento dado em cada sistema de indicadores segundo os temas e sistemas de valor propostos. Pretendemos, com isso, identificar elementos estranhos à coerência valorativa proposta e garantir uma comunicação clara de quais processos emergem como imprescindíveis à constituição do que estamos entendendo por bem viver urbano. Pois bem, se as pessoas e a Natureza estão em primeiro lugar em nosso esquema valorativo, no que concerne à governança, quais elementos do universo de indicadores apresentado lida com o bloqueio e a distribuição ou o acesso ao poder nos processos decisórios? Os países do Sul e suas cidades compartilham uma história comum de negação de direitos e de participação popular (entre outras marginalizações de raça, gênero, etc.) que resulta em persistente hermetismo de gestão e na produção de cidadanias deficitárias, mesmo após a sucessão de reformas da administração pública e experiências de descentralização e participação conquistadas por movimentos e organizações sociais (Holston, 2013; Faoro, 2013). Porque o Estado e seus poderes fisiologicamente respondem mais facilmente às pressões de manutenção do status quo, operando reproduções e endocruzamentos entre detentores de capitais político e econômico e repelindo a diversidade que assenta na sociedade é que fixaremos a democratização da gestão e a constituição de um poder popular local como horizonte de boa governança.

Uma vez fixado esse ponto prioritário, os indicadores de controle regulatório propostos pelo IPC, como os dias para abertura de um negócio (mesmo considerando um contexto de forte inclinação ao empreendedorismo e aos negócios socioambientais) mostram uma relação fraca com o sentido de governança assumido, pois toda pessoa jurídica é, antes, pessoa física (ou associação destas). O mesmo pode ser dito para as liberdades econômicas e de consumo pautadas pelo indicador de taxa de inflação: os direitos do consumidor ocupam uma parcela mínima do rol de direitos e, por vezes, disputam o cotidiano de defesa de direitos fundamentais sem os quais a dignidade humana fica ameaçada. Por outro lado, os indicadores não citados do sistema *Cómo Vamos* que relacionam a segurança cidadã com a governança de maneira indireta trazem à tona um contraponto interessante a esta linha argumentativa. Para as realidades urbanas em questão, não há chance de participação social e ocupação dos espaços decisórios sem as garantias básicas de defesa à vida e, analogamente, sem as garantias de acesso aos mercados de bens e serviços que suportam e medeiam a convivência social dos sujeitos incluídos ou excluídos do consumo. Eis uma contradição cuja tensão pode ser mantida em suspenso: a complexidade de vínculos e interações de processos que conformam a história e o presente das realidades objetivas e subjetivas vivenciadas pelas pessoas não é automaticamente suprimida pelo recorte de elementos e processos prioritários.

Voltemos aos demais indicadores mencionados. Há uma dificuldade de concepção patente na amarração entre as propostas de indicadores e os marcadores de efetividade do desempenho pretendido. São comuns às prestações de contas e à apresentação de resultados de gestão (inclusive nos indicadores subjetivos) a subversão simplificadora dos processos avaliados em elementos correlatos, porém não consistentes na função de representação do alcance efetivo das metas. Por exemplo, nos ODS selecionados pelo sistema *Cómo Vamos*, temos uma meta que articula percepção cidadã sobre qualidade dos serviços públicos com a porcentagem de execução do orçamento aprovado. Já no *Guia GPS*, temos um indicador que trata da porcentagem executada do orçamento decidido de forma participativa. As duas abordagens tentam capturar a relação entre gasto público e satisfação, uma contemplando um processo decisório participativo, porém negligenciando o aspecto subjetivo de resultar ou não satisfatório o gasto; e outro ignora a participação na decisão orçamentária, mas tenta balancear com a inclusão da percepção da opinião pública sobre a execução orçamentária. Na prática, há muitas limitações (propositais ou não) no que concerne à captura fiel da verificação objetiva e subjetiva da adesão às propostas de boa governança local.

No Brasil, despende-se tempo e energia na produção de planos diretores participativos e legislações complementares que pouco interferem (ou interferem seletivamente) no direcionamento da gestão urbana cotidiana. O mesmo pode ser dito para consultas, conselhos e audiências públicas. Muitas audiências e espaços consultivos e deliberativos funcionam com regularidade, porém com baixíssimo nível de autonomia e envolvimento ou responsabilização da sociedade quanto aos rumos dos assuntos trazidos à pauta. É por conta desse acúmulo histórico de reticente responsividade à manifestação popular ou de bloqueio ativo da participação que iremos sugerir como elemento inegociável à boa governança urbana a **participação social direta** no processo decisório, a **autogestão urbana** e a **coprodução de bens e serviços**. O papel dos gestores públicos e corpo técnico é, assim, reduzido enquanto formulador e passa a ser essencialmente o de viabilização da participação, de registro e sistematização das decisões e de organização das ações e intervenções.



**Quadro 1** - Marco de dignidade proposto para a dimensão de Governança. (Fonte: Autor.)

## SOCIEDADE

De acordo com o mais recente Relatório sobre a Desigualdade no Mundo, a participação na renda dos 10% mais ricos aumentou entre 1980 e 2016 no conjunto de países analisados. A equipe do relatório conclui que o mundo está caminhando em direção a uma fronteira de alta desigualdade (Alvaredo et al., 2017). A desigualdade de renda, ainda que expressiva, representa apenas uma dimensão (econômica) do problema social que o distanciamento de classes e de condições de vida acarretam para a construção de sociedades seguras, coesas, fraternas e empáticas (Souza, 2010, p.174). Nas cidades e nos territórios, a segregação socioespacial e os processos ativos de exploração do trabalho e de espoliação urbana é que dão conta de produzir e reproduzir histórias de vida tão violentamente discrepantes em termos de acesso a bens, serviços, funções urbanas em que se manifesta o antagonismo excludente entre o privilégio e o direito à cidade (Pessoa et al., 2016). Tomamos como pressuposto desta análise, portanto, que a modernização que se processa seletivamente nos espaços urbanos, produzindo a novidade e a obsolescência, as diferenciações entre zonas, bairros e loteamentos bem ou mal servidos de infraestruturas e acessos a bens e serviços é a tradução da escalada da desigualdade global ao nível das cidades e dos territórios. Vejamos como os sistemas de indicadores entendem e tratam a qualidade de nossas sociabilidades urbanas e que tipos e condições de afloramento humano podem derivar de cada visão.

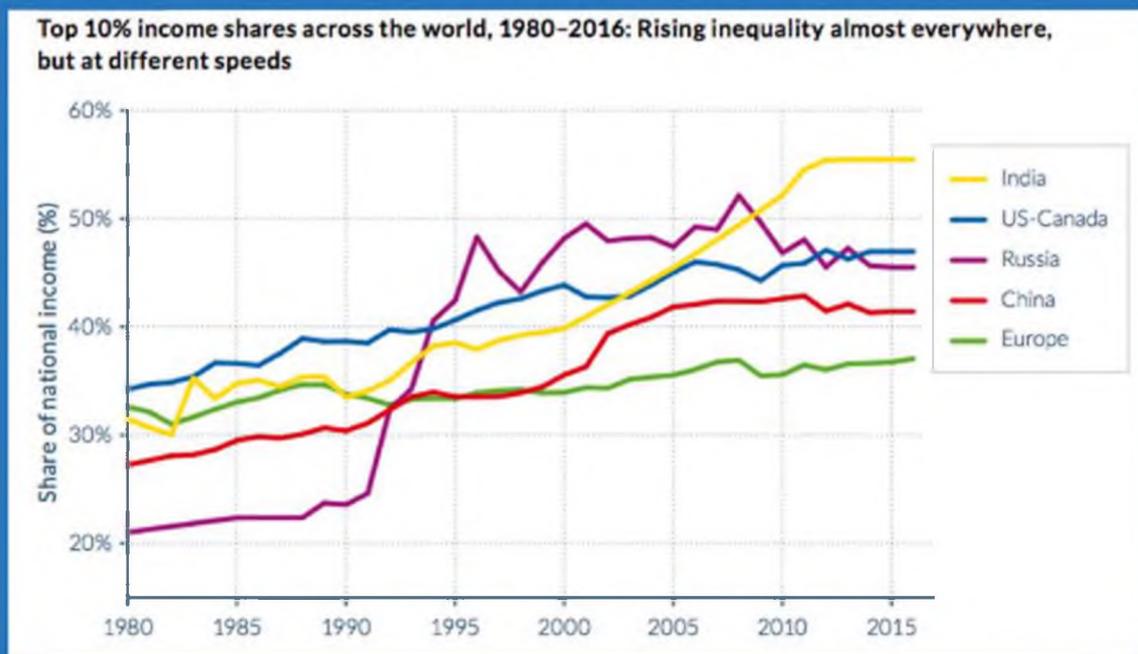


Figura 3.3a - Crescimento da desigualdade no Mundo (Fonte: Alvaredo et al., 2017)

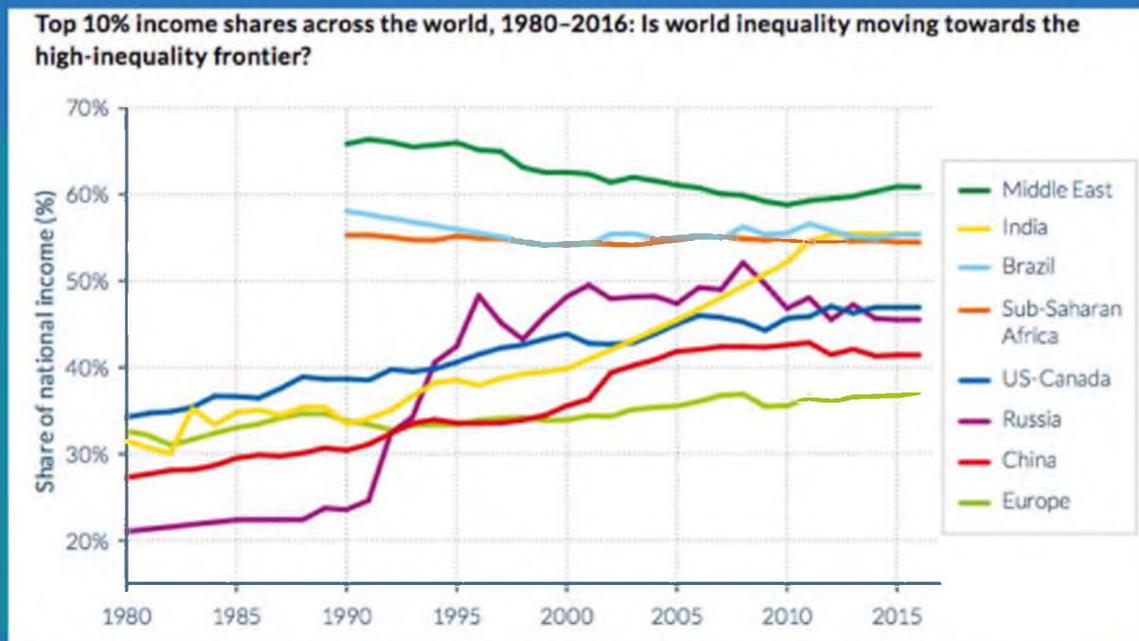


Figura 3.3b - Crescimento da desigualdade no Mundo (Fonte: Alvaredo et al., 2017)

No Guia GPS, identificamos quatro eixos relacionados à dimensão social. O eixo “Equidade, Justiça social e Cultura de paz” refere-se ao acesso da sociedade aos serviços públicos de saúde, cultura, educação, moradia e segurança e à ocupação profissional. Tais acessos gerariam uma cultura de paz, sob um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e modos de vida que previnem conflitos pela valorização do diálogo e da negociação. Aqui, traça-se como objetivo geral a promoção de comunidades inclusivas e solidárias, como princípio de coesão social. No rol de indicadores, constam medidas denotadoras de quadros sociais degradados, como: percentual de pessoas com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  ou  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo, agressões a crianças e adolescentes, idosos e mulheres, homicídio juvenil, crimes fatais, crimes sexuais e percentual da população em situação de rua. No entanto, o GPS assume a superação dessas agendas negativas (de ação sobre sintomas ou de apagamento de incêndios) ao estipular metas dignas, como: zerar situações de salário abaixo do mínimo, zerar agressões a segmentos específicos, zerar o número de pessoas em situação de rua e de crimes sexuais e violentos fatais, incluídas as mortes por homicídio de jovens. Há também outros indicadores com foco sobre aspectos positivos ou processuais: domicílios com acesso à internet de banda larga e demanda atendida de creches, ambas com meta de 100%; e transferência de renda (percentual de famílias que recebem recurso de programas de renda básica de cidadania, com meta de 100% para famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza) e distribuição de renda (com meta menos tangível, de diminuir as distâncias entre as faixas de renda da população). Aqui vale

um comentário. Diminuir quanto? Qual a distância segura, justa, razoável (digna) entre faixas de renda? Esta indefinição sobre as margens de equidade de renda é sintomática de nossa incapacidade para apreender e lidar responsabilmente com os **motores sistêmicos da desigualdade**. Por fim, há também um indicador para o número de roubos por habitante, sendo que a meta estipulada (8 roubos para cada 10 mil habitantes) denota, diferente das demais, uma compreensão de que os roubos são eventos cujas experiências de controle não nos permitem assumirmos, além da inibição, uma expectativa de neutralização estatística das ocorrências. Esses elementos em conjunto conformam os limites e as possibilidades do desenho de sociabilidade construído como viável e desejável nesse sistema de indicadores.

Os outros três eixos versam sobre Cultura, Educação e Saúde. O eixo “Cultura para a sustentabilidade” traz quatro indicadores: percentual de recursos de comunicação e publicidade do município destinado a campanhas de educação cidadã (com meta de 100%, ou seja, comunicação educadora apenas); centros culturais, casas e espaços de cultura (mínimo de um a cada 10 mil habitantes); acervo de livros infanto-juvenis e acervo de livros para adultos (ambas com meta de dois livros per capita). O eixo “Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida” traz 14 indicadores: referentes à nota de avaliação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); referentes ao ingresso, à permanência e à conclusão de cursos e etapas nas instituições (matrículas em cursos superiores, ensino médio, ensino fundamental e pré-escola; percentual de pessoas com ensino superior completo; percentual de jovens com ensino médio concluído; percentual de crianças e jovens na escola; percentual de crianças plenamente alfabetizadas); referentes ao acesso à internet e ao esporte educacional; e, finalmente, um indicador de taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais (com meta de erradicação). O eixo “Ação local para a saúde”, inclui 13 indicadores. Dentre eles, indicadores com metas de erradicação, como: zerar a mortalidade materna, zerar o número de pessoas infectadas com dengue, e nenhuma criança com menos de cinco anos desnutrida; indicadores com metas progressivas, como: a redução de 10% ao ano da mortalidade por doenças dos aparelhos respiratório e circulatório e da gravidez na adolescência; indicadores com metas de universalização (ou próximo disso), como: 100% das mães com no mínimo sete consultas pré-natal e o Índice de Qualidade das Águas (IQA) com condição boa ou ótima nos corpos d’água da cidade, o que preveniria doenças de veiculação hídrica; há também indicadores de mero acompanhamento (sem meta), como: o percentual de crianças com baixo peso ao nascer e a proporção da mortalidade infantil; e, por fim, indicadores de disponibilidade de leitos hospitalares (entre 2,5 e 3 leitos para cada mil habitantes), de

unidades básicas de saúde e de equipamentos esportivos (com, no mínimo, 1 para cada dez mil habitantes). Vale destacar a ausência de **marcadores espaciais** no conjunto de metas apresentado. Quando muito, há uma referência à distribuição acessível, rápida e fácil, por toda a população, como no caso do acesso a centros culturais e aos acervos de livros.

No documento referência do sistema **Cómo Vamos**, dos ODS selecionados como relevantes à escala urbana, identificamos cinco com implicações diretas às sociedades e dois parcialmente associados. O ODS 1 (**Erradicação da pobreza**), traz indicadores de incidência de pobreza monetária, pobreza monetária extrema e pobreza multidimensional; porcentagem da população filiada ou usuária de programas de seguridade social (sistema de saúde, seguro desemprego, sistema de pensões, etc.); relação de pessoas que vivem em domicílios com saneamento básico e ambiental; relação de mortos, feridos, desaparecidos, pessoas e famílias afetadas por desastres naturais; e gasto público em saúde e em educação. Do ODS 2 (**Fome zero e agricultura sustentável**), temos: proporção de adultos e crianças com desnutrição, com insegurança alimentar severa, moderada ou leve; taxa de mortalidade por desnutrição e porcentagem de crianças com má nutrição por inanição ou excesso de peso. Do ODS 3 (**Saúde e Bem-estar**), temos: incidência de tuberculose e novas infecções por HIV e Hepatite B; Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares, por câncer, por diabetes, taxa de suicídios; prevalência do consumo de frutas e de realização de atividade física; indicadores quanto ao abuso de drogas e ao consumo prejudicial de álcool; mortalidade por acidentes de trânsito; indicadores de saúde sexual e reprodutiva; cobertura de vacinação, porcentagem de nascidos com acompanhamento pré-natal e crianças menores de 10 anos atendidas e acompanhadas quanto ao seu crescimento e desenvolvimento; e prevalência do consumo de cigarro em maiores de 15 anos. Do ODS 4 (**Educação de qualidade**): porcentagem de estudantes que alcançam níveis satisfatórios nas diferentes competências e índices sintéticos de qualidade no nível primário, secundário e médio; taxa de comparecimento às instituições educativas e taxa de cobertura na educação superior; taxas de analfabetismo; instituições com saneamento básico e conexão à internet; porcentagem de docentes capacitados (licenciatura e pós-graduação); e, por fim, há uma meta de eliminação das disparidades de gênero na educação, garantindo a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional a grupos vulneráveis (deficientes, povos indígenas, crianças). Já do ODS 5 (**Igualdade de gênero**), temos: indicadores de violência contra a mulher e de feminicídio; porcentagem de tempo dedicado a atividades domésticas e a cuidados não remunerados; proporção de mulheres atendidas em consultas sobre planejamento familiar; e proporção de mulheres que moram em domicílios com acesso a celular e a computador.

Do ODS 10 (**Redução das desigualdades**), identificamos: incremento da renda familiar per capita dos 40% mais pobres; acompanhamento da proporção de pessoas vivendo no estrato dos 50% abaixo da renda média; porcentagem de cidadãos que se sentiram discriminados; e renda total dos empregados sobre a produtividade anual; Finalmente, do ODS 16 (**Paz, justiça e instituições eficazes**), incluímos: indicadores de violência urbana (taxas de homicídios, agressões e violência intrafamiliar de mulheres, homens e jovens e proporção de vítimas por conflito; e proporção de pessoas que se sentem seguras no bairro que habitam); e indicadores de abuso infantil, exploração e violência contra crianças (taxa de trabalho infantil, número de casos de violência contra meninos, meninas e adolescentes e número de vítimas de violência sexual).

No **IPC**, identificamos dois eixos relacionados diretamente aos aspectos sociais da prosperidade urbana: o de Qualidade de vida e o de Equidade e Inclusão Social. O primeiro inclui 13 indicadores, segmentados em quatro subdimensões referentes à saúde, à educação, à segurança cidadã e ao espaço público. No conjunto, portanto, mede-se: expectativa de vida, mortalidade infantil até os cinco anos, cobertura de vacinação e mortalidade materna; grau de escolaridade, média de anos de estudo, permanência de alunos na educação primária, taxa líquida de alunos no ensino superior, número de universidades de excelência; taxas de homicídio e de roubo; área verde per capita e acessibilidade a espaços públicos. Já no segundo eixo, temos oito indicadores, que versam sobre equidade econômica, inclusão social, inclusão de gênero e diversidade urbana. Mede-se: desigualdade de renda (coeficiente de gini), taxa de pobreza; moradias subnormais e desemprego na juventude; equilíbrio de matrículas por gênero no secundário; mulheres empregadas no governo local; proporção de mulheres economicamente ativas; e usos da terra misturados.

Ao analisar o universo de indicadores sociais que compõe os três sistemas, podemos perceber uma ênfase clara sobre a desigualdade de renda como aproximação prioritária em relação ao quadro geral de desigualdade. Ainda que os índices de gini de renda apontem distâncias e lancem alertas normativos sobre as margens do aceitável e do preocupante, parece haver um tratamento assimétrico em relação a problemas no topo e na base. Nos três sistemas, temos um repertório bem servido de monitoramento das muitas expressões da pobreza e da miséria, mas não identificamos nenhum indicador focado no monitoramento de grandes fortunas ou que aponte uma preocupação com a tendência observada em nosso quadro-geral de abocanhamento cada vez maior das rendas globais pelos 10% mais ricos.

Esta ausência é sugestiva de uma visão cornucopiana acerca dos sistemas econômicos (admissão do crescimento contínuo) e amenista (condescendente) com a degradação social resultante do acúmulo de capital e poder nos estratos superiores da distribuição das rendas globais (Bava, 2014).

Da mesma forma, é perceptível a expressão de uma leitura inacabada ou capenga em relação a violências decorrentes de machismo e racismo (a lgbtfobia, o preconceito de fé, a xenofobia e o capacitismo não chegam sequer a ser mencionados em nenhum dos sistemas). Temos, portanto, indicadores de monitoramento de mortes por feminicídio ou do número de registros de situações de discriminação, mas inexitem indicadores quanto à promoção de ações de combate à cultura do estupro (cultura de paz direcionada a meninas e com ênfase na violência de gênero, por exemplo) ou à implementação de políticas antirracistas municipais, ou ainda, de planos diretores de democratização racial e étnica, como o implementado na cidade americana de Portland (OHER, 2016). É por essa razão que optamos pela condensação das subdimensões de Cultura, Educação e Saúde sob o guarda-chuva da dimensão Social. De que outra forma, poderemos identificar, apreender e combater os vetores ativos de vulnerabilização, de empobrecimento e de adoecimento das populações senão aproximando os sinais de qualidades de vida daqueles que sinalizam à sua degradação sistêmica? Portanto, a fim de dar relevo a esta condescendência transversal em relação a comportamentos que agridem sistematicamente a diferentes segmentos da sociedade, iremos propor como marco de dignidade social as equidades em sentido amplo, pois são elas que devem orientar as políticas e as ações, restando às medidas de redução de desigualdades apenas a dimensão da distância espelhada em relação aos estados sociais desejáveis. Inclusive, uma vez que optamos pelo tratamento da dimensão econômica à parte da social, sugerimos também o rebaixamento hierárquico da desigualdade de renda em relação às demais disposições e pleitos humanos e sociais.



**Quadro 2** - Marco de dignidade proposto para a dimensão de Sociedade. (Fonte: Autor.)

## AMBIENTE

O quadro global de referência para a dimensão ambiental vem dos últimos relatórios para o Clube de Roma que, desde 2009, tem estimado as Fronteiras Planetárias e os espaços de operação seguros para a vida humana na Terra. No estudo mais recente, publicado por Steffen e colaboradores (2015), são discriminadas nove fronteiras, das quais três já foram ultrapassadas as raias consideradas de segurança: a da mudança climática, a da perda de biodiversidade, e a dos fluxos de nutrientes (ciclos biogeoquímicos), que indicam perturbações nos ciclos do fósforo e do nitrogênio (Figura 3.4).

Esta constatação de estado, na prática, comunica uma necessidade de priorizarmos nos territórios as ações de adaptação às mudanças sistêmicas prováveis (e em curso) em relação aos esforços de mitigação, ainda que estes também mantenham suas importância em termos de regulação da magnitude e da velocidade dos impactos. Em todo caso, o quadro global aponta um cenário carregado de incertezas no que tange às nossas expectativas de provimento, apoio e sustentação de nossas atividades, até então, garantido pelas funcionalidades e serviços da Natureza. Como tentativa de superação do modelo de modernização que instituiu um sentido de urbanização e mudança de uso da terra como negação da Natureza, o Ambiente aqui abrange a natureza urbana, suas infraestruturas, os assentamentos humanos e os usos e ocupações que conformam as noções de ambiente construído e de sistemas socioambientais urbanos.

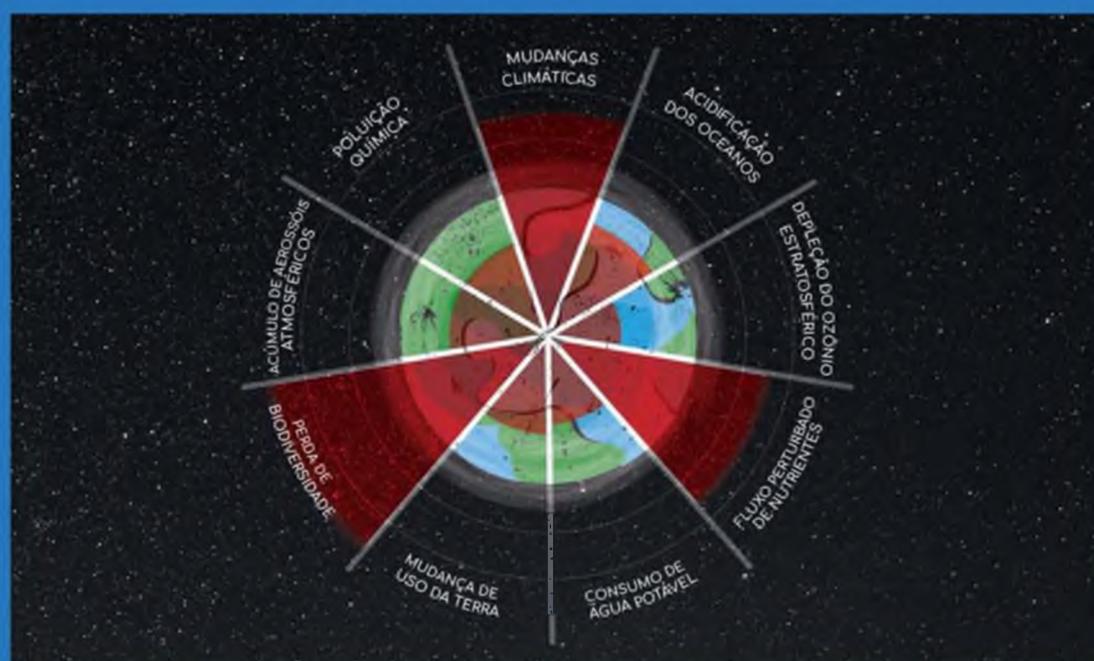


Figura 3.4 - Fronteiras Planetárias (Fonte: Adaptado de Steffen et al., 2015)

Do **Guia GPS**, identificamos como relacionadas ao ambiente a dimensão intitulada “Bens naturais comuns”, com 12 indicadores, sendo: 6 relativos à concentração de gases poluentes na atmosfera (PM10, PM2,5, Ozônio, Monóxido de carbono, dióxido de nitrogênio e dióxido de enxofre); um indicador de área verde por habitante; um de proporção de consumo de energia por fontes renováveis; e outros quatro relativos a aspectos de saneamento ambiental (percentuais de perda de água tratada, de população urbana atendida por abastecimento público de água potável, de domicílios sem ligação à rede de esgoto e de esgotamento sem tratamento). Já os eixos “Planejamento e desenho urbano” e “Melhor mobilidade, menos tráfego” reúnem juntos 18 indicadores. São eles: percentual da população urbana que reside em favelas; percentual de área desmatada; percentual do território com finalidade de conservação; percentual de edifícios novos e reformados com certificação de sustentabilidade; percentual de calçadas consideradas legalmente adequadas; frota de ônibus com acessibilidade para deficientes; número de mortes em acidentes de trânsito, por atropelamento, com motocicleta, com automóvel; número de acidentes e de atropelamentos; percentual de quilômetros de corredores exclusivos de ônibus e de ciclovias permanentes; distribuição percentual da média diária dos deslocamentos por modal; percentual do orçamento destinado ao transporte público; e índice de congestionamentos.

Entre os ODS pertinentes ao sistema *Cómo Vamos*, selecionamos quatro objetivos afeitos à Natureza e aos espaços urbanos, que, no documento, foram alocados sob os desafios 3 (Cidades sustentáveis e inclusivas) e 4 (Mudança climática e resiliência urbana). Do ODS 6 (Água potável e saneamento), temos: porcentagem da população em domicílios atendidos por serviços de abastecimento hídrico e de esgotamento sanitário; porcentagem do esgoto tratado e índice de qualidade da água; porcentagem de água tratada não contabilizada pelas empresas distribuidoras. Do ODS 7 (Energia limpa e acessível), temos: porcentagem de pessoas que moram em habitações com serviço de eletricidade e com serviço de gás natural; consumo de energia elétrica por unidade de valor agregado (eficiência energética). Do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), temos: porcentagem de domicílios com déficit habitacional quantitativo e qualitativo; número de habitações de interesse social; porcentagem de cidadão satisfeitos ou muito satisfeitos com o transporte que utilizam; média diária do número de passageiros usuários de transporte público; relação entre a taxa de uso de solo e a taxa de crescimento populacional; investimento por habitante no setor cultural; mortos, feridos, desaparecidos, pessoas e famílias afetadas por desastres

naturais; porcentagem de lares com serviço de coleta de lixo; média diária de quilogramas de resíduo sólido per capita; níveis médios anuais de concentração atmosférica de partículas PM<sub>2,5</sub> e PM<sub>10</sub>; metros quadrados de espaço público por habitante. O documento também apresenta como relacionados a esses desafios os ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), 14 (Vida na água) e 15 (Vida terrestre), que não apresentaram indicadores transponíveis à escala urbana; os ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável) e 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), que, para nós, soam pareados com um sentido econômico clássico de aposta na modernização via industrialização e na expansão e subordinação das sociedades às economias de mercado; e, por fim, o ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), que repete os indicadores do ODS 11 relativos a desastres naturais.

No **IPC**, encontramos duas dimensões que versam sobre o ambiente natural e o construído. Respectivamente, a de “Sustentabilidade ambiental”, com oito indicadores e a de “Infraestrutura e desenvolvimento”, com dezenove. Na primeira, temos a subdimensão de **Qualidade do ar**, com as seguintes medidas: número de estações de monitoramento do ar, concentração de partículas PM<sub>10</sub> e emissões de CO<sub>2</sub>; a de **Gestão de resíduos**, com: coleta de resíduos sólidos, tratamento de esgoto, e proporção de resíduos sólidos reciclados; a de **Água e energia**, com: parcela de áreas protegidas provedoras de serviços ecossistêmicos; proporção de consumo de energia de fontes renováveis. Já na segunda dimensão, temos a subdimensão de **Infraestrutura de moradia**, com número de famílias vivendo em moradias duráveis; acesso a água potável de ótima qualidade; acesso à saneamento ambiental, à eletricidade; número de famílias sob déficit habitacional quantitativo; densidade residencial; a de **Infraestrutura social**: número de médicos disponíveis sobre o total da população; número de bibliotecas públicas por 100 mil habitantes; a de **Tecnologias da informação e comunicação**: acesso à internet (usuários sobre população total); número de lares com computadores; velocidade média de banda larga; a de **Mobilidade urbana**: uso de transporte público; média de tempo gasto em deslocamentos diários; extensão da rede de transporte de massa; fatalidade de trânsito (número de acidentes fatais no trânsito por 100 mil habitantes por ano); acessibilidade do transporte (custo das viagens diárias pela renda per capita); e a de **Conectividade viária**: densidade de interseções entre ruas (conexões por quilômetro quadrado); densidade de ruas (quilômetros de vias por quilômetro quadrado de solo); e área de solo ocupada por vias.

Do universo de indicadores aqui alocados, sobressaem tratamentos interessantes quanto ao monitoramento da qualidade de vida urbana sob os aspectos da qualidade ambiental urbana e da qualidade da forma e das

funções urbanas. A qualidade do ar parece receber maior destaque nos três sistemas no que tange à funcionalidade dos ecossistemas urbanos, provavelmente, por conta da primazia do debate sobre mudanças climáticas, mas também percebemos uma preocupação com a qualidade da água para além do antropocentrismo abarcado pelos indicadores convencionais do saneamento básico. Por esse motivo, podemos dizer que há indícios de inclinação ecocêntrica, sobretudo no rol de indicadores do sistema *Cómo Vamos* e no IPC, ainda que os debates mais atuais sobre saneamento ambiental ponham como questões centrais a permeabilidade do solo e uma visão de drenagem urbana ampliada para o manejo das águas pluviais, incluindo, por exemplo, a renaturalização dos corpos hídricos. Mas nenhum desses aspectos foi contemplado. Nessa mesma linha, o direito à cidade também parece ter sido tangenciado por indicadores de mobilidade e acessibilidade que primam pelo equilíbrio de modais, combatendo a cultura rodoviarista (carrocracia), assim como a quantidade e a qualidade dos déficits habitacionais. A qualidade urbana e a questão da moradia são articuladas a aspectos de conectividade viária, arborização, disponibilidade de bibliotecas e cuidados médicos próximos, acesso a computadores e internet e a espaços públicos por habitante. Diante do exposto, como condensar as dimensões de dignidade do Ambiente em relação a uma qualidade urbana voltada às pessoas e sensível às fronteiras de uso da Natureza dos sistemas urbanos? Sugerimos como marco de dignidade ambiental, portanto, o respeito à capacidade de suporte parcelar das biorregiões em que as cidades se assentam. Esse marco envolve não só um cuidado com o ordenamento dos usos e ocupações (revisão do conjunto de atividades) em respeito às capacidades internas dos sistemas urbanos, como a recuperação de áreas degradadas, terrenos baldios, antigas zonas industriais (brownfields) e incremento/fortalecimento da conectividade e da biodiversidade locais, com a criação de corredores ecológicos e a reconstituição da permeabilidade do solo por projetos de paisagismo e implantação de infraestruturas verdes concebidos sob abordagens sistêmicas e com foco na recuperação das funções naturais do solo urbano.

Resta, no entanto, por resolver a identificação do que poderia apresentar-se como marco de dignidade específico aos demais aspectos do ambiente construído que dizem respeito às tradicionais forma e funções urbanas. Nos últimos anos, tem ganhado força um discurso em defesa das cidades para pessoas e da aposta na caminhabilidade e na mobilidade não motorizada, que conformariam uma tendência de modernização (de desejo e de investimento) capaz de adaptar às cidades, marcadas pelo rodoviarismo, à escala humana. Ao mesmo tempo, a ação especulativa do mercado imobiliário opera de forma a garantir a escassez de moradia (déficits habitacionais e

a impossibilidade de universalização do direito à moradia) e a manutenção de espaços e zonas desassistidas (ou abandonadas) que mantém a valorização diferencial das localizações e os preços mais ou menos restritivos do metro quadrado em cada região. A aposta na compacidade, enquanto tendência para a gestão e o planejamento urbanos, é uma tentativa de contornar os vetores de expansão e de espraiamento urbanos por um discurso de sustentabilidade aplicado às cidades que se esquivam da crítica às ações deletérias do mercado das rendas imobiliárias. A dificuldade de proposição deste marco de dignidade específico, portanto, tem base na contingência de uma proposição sobre tendências de um urbanismo normativo, programático, que insiste na tradição dos manifestos definidores da boa forma urbana (como fosse possível assumir a universalidade de diretrizes desta ordem sem impor novos nortecentrismos às cidades periféricas do Sul), por mais bem-vindas que soem as tendências atuais. Adicionalmente, as possibilidades de enfrentamento dos vetores que apontamos como prescindíveis, parecem tanto ocupar melhor as dimensões da Governança quando da Economia, porque dependem diretamente da imposição democrática do poder popular sobre os interesses de mercado e de um reposicionamento desses agentes influenciadores da política urbana e dos tomadores de decisão dentro de uma estrutura econômica capaz de priorizar e respeitar as pessoas e a Natureza.

### AMBIENTE

**Dignisign** respeito à capacidade de suporte biorregional parcelar e universalização da moradia indissociada do direito à cidade

**Quadro 3** · Marco de dignidade proposto para a dimensão de Ambiente. (Fonte: Autor.)

## ECONOMIA

O relatório *Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2019*, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), aponta um quadro global de grande déficit no trabalho decente, o que torna a meta da agenda 2030 fixada pelo ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) irrealista para muitos países. O estudo mostra que a maioria dos 3,3 bilhões de empregados no mundo em 2018 não gozavam de segurança econômica, nem gozavam de bem-estar material adequado nem de igualdade de oportunidades. O cenário desenhado pelo relatório é de aumento da oferta de empregos de baixa qualidade pelos mercados, com milhões

de pessoas obrigadas a aceitar condições inadequadas de trabalho. Vale destacar que o prospecto de tendências traçado pelo grupo de estudos da OIT traz uma visão clássica de prosperidade dependente dos aspectos virtuosos do crescimento econômico e da expansão dos mercados autorregulados, ainda que se discuta neste relatório as ameaças de precarização do trabalho. Portanto, a discussão aqui passa ao largo daquilo que colocamos como horizonte desejável de partilha do tempo de trabalho e de ganhos em tempo livre, assim como do debate sobre ocupações socialmente úteis contra empregos e cargos tidos como produtivos, porém inseridos em cadeias de degradação ativa da vida humana e da Natureza. Em todo modo, os insights presentes neste estudo oferecem um subsídio acerca das contradições internas do modelo de prosperidade, iluminando aspectos de dignidade sobre o funcionamento das economias quando nos questionamos se o pleno emprego é de fato uma meta razoável sem uma consideração sobre quais empregos estão sendo ofertados e aceitos.

Dois eixos do Guia GPS dialogam diretamente com a dimensão econômica. O eixo “Economia local dinâmica, criativa e sustentável” traz os seguintes indicadores: número total de energia consumida pelo município sobre o PIB (eficiência energética); taxa média de desemprego no município; taxa média de desemprego de jovens; número de aprendizes contratados no ano sobre o número estipulado por lei; número de notificações de trabalho infantil. Já o eixo “Consumo responsável e opções de estilo de vida” inclui os seguintes indicadores: média mensal de consumo de água; percentual de catadores incluídos no sistema de coleta seletiva; percentual de domicílios que dispõem de coleta seletiva; quantidade de resíduos per capita; percentual de resíduos sólidos reciclado; percentual de lixo urbano depositado em aterros sanitários sobre o volume gerado; média mensal de eletricidade consumida. Esse rol de indicadores sugere tanto um horizonte desejável de pleno emprego quanto a transição para um modelo de economia circular, capaz de equacionar internamente ao sistema os subprodutos do processo econômico produtivo.

Entre os cinco desafios do desenvolvimento sustentável urbano propostos no estudo que relaciona os ODS ao sistema *Cómo Vamos* não consta nenhum diretamente ligado a aspectos econômicos uma vez que a roupagem dada à produção, ao consumo e a problemas de ordem distributiva receberam ali uma abordagem social. Isto nos fez alocar a maior parte daqueles elementos e indicadores em nossa dimensão Social. No entanto, há um trecho do estudo que retoma os Objetivos do Milênio (ODM), relacionando-os aos ODS por temas e um deles é a **Prosperidade**. Sob esse tema, são alocados cinco ODS (7, 8, 9, 10 e 11), que aparecem relacionados aos desafios 1

Quadro 3.1 - Matriz de correspondência e exemplos de análise

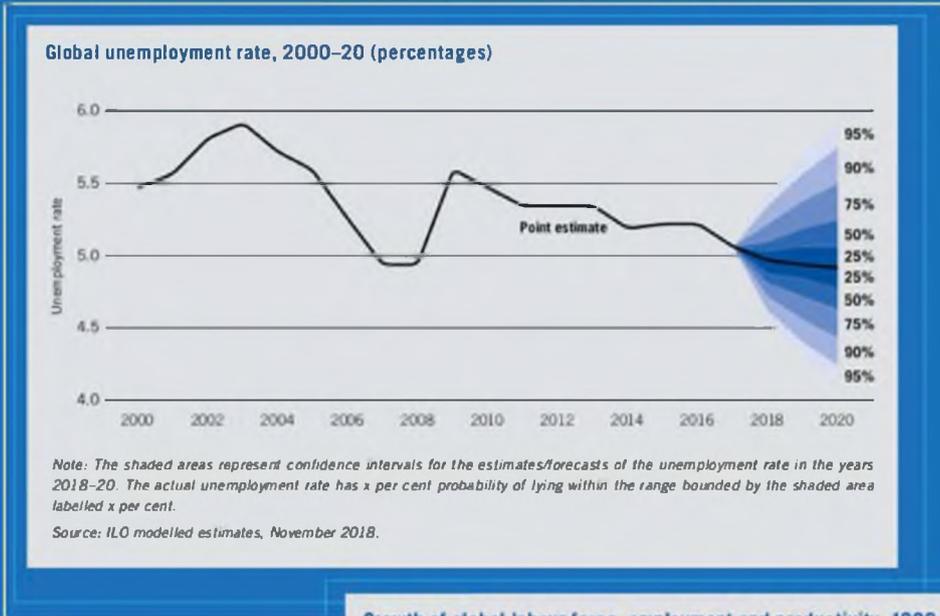
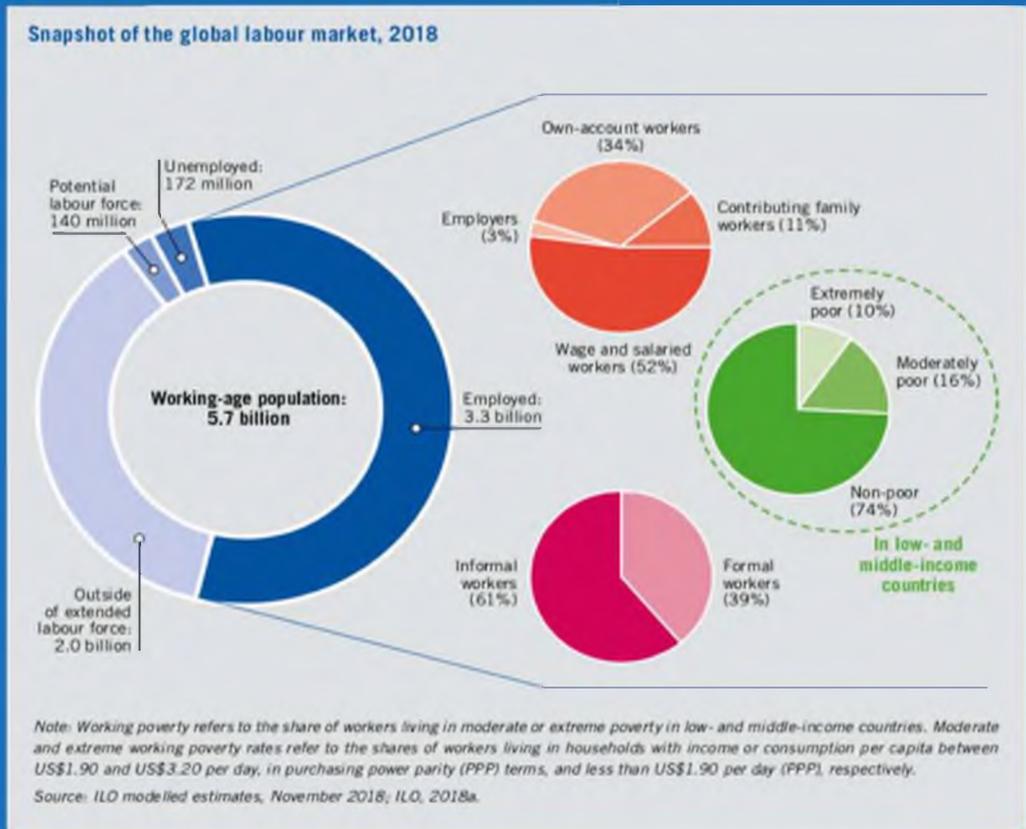


Figura 3.5 - Redução do desemprego pós-crise, produtividade global e empregabilidade de baixa qualidade

Fonte: ILO (2019)



(Pobreza, informalidade e desigualdade), 3 (Mudança climática e resiliência urbana) e 4 (Cidades sustentáveis e inclusivas). Os indicadores do ODS 7 (Energia limpa e acessível) tidos como pertinentes, já foram apresentados na dimensão ambiental, assim como os do ODS 11 (Cidades sustentáveis e inclusivas) e aquilo que discutimos a respeito dos indicadores do ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura). Restam, portanto, aqueles vinculados ao desafio 1. Do ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), temos: taxa de crescimento anual do PIB per capita; taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada; taxa de emprego informal (em homens e mulheres); renda média do trabalho por hora (em homens e mulheres); taxa de desemprego (em homens, mulheres e jovens); porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham; taxa de trabalho infantil; porcentagem de ocupados cadastrados na previdência social; número de agências bancárias, caixas e agentes bancários por 100 mil habitantes; porcentagem de população adulta que conta com algum produto financeiro (índice de inclusão financeira). Do ODS 10 (Redução das desigualdades), temos: renda per capita dos lares; renda per capita dos lares 40% mais pobres; proporção de pessoas (e homens e mulheres) que vivem com renda menor que meio salário mínimo; renda total dos ocupados sobre o PIB.

Quanto ao IPC, o eixo Produtividade é o que responde pela dimensão econômica estrita neste índice. São oito indicadores distribuídos em três subdimensões. A subdimensão **Força econômica** contempla: produção urbana per capita; taxa de dependência da velhice (população em idade de se aposentar sobre população em idade economicamente ativa); média de renda dos lares. A subdimensão **Economia de aglomeração** comporta: densidade econômica (produção sobre área); especialização econômica (medida de vocação por contribuição de atividade econômica ou setor para a produtividade). Já na subdimensão **Emprego**, temos: taxa de desemprego; proporção de empregados sobre a população em idade economicamente ativa; número de trabalhadores informais sobre população ocupada.

De acordo com o que foi discutido no tópico **Gaiolão e gaiolinhas**, cabe perguntar o que no conjunto de indicadores aqui reunido põe, de fato, em questão a disjunção estrutural entre a saúde das economias do crescimento contínuo e os parâmetros de saúde para as pessoas e para a Natureza? No Guia GPS encontramos alguns acenos interessantes a uma revisão do consumismo, que contempla a inclusão de catadores nos sistemas municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, assim como um repertório de indicadores que expressam um sentido de responsabilização em relação à destinação adequada dos bens de consumo nas saídas dos sistemas urbanos. Há, portanto, indícios de intenção à transição para um metabolismo

circular, porém sem indicadores de redução do consumo nas entradas do sistema nem em termos de transição absoluta (nem relativa) da matriz energética para uma baseada em fontes renováveis. Já nos outros dois sistemas de indicadores, há vácuo completo de relação do processo econômico produtivo com questões ambientais e sociais.

Retomando o diagrama do olho de búfalo, a dimensão econômica é também uma dimensão social e ambiental (uma subdimensão das outras duas, na verdade). Como pode, então, o rol de indicadores econômicos expressar uma falta de cuidado tão evidente com o que se processa com as pessoas entendidas como mão de obra (ou recursos humanos) e com a Natureza reduzida a estoques de recursos materiais e energéticos? Afora os esforços de monitoramento e combate ao trabalho infantil, uma provável preocupação com a garantia das aposentadorias para a população idosa e com o grau de capacitação e formação dos trabalhadores, todos os demais indicadores assumem o pressuposto da decência (ou da qualidade) no trabalho e na produção desde que controlemos os índices de desemprego, de que haja acesso a produtos financeiros e mantenhamos as taxas de crescimento. Isto não só não basta, como a insistência da aposta neste modelo de prosperidade tem elevado os riscos e as vulnerabilidades nos sistemas socioambientais urbanos. Afinal quais são os empregos e as atividades econômicas dignas? Que categorias de ocupações e processos produtivos entregam satisfação e propósito pelo tempo ali despendido? Por que as estimativas de tempo livre sequer aparecem no conjunto das medidas e das metas econômicas? Da mesma forma, o que explica a ausência de critérios de avaliação dos comportamentos (predatórios ou salutares) do setor financeiro junto à sociedade e aos governos e sobre a natureza (criativa ou deletéria) das atividades, projetos, setores e empreendimentos prioritários ao investimento e ao financiamento? Não há aqui nenhum indicador de florescimento humano. Parece que a economia não tem a ver com isso. Todas essas ausências são, portanto, sugestivas de que os três sistemas analisados sustentam e reforçam uma lógica de prosperidade urbana economicamente indigna dos trabalhadores e dos sistemas naturais que a suportam. Infelizmente, são precárias ainda as experiências e os modelos macroeconômicos capazes de apontar caminhos consistentes de superação dessa lógica degradante. No entanto, com base nos princípios que orientam o debate sobre prosperidade sem crescimento e sobre **Bem Viver**, sugerimos como marcos de dignidade para a dimensão econômica a reinserção do propósito nas ocupações (com foco na economia afetiva, centrada na partilha do trabalho, nas capacitações para o florescimento humano coletivo e na revalorização do tempo livre) combinada ao fechamento da atividade econômica urbana no padrão de metabolismo próprio das economias circulares.



Quadro 4 · Marco de dignidade proposto para a dimensão de Economia. (Fonte: autor)

## 4. CONCLUSÕES

O progresso técnico-científico decorrente do empreendimento epistemológico que, em nossa história ocidental comum, iniciou com a distinção na Antiguidade entre conhecer, opinar e ignorar, como etapas de um exercício crítico-reflexivo, nos conduziu, de fato, a muitos avanços. É curioso e assustador considerar tudo o que resultou possível sob a aposta, o investimento e a valorização do conhecimento útil enquanto catalisador do desenvolvimento técnico que, dentre outros feitos, instrumentalizou-nos para o domínio da Natureza e também de nossa natureza humana (dominação social).

A recuperação histórica deste caminho e de suas narrativas condensadas, didaticamente apreendidos como ocorrências sucessivas lineares pela projeção que fazemos de nossa experiência humana com o tempo comporta uma dificuldade cognitiva de admissão das contradições. Assim, retrocessos e inércias, perdas e indiferenças, riscos e crises emergidos no curso dos avanços e de nossas conquistas comuns passam às leituras binárias como ruídos ou externalidades de uma macronarrativa virtuosa.

O percurso traçado por este esforço de pesquisa explicitou problemas derivados do progresso e do progresso urbano que, ora intuídos, puderam desenvolver-se e ganhar contornos teóricos e práticos capazes de influenciar os sentidos e a direção da prosperidade em questão. Muitos futuros se fecharam pelas opções que fizemos ou que fizeram por nós no passado. Além do justo descarte das rotas desalentadoras, quantas outras seriam verdadeiramente desejáveis? A fim de produzir uma nova perspectiva de escolha coletiva, tivemos de compor o quadro-geral de crises, indicativo da Cultura do Deszelo, por meio de seus rebatimentos nas dimensões política, social, ambiental e econômica. Atribuímos ao desenvolvimento e ao desenvolvimento urbano baseados no crescimento contínuo a causa da degradação sistêmica observada, o que torna a sua superação pré-condição de destrave da criatividade necessária para desenvolvermos as capacidades para nosso próprio florescimento coletivo.

Assim, propusemos **marcos de dignidade** para as quatro dimensões referidas e a partir dos quadros-gerais em cotejamento com o repertório de indicadores que compõem os sistemas analisados. Em cada dimensão, discutimos **aspectos prescindíveis** com vistas à revelação por contraste dos **elementos imprescindíveis** conforme o sistema de valor pautado pelo **Bem Viver** e seus horizontes utópicos. Foi, de fato, revelador constatar como dentro da complexidade de cada sistema de indicadores de sustentabilidade e de prosperidade urbanas os propósitos de saúde social e ambiental se erodem em meio às medidas de monitoramento dos sinais de degradação.

O esforço propositivo de sugestão dos **dignisigns**, dos **sinais de boa vida urbana**, portanto, prestam-se a refundar a dignidade daquilo que nunca deveria ter entrado em negociação. Por mais degradado que esteja o comum presente, é preciso habitá-lo, como ocupação afetiva e sensível ante a objetivação do mundo que a primazia da técnica nos relegou, sequestrando os acessos aos desejáveis futuros.

"E, NO ENTANTO, É PRECISO CANTAR  
MAIS QUE NUNCA É PRECISO CANTAR  
É PRECISO CANTAR E ALEGRAR A CIDADE"  
Vinicius de Moraes e Carlos Lyra.  
MARCHA DE QUARTA-FEIRA DE CINZAS

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Pós-extratativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade, processos e reloções, in: FERREIRA, Helene Sivini; LEITE, José Rubens Morato; e BORATTI, Larissa Verri (orgs.), Estado de direito ambiental: tendências. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 95-103 [2.º ed.], 2010.
- BARRIENTOS, Armando. The informational basis of emerging social assistance in low and middle-income countries. GDI Working Paper 2018-023. Manchester: The University of Manchester, 2018.
- BAVA, Silvio Coccia. Thomas Piketty e o segredo dos ricos. São Paulo: Veneta, 2014.
- BLAIR, Harry. Participation and accountability at the periphery: democratic local governance in six countries. *World development*, v. 28, n. 1, p. 21-39, 2000.
- BOWMAN, Ann O.'M.; PAGANO, Michael A. Terra incognita: Vacant land and urban strategies. Georgetown University Press, 2010.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem et al. Nosso futuro comum: relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- CASTILHO, Carlos. Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, ed. v. 921, p. 28, 2016.
- CALGARO, Fernanda. Maia diz que governo ainda não começou e que Bolsonaro está 'brincando de presidir'. G1 — Brasília. 27/03/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/maia-diz-que-governo-aindo-nao-comecou-e-que-bolsonaro-esta-brincando-de-presidir.ghtml>
- CÓMO VAMOS (Fundación Corona, Red de Ciudades Cómo Vamos y PNUD Colombia). Estudio de Línea Base em las ciudades colombianas. Documento línea de base objetivos de desarrollo sostenible - ODS - Bogotá, Barranquillo, Bucaramanga Metropolitana, Cartagena, Cali, Cúcuta, Ibagué, Manizales, Medellín, Pereira y Yumbo. 2016.
- CUSTÓDIO, Vanderli. Escassez de água e inundações na Região Metropolitana de São Paulo. 2012.

- DE WAAL, Frans. *A era da empatia: lições da natureza para uma sociedade mais gentil*. Companhia das Letras, 2010.
- DIAMOND, Jared M. *Colapso - como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Editora Record, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo Livros, 2013.
- FERREIRA, Leila da Costa. *Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas*. Ambiente & Sociedade, 2000.
- FIELL, Charlotte; FIELL, Peter. *The Story of Design*. Goodman Fiell, 2013.
- FIORAMONTI, Lorenzo. *The world after GDP: Politics, business and society in the post growth era*. John Wiley & Sons, 2017.
- FREEDOM HOUSE. *Freedom in the world: Democracy in retreat*, 2019.
- GORSKI, Maria Cecília Barbieri. *Rios e cidades: ruptura e reconciliação*. Senac, 2010.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2013.
- INTERNATIONAL Labour Office (ILO). *World Employment and Social Outlook: Trends 2019* (Geneva). 2019.
- IPCC, 2018: *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty* [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skee, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, and T. Waterfield (eds.)]. In Press.
- KANT, Immanuel. *Foundations of the metaphysics of morals* (trans: Beck, LW). Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill. (Original work published 1785), 1959.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. tradução Sérgio Martins. Editora UFMG, Belo, 1999.
- MACEDO, Ana, Fernandes, Daniel, Teles, Filipe, Mota, Luis F., Da Cruz, Nuno F. and Moreno Pires, Sara (2018) *Qualidade da governação local em Portugal*. Tavares, Antonio F. and de Sousa, Luis (eds.). Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisbon, Portugal. ISBN 9789898943194.
- MARENGO, J. A. et al. *Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas*. PBMC, COPPE-UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 2017.
- OEHR Office of Equity and Human Rights, City of Portland. *Racial Equity Plan Manual*. Portland, Oregon: January, 2016.
- PEREIRA, Lucas Brasil. *Modernidade, mixofobia e a configuração do espaço público: questões sobre civilidade em Águas Claras, Brasília-DF*. 2016.
- PESCILEVI, Gabriela. *Libros que muerden: literatura infantil y juvenil censurada durante la última dictadura cívico-militar*. Ediciones Biblioteca Nacional, 2014.
- PESSOA, Pablo. REGO, Gabriel., FRAGA, Raiza, FERREIRA, Tainá. *The contribution of risk relations to urban planning practices: rethinking floods and other natural disasters of anthropic synergy*. Cities we have vs. cities we need - 52nd ISOCARP Congress Final Brochure. 2016.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época*. Elsevier Brasil, 2012.
- RAPHAELY, Talia Diane. *The power of us: counteracting decreasing sustainability*. 2012. Tese de Doutorado. Curtin University.
- ROVELLI, Carlo. *A ordem do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- SCHOR, Juliet B. *Plenitude: The new economics of true wealth*. New York: Penguin Press, 2010.
- SMITH, Denis. *Beyond contingency planning: Towards a model of crisis management*. *Industrial Crisis Quarterly*, v. 4, n. 4, p. 263-275, 1990.
- SOUZA, Pedro HG. *Riqueza: a dimensão ausente nos estudos sobre desigualdades*. In: CATTANI, Antonio D. (org.). *Riqueza e desigualdade na América Latina*, Porto Alegre: Zouk, 2010.
- SZÉKELY, Miguel. *Cambios en la Institucionalidad de la Política de Protección Social en América Latina y el Caribe: avances y nuevos desafíos*. Inter-American Development Bank, 2015.
- VAROUFAKIS, Yanis. *O Minotauro global: A verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia*. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.
- VELÁSQUEZ, Beatriz Alejandra. *¿Qué papel juega la definición de la eudaimonía en la concepción del bien humano de Aristóteles?*. *Saga: Revista de Estudiantes de Filosofía*, v. 10, n. 19, 2009.
- VICTOR, Peter A. *Managing without growth: slower by design, not disaster*. Edward Elgar Publishing, 2008.
- WILHITE, Donald A. et al. *Planning for Drought: Moving From Crisis to Risk Management 1*. *JAWRA Journal of the American Water Resources Association*, v. 36, n. 4, p. 697-710, 2000.



## CONCLUSÃO

O principal resultado desta Tese é a sua reflexão. Apesar do formato norte-americano, que sugere concessões a um produtivismo acadêmico, trata-se de um estudo de doutoramento grande parte à moda antiga: fruto de leituras, observação do mundo e imaginação reflexiva. A leitora e o leitor atentos perceberão um apelo, a todo momento presente, pela prática de uma racionalidade paradoxal, que também pela forma pretende veicular conteúdos concebidos sob e contra a égide fustigante do “publique ou pereça”. Conteúdos imbuídos por um esforço de sobriedade panorâmica diante de um estado elevado de fragmentação dos saberes, da história e da cultura humana e dos esfacelamentos consequentes do humano e dos humanismos possíveis nesses tempos. Não me confundo com uma máquina nem sofro procurando matematizar meu pensamento a fim de facilitar sua validação. Porém, se tenho a chance de comunicar ideias acabadas em estruturas textuais concisas, se posso traduzi-las para línguas que ampliem seu alcance e se essas são as contrapartidas cobradas pelas comunidades científicas para que nós, como as ideias, circulemos, nos confrontemos com as diversas culturas e subjetividades, por que não? Sim, todos os artigos (capítulos) apresentados podem ser melhorados, incrementados com mais dados, referências e argumentos mais consistentes. Cada resultado comunicado ao final dos três capítulos se sabe preliminar, prospectivo, porque me entendo envolvido em uma empreitada comunitária. São, até aqui, sete anos de dedicação sistemática ao estudo da sustentabilidade urbana no contexto das cidades do Sul. É, portanto, fundamental que nossas reflexões sejam cotejadas e postas a prova em espaços colaborativos, humanizados, de troca de visões.

Nossa primeira contribuição decorre de um deslocamento simples, porém profícuo: cidades não sabem não crescer. Esta é uma pergunta em formato de hipótese, que poderia ter sido formulada, por exemplo, como: cidades sempre crescem ou cidades não sabem conter-se. Mas, ao manter os dois “nãos”, foi possível tanto explorar o caráter dogmático do crescimento que sombreia e inibe tudo o que não o é e também o vácuo de conhecimento sistemático disponível para que os municípios e os cidadãos, caso desejassem, pudessem acessar e valer-se. De fato, até aqui, não há. O não crescimento urbano é relatado na literatura como decadência e declínio e a discussão dos casos reunidos sugere que o bloqueio à produção desses conhecimentos e caminhos tem origem no bloqueio do exercício democrático nas gestões urbanas, cujas agendas de progresso raramente abrem espaço para considerações de “nãos”. Daí, novamente, a importância da construção frasal.

O primeiro capítulo funciona no corpo da Tese como porta de entrada a uma ponderação crítica sobre desenvolvimento urbano (DU). Consideramos tê-la realizado no segundo capítulo, em que oferecemos uma contribuição reflexiva sobre a independência desta noção em relação a seus supostos beneficiários. Os meios não justificam os fins. DU é meio para alcançarmos o quê em nossas cidades? Que fins? Desenvolvimento em si não denota um processo deletério, pelo contrário. Ao cotejarmos a noção de DU com a essência de seus pares, que conformam um mesmo padrão fenomênico, identificamos as contradições historicamente incorporadas ao desenvolvimentismo aplicado às cidades, sobretudo àquelas dos países do Sul. Aqui, as faltas serão sempre proeminentes porquanto tentemos nos tornar outros lugares ou não nos permitamos perguntar às pessoas e à natureza por elas representada, que cidades queremos criar e o que estamos dispostos a entregar em sua gestação diária. O escrutínio crítico da Nova Agenda Urbana aponta também a pre-

sença de um desenvolvimentismo deletério, que enxerta consensos e diretrizes gerais para as cidades do mundo, preterindo as cidades do Sul e suas alternativas de florescimento próprias, notadamente o caminho para o Bem Viver urbano.

Nosso capítulo final apoia-se no ferramental analítico crítico elaborado nos capítulos anteriores a fim de iluminar rumos e saídas a uma sociedade de crise sob um quadro-geral de degradação sistêmica. Como as cidades e suas escalas localizadas de influência e ação poderiam dar conta de algo que se processa complexa e globalmente? Se assumimos esta crise civilizatória como um problema de expressão também local e regional, entendemos que os sentidos de prosperidade e de futuro pactuados nas cidades devem procurar compreender sua escala de inserção e conectar-se a fim responder ou produzir adaptações necessárias. Apontamos a aposta no motor do crescimento contínuo como problema central desta crise e propusemos a noção de Bem Viver urbano como balizadora de um sentido de florescimento para os cidadãos e suas cidades em respeito à Natureza e às pessoas. À luz desta proposição, discutimos três sistemas de indicadores de prosperidade urbana, cuja análise derivou uma síntese em quatro dimensões pensadas à recuperação de nossas dignidades coletivas, localizadas nos espaços e no tempo em termos políticos, ambientais, sociais e econômicos. A contribuição deste capítulo, portanto, oferece um aprofundamento prático daquilo que já havia sido apontado como saber empírico em relação à história de uso e ocupação geral das cidades; como ideia força presente nas diretrizes consensuais da Nova Agenda Urbana; e, aqui, como réguas e medidas de gestão projetadas para influenciar a tomada de decisão e de rumos das cidades. Eis uma síntese dos alcances e dos limites desta Tese, que, quero crer, tanto para mim quanto para a comunidade acadêmica que a acolhe agora, demarca o início dos trabalhos que darão conta da diversidade redignificante dos bem viveres e suas expressões urbanas.



## NOTA DE OCLUSÃO-ECLOSÃO

“O FUTURO SÃO OS ADULTOS, CATARINA.  
SE TE PASSAREM, AGRADEÇA E DEVOLVA A BOLA.”  
Verso do poema À SUA MANEIRA que escrevi em junho de  
2015, quando nasceu a Cocá, minha primeira sobrinha.

“A potência da primeira geração sem esperança” foi o título do artigo<sup>2</sup> de Eliane Brum publicado no dia 6 de junho deste ano, 2019, em sua coluna no El País. No texto, a colunista lança um olhar de estranhamento sobre o apego que os adultos ocidentais exalamos em relação a esse sentimento contraditório. A esse apego ela contrapõe a insurgência das greves estudantis pelo clima: um movimento de alcance global, iniciado em frente ao parlamento da cidade de Estocolmo pela adolescente sueca, de 15 anos à época, Greta Thunberg.

A repórter traça, então, uma hipótese de que, com esta nova geração, possivelmente tenha surgido em nossa espécie uma adaptação à emergência climática. Uma forma de pensamento adaptada a um planeta “em-colapso” (em processo de degradação sistêmica). Esta

---

<sup>2</sup> BRUM, Eliane. A potência da primeira geração sem esperança. El País. 6 junho de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/05/politico/1559743351\\_956676.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/05/politico/1559743351_956676.html)

reflexão encontra com muitos pontos da construção argumentativa empreendida nesta tese: a crise da modernidade, a vitória momentânea das democraturas, a pasteurização dos sonhos no mundo ocidentalizado e a clausura dos futuros sob a égide do progressismo, da crença no crescimento econômico contínuo e do conforto da gaiola do consumismo.

Dos assuntos mobilizados por Brum, gostaria de pinçar sua ênfase à aproximação entre as posturas de vida assumidas pelos secundaristas europeus e suas visões com as perspectivas indígenas de Abya Yala de resistência e ação diante de uma dada existência em ruínas. A emergência desta adaptação a que a escritora se refere teria uma base subjetiva e suas evidências são apontadas na ação, no discurso e na linguagem. Segundo a repórter, a mudança de postura no tratamento jornalístico das Mudanças Climáticas pelo jornal The Guardian (de “mudança” para “emergência”, “crise” ou “colapso climático”) seria indicativa de que, após décadas de alertas vindos de ativistas e cientistas sobre riscos, impactos e urgências na mudança de condutas, o cenário catastrófico começa agora a ser internalizado pelos veículos construtores das percepções de realidade de massa.

Eliane Brum argumenta, então, em favor da **prescindibilidade da esperança**, porque entende que esse sentimento aponta um vínculo íntimo e problemático com a inércia. E, nesse sentido, destaca a fala de Greta:

“Nossa casa está em **chamas**. Eu não quero a sua esperança, não quero que vocês sejam esperançosos. Eu quero que vocês entrem em pânico, quero que vocês sintam o medo que eu sinto todos os dias. Eu quero que vocês ojam, que ojam como se a casa estivesse em chamas, porque ela está”.

Agir como se a casa estivesse em chamas. Acompanhando esta tensão entre conjectura e factualidade, no livro-correspondência<sup>3</sup> dos poetas Ana Martins Marques e Eduardo Jorge “Como se fosse uma casa”, o fogo também aparece:

“Numa entrevista Anne Carson diz que se a prosa é uma casa a poesia é um homem em chamas correndo rapidamente através dela numa entrevista, quando lhe perguntaram o que salvaria se sua casa pegasse fogo Jean Cocteau respondeu que salvaria o fogo

Um caramujo como uma caixa de fósforos que levasse nas costas o incêndio da casa”

no protocolo de incêndio do condomínio do edifício JK está escrito não fique parado na janela sem nenhuma defesa o fogo procura espaço para queimar e irá buscá-lo se você não estiver protegido e também: mantenha-se vestido e molhe suas roupas e também: feche todas as portas atrás de você e ainda: rasteje para a saída, pois o ar é mais puro junto ao chão e ainda: uma vez que tenha conseguido escapar, não retorne

<sup>3</sup> MARQUES, Ana Martins; JORGE, Eduardo. Como se fosse a casa (uma correspondência). Relicário Edições. 2017.



No fogo cabe a forja e a ruína, as pulsões de vida e de morte, o desejo, que acende, anima e depois se extingue, trazendo a paz e a fertilidade das cinzas, do pó e da poeira, que se espera que assente. O contato com as chamas realiza a transformação da matéria e da materialidade pela exposição ao calor, e cujos sentidos dificilmente plasmam com a ideia de inércia. Os fogos em combustão dançam e fazem dançar. Nos versos citados, eles iniciam como um ter que mover-se, um agir imperativo, um fugir ou um levá-lo consigo. E terminam como impossibilidade ao caramujo (símbolo dos movimentos em defesa da lentidão), que levará esta casa em chamas por onde for. Na fala de Greta, a casa em chamas é também pânico e ação forçosa, mas ela não abandona a casa. Nem ignora o fogo.

Parecem metáforas o fogo, as chamas, a casa. No momento em que redijo esta nota (29/08/19), o Brasil torna a virar assunto (e problema) internacional por ocasião das queimadas na Floresta Amazônica. Sem reduzir sua importância, mas menos pelo fato e mais pelo (des)trato que o Governo Federal têm despendido ao tema, às populações diretamente e indiretamente afetadas e à Natureza desubstantivada, subtraída e subjugada no discurso e na ação políticas<sup>4,5</sup>.

O que está parecendo se constituir como uma crise de maiores proporções (dada a articulação de um bloqueio de relações com o Brasil puxada pelo governo francês com o G7<sup>6</sup>, a cobertura da mídia nacional e internacional e a leva de suspensões de contratos de comercialização de produtos brasileiros<sup>7</sup>) teve início efetivo com a eleição do atual presidente, com seus acenos e ações em detrimento da fiscalização ao combate ao desmatamento ilegal e a condução de uma franca política anti-indigenista<sup>8</sup>.

Essas ações ganharam relevo com a publicização dos dados sobre desmatamento divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), que apontavam um aumento de **50%** do desmatamento na Amazônia em 2019, e que, por represália, resultou na exoneração do então presidente do Instituto, Ricardo Galvão. O desmatamento é um problema brasileiro que se estende a todos os biomas e remonta também à cultura que aqui aportou com a colonização. A respeito desta crise específica, com o **maior aumento** registrado de focos de queimadas desde 2010 e com **65%** das detecções nacionais concentradas na Região Amazônica, esta intensificação indica um nível grave de descontrole sobre o desmatamento na Amazônia Legal que em junho deste ano foi de **920,4 km<sup>2</sup>** e em julho, de **2254 km<sup>2</sup>** (o equivalente em área desmatada a cerca de **três e sete vezes**, respectivamente, a extensão da cidade de Fortaleza).

<sup>4</sup> MORENO, Ana Carolina. Desmatamento na Amazônia em junho é 88% maior do que no mesmo período em 2018. G1. 3 de julho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/07/03/desmatamento-na-amazonia-em-junho-e-88percent-maior-do-que-no-mesmo-periodo-de-2018.ghtml>

<sup>5</sup> WATANABE, Phillippe. Bolsonaro recua de fusão de Ambiente e Agricultura e diz não querer xiita ambiental. Folha de S.Paulo. 1 novembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/11/bolsonaro-recua-em-fusao-de-meio-ambiente-e-agricultura-e-diz-nao-querer-xiita-ambiental.shtml>

<sup>6</sup> BASSETS, Marcin. Incêndios no Brasil tensionam a reunião do G7. El País. 25 de agosto de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/24/internacional/1566670668\\_870868.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/24/internacional/1566670668_870868.html)

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Luciana de.; TOOGE, Rikardy. Dona de Timberland e Vans diz que não vai comprar couro do Brasil até confirmar que não prejudica o meio ambiente. G1. 29 de agosto de 2019. <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/08/29/dona-de-timberland-e-vans-diz-que-nao-vai-comprar-couro-do-brasil-ate-confirmar-que-nao-prejudica-o-meio-ambiente.ghtml>

<sup>8</sup> ISA. Instituto Socioambiental. Assessor da bancada ruralista é nomeado presidente da Funai. 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/assessor-da-bancada-ruralista-e-nomeado-presidente-da-funai>

Como esta situação relaciona-se ao debate e às reflexões sobre o urbano que estamos fazendo? Considerando que um de nossos principais esforços foi por estabelecer uma conexão entre os indicadores de uma degradação sistêmica global em curso e as realidades locais, vale situar pelo menos dois agravantes antes de transitar de escala: (1) o aquecimento global (de 1,5°C já alcançado nos continentes e de cerca de 1°C nos oceanos), que está provocando um acelerado degelo nos Andes e desviando as massas de umidade oceânica para outros caminhos distantes da Amazônia; (2) o desmonte da política ambiental e dos órgãos de controle e fiscalização de atos ilegais (grilogem de terras pública, derrubadas, queimadas e exploração madeireira e mineral) que tem operado como estímulos a esses tipos de ação.



Dia do fogo em Novo Progresso, no Pará, como chamariz de apoio ao progressismo?

Nesse sentido, é muito reveladora a fala categórica<sup>10</sup> de Alberto Setzer, coordenador do Programa Queimadas do INPE, quando afirma não haver mais dificuldade técnica quanto à informação: “sabemos exatamente onde está sendo desmatado, a área, quando e por quem.” Quando o presidente e o Ministro do Meio Ambiente põem em descrença o trabalho do INPE e dos órgãos ambientais, exoneram seus diretores e operam um sucateamento deliberado da fonte de informação, isto me soa muito como um subproduto da atestada solvência técnica do problema. Explico: no limite considerado ideal de controle do desmatamento e das queimadas, em uma gestão muito mais zelosa da democracia e da autonomia dos institutos de pesquisa (como a redução em 80% do desmatamento que ocorreu entre 2004 e 2012<sup>11</sup>), esta estrutura de monitoramento serve muito mais à administração do universo de conflitos por recursos (incluindo o Estado como agente especulativo) que propriamente a objetivos de proteção da Natureza e dos povos da floresta. Dizendo de outra forma: conseguimos, quando muito, administrar uma proteção e um uso parcimonioso dos recursos, que não se confunde com a **saúde do conjunto daquelas biorregiões** ou de uma gestão de respeito à Pachamama, que, recordando, é condição da Mãe Terra em equilíbrio.

<sup>9</sup> MAISONNAVE, Fernando. Em 'dia do fogo', o sul do PA registra disparo no número de queimadas. Folha de S.Paulo. 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/em-dia-do-fogo-sul-do-pa-registra-disparo-no-numero-de-queimadas.shtml>

<sup>10</sup> GIZ Brasil. Rios Voadores na Amazônia - sem floresta não tem água. Disponível em: <https://youtu.be/0Mwo5PVB0ro>

<sup>11</sup> INPE. PRODES Amazônia. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

Afinal, estas situações são agravos, acirramentos. “Amazônia em Chamas” (*The Burning Season*) já graçava como nome do filme hollywoodiano de 1994, com Raul Julia e Sonia Braga, que narra ao mundo ocidental do Norte a história de luta e de “**reexistência**”<sup>12</sup> de Chico Mendes. O **MapBiomás**, projeto articulado pelo **Observatório do Clima**, divulgou há pouco<sup>13</sup> dados sobre desmatamento no Brasil relativos aos últimos 34 anos, portanto, desde a redemocratização. Foram **89 milhões de hectares** de vegetação nativa perdida, sendo 7 relativos a vegetação não-florestal (campos naturais e mangues) e o restante, 82, de florestas, com 47 milhões, mais da metade, localizados na Amazônia.

Este viver de apagar incêndios, mesmo em cenários estáveis, é para mim uma gestão do **Mal Viver**. Não pode ser digno para ninguém. Não porque uma redução de 80% do desmatamento não seja significativa, mas porque esse indicador percentual/relativo já referiria a um vácuo de saúde ou das capacidades de suporte dos ecossistemas *per se*. Diante do cenário atual de incertezas, então, isto torna-se ainda mais inadmissível enquanto baliza e controle sobre a qualidade da governança ambiental. Portanto, assim como os estudantes grevistas climáticos, não nutro esperanças nisso e não acolho o conjunto da ópera como a solução possível. Simplesmente **porque ela não serve**.

No dia 24 de maio, ocorreu a segunda greve estudantil global pelo clima e, em São Paulo, os estudantes ativistas foram recebidos pelo assessor de mudanças climáticas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, Oswaldo Lucon. O grupo de estudantes cobrou respostas imediatas do assessor, para as quais ele respondeu que soluções não eram simples e recomendou que os estudantes elaborassem um documento que pudesse ser levado às autoridades. Também sugeriu que buscassem **na futura** ocupar cargos públicos ou em empresas para que, então, pudessem eles mesmos tomar as decisões necessárias. Lucon esboçou, por fim, suas ressalvas quanto à reprodução de mensagens e discursos de desesperança, desacreditando este caminho<sup>14</sup>.

que futuro?

Suponho que o assessor, que é também membro do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) estivesse naquele momento informado quanto à urgência ditada pela janela de transição (referida nos relatórios do IPCC) para que mantenhamos o grau de aquecimento global abaixo de 1,5°C. A estimativa que iniciou com uma janela de **12 anos** (contando do ano passado) na realidade aponta um prazo muito mais breve, de 16 meses (contados considerando setembro). Hans Joachim Schellnhuber, fundador e atual diretor emérito do **Instituto do Clima de Potsdam** explica que, embora o mundo não possa ser curado nos próximos anos, pode ainda ser fatalmente violentado por negligência até 2020. Este horizonte, é portanto o prazo para que apresentemos planos consistentes para o corte de 45% das emissões de dióxido de carbono.

<sup>12</sup> Termo proposto pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro para referir às lutas pelo direito de existir, sujeitos que nesta tese agrupamos sob a ideia de “refugiados da existência”.

<sup>13</sup> OC. Observatório do Clima. Brasil perdeu 2,5 Alemanhas em florestas em 34 anos. 29 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/brasil-perdeu-25-alemanhas-em-florestas-em-34-anos/>

<sup>14</sup> WATANABE, Phillipe. Protesto pelo clima em SP pede ações imediatas e tem encontro com autoridade. Folha de S.Paulo. 24 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/05/protesto-pelo-clima-em-sp-pede-acoes-imediatas-e-tem-encontro-com-autoridade.shtml>

Para a realidade brasileira, tendo em vista mais três anos de negacionismo climático do governo Bolsonaro e de desmonte sistemático da política ambiental; ou mesmo considerando posturas políticas menos caricatas e capazes de ingressar no campo de debates sobre sustentabilidade (como o referido gesto de acolhimento das demandas dos estudantes por Lucon, porém enquadrando sua urgência na temporalidade do *business as usual*) torna-se bastante difícil dar um voto de confiança aos adultos de agora. Como Brum ressalta, estão (estamos) pré-condicionados à alternância entre a paralisia e o automatismo.

Por essa razão, também os atores do campo científico sensibilizados com a urgência da proteção aos sistemas de suporte à vida, parece-me, devem operar uma mudança de postura. Porque é deprimente que nossa potência criativa e geradora de saberes e técnicas formidáveis seja purificada de éticas e estéticas igualmente formidáveis e resultem canalizadas quase que inteiramente para ações mitigatórias e compensatórias do conjunto de nossos ímpetos predatórios-depredatórios.

Para exemplificar a costura transescalar desse pensamento, pinçamos a fala da Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo de Fortaleza, Águeda Muniz em entrevista sobre o Riacho Pajeú (rio determinante para a história de formação da cidade, fruto de uma modelagem geomorfológica que remonta a 7 mil anos e hoje encontra-se desfigurado, invisibilizado, com a maior parte de seu curso coberto, canalizado ou às costas das fachadas e aos fundos dos lotes, recebendo toda sorte de efluentes poluídos):

“O quê que hoje a prefeitura tem [feito] em relação ao Riacho Pajeú e ao seu Parque? Primeiro, toda a parte de fiscalização existe, principalmente na quadra invernososa, [em] que há a necessidade de fiscalizar bem mais a questão da qualidade do recurso hídrico, do corpo hídrico; a questão também da fiscalização em relação à ocupação dos espaços públicos do entorno do Riacho; e também, além de decretar como Parque e ele estar presente na política ambiental como parte da rede de sistemas naturais (...) em 2017-2018, nós elaboramos um estudo de operações urbanas consorciadas em Fortaleza. São arranjos público-privados (...) por meio da flexibilização de parâmetros urbanísticos (...) pra que esses parâmetros gerem metros quadrados vituais e o mercado imobiliário compre esses metros quadrados da Prefeitura.

A Prefeitura promove a **melhoria do ambiente de negócio imobiliário** nessa área do entorno do Pajeú. Com isso, o mercado imobiliário age e, como contrapartida dessa atuação, você transforma, melhora a requalificação do Riacho em si, você melhora a integração que ele tem com a sociedade, você melhora as questões urbanísticas do entorno do Riacho.”<sup>15</sup> [grifo nosso]

A secretária conhece bem a história de formação de Fortaleza e que sua origem colonial deve muito à existência do Riacho Pajeú (ponto de fixação do Forte de Shoonenborch)<sup>16</sup>. Na entrevista citada, Águeda lamenta o tratamento indigno que fomos dando a este curso d'água ao longo dos séculos, atribuindo a esse problema uma falta de visão ambiental (marcadamente nas reformas infraestruturais das décadas de 1940 a 1960) que, para ela viria a ganhar força somente no fim dos anos 1980, após a publicação do relatório Brundtland. Com isso, a secretária sugere que, caso dispuséssemos da visão (preocupação ambiental)

<sup>15</sup> Diário Repórter. Riacho Pajeú - Parte 3. Diário do Nordeste. 16 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ADCKKXHhUiU>

<sup>16</sup> MUNIZ, Maria águeda Pontes Caminha. O Plano Diretor como instrumento de gestão da cidade: o caso da cidade de Fortaleza/CE. 2006. 263 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12431>

e das técnicas e dos parâmetros mitigatórios atuais à época, a qualidade ambiental daquelas intervenções seria outra.

Quanto a isso, destacamos a demarcação discursiva da importância das visões e dos meios disponíveis para a qualidade da consecução dos objetivos urbanístico-ambientais. O que nos lembra de nossa contribuição no **Capítulo 1** quanto à indisponibilidade de meios para a condução no âmbito da gestão municipal de sentidos de prosperidade ou florescimento que independam do crescimento econômico contínuo. E, por outro lado, apesar de o discurso e as políticas bancadas pela SEUMA (Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Fortaleza) efetivamente transitarem no campo da sustentabilidade (ainda que, para nós, no espectro mantenedor do *status quo*), aqui apontamos o seu pareamento transescalar com o discurso do Ministro do Meio Ambiente, que pode até utilizar-se de significantes próprios deste campo (sustentabilidade), mas cujas visões e ações impedem o seu ingresso.



Defesa pelo atual Ministro do Meio Ambiente brasileiro de conservação ambiental via soluções capitalistas<sup>17</sup>

Portanto, é a fé (ou a simulação de fé) no dinamismo econômico e no ambiente de negócios como entidades capazes de garantir qualidade ambiental que aproxima e põe esses atores (ocupantes de cargos) pareados e orientados a um mesmo fim transescalar. Tanto a cidade da secretária quanto a Amazônia do ministro parecem dispor de uma abundância de ativos para que continuemos falando em desenvolvimento e em geração de capitais e rendas em cada localidade *ad infinitum*. Ambas sustentam-se em um progressismo sem lastro, sem a urgência do aquecimento global e das demais fronteiras planetárias ultrapassadas. A nós, nesta pesquisa e nesta **nota de oclusão-eclusão**, deixaremos como pista para pesquisas futuras que a potência utópica do **Bem Viver** e sua transmodernidade apontam para a substituição do progresso pelo transgresso, do progressismo pela transgressão. Porque tanto o *business as usual* quanto as posturas de sustentabilidade fraca, ambas trabalharão pela manutenção do *status quo* da casa em chamas. Na ironia aguda do poema-canção "Incêndio", de Belchior, que abre este trabalho: "os bombeiros todos ganham os trinta dinheiros pra aquecer o fogo, mas eu vejo a chama e tremo porque sou daqui."

<sup>17</sup> SCHREIBER, Mariana; FELLET, João. Amazônia precisa de 'soluções capitalistas', diz ministro do Meio Ambiente. Folha de S.Paulo. 15 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/amazonia-preciso-de-solucoes-capitalistas-diz-ministro-do-meio-ambiente.shtml>



Como toda oclusão ou desfecho apontam um princípio, guardo para estes parágrafos finais a eclosão de tudo o que vim gestando. Afinal, como saberei se vi, se acaso vir por aí, esse tal Bem Viver urbano? Tenho uma resposta prática e uma poética. A medida de ambas está na percepção e na prática do cuidado (zelo) e na recuperação, por indignação, das dignidades. Tanto o último relatório do IPCC<sup>18</sup> quanto o estudo<sup>19</sup> do **Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC)**, que trata de cidades costeiras, apontam como principal caminho a chamada **Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE)**, que sumariza uma revisão profunda do padrão antropocêntrico de concepção e intervenção sobre os espaços urbanos ou daquilo que se admitia como “ambiente construído”. Portanto, frente à magnitude das incertezas anunciadas pelo Antropoceno, recomenda-se, para ontem, um respeito radicalmente maior aos compartimentos geoambientais e às funcionalidades ecossistêmicas que sustentam a vida humana nas cidades. Há, portanto, que renaturalizar as cidades. Garantir que internamente possa novamente haver (sistemas naturais provedores de) água e ar puros e solos férteis.

Assim, **cidades do Bem Viver** o são porque respeitam suas pré-existências, seus indigenismos (que se opõem a alienigismos, às heteronomias, às ordens externas). Aqui não falamos em combate à seca, falamos em convivência com o semiárido e cuidamos de descontinuar as condutas que resultem em escassez produzida. Também não operamos mais com drenagem urbana, porque fazemos manejo de águas pluviais. Vai ser um tanto estranho (algo carente mesmo de sentido) falar em habitação sem cidade (quando o contexto não for casa de campo ou floresta). Também estranharemos a palavra “lixo”, quando só soubermos produzir e destinar compostáveis e recicláveis. Os estômagos (e os apetites de consumo) serão proporcionalmente menores. Homens terão ventre e haverão de exprimir fertilidades.

Nesses lugares, adultos não só brincam como ensinam às crianças e aos idosos privados da ludicidade a sua importância para a saúde. E decidir o que fazer com o tempo (livre) pode provavelmente ser um desses passatempos. Felizmente, não teremos empregos. Teremos entendido que sujeitos dignos se ocupam, que não são nem podem ser recursos. Haverá esta dificuldade para ver o que é vivo como coisa. Isto porque traremos este sentimento de nos entendermos irmãos, filhas(os) da mesma Mãe, esta senhora ora debilitada e agora por nós cuidada. E se tudo o que ainda vem dela nos é comum, precisaremos saber comunicar desejos, ouvir com empatia, mediar conflitos e decidir em conjunto.

Aqui circulam legítimos outros. As polícias e os cidadãos asseguram solidariamente a existência e a reprodução da vida e não dos bens. Os passeios e os modais acolhem essa diversidade. Cidades para neurodiversos e diferentes capacidades. As águas banháveis serão balneáveis e as matas trilháveis, percursos de afetos merecedores de visitas costumeiras. Tenho dúvidas quanto a jardins e a paisagismos pobres da vitalidade baldia, por-

<sup>18</sup> IPCC, 2018: Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, and T. Waterfield (eds.)]. In Press.

<sup>19</sup> MARENGO, J. A. et al. Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. PBMC, COPPE-UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 2017.

que penso as cidades de hoje, sobretudo em seus espaços de urbanização consolidada, como grandes áreas ambientalmente degradadas e, nesse sentido, os corredores de matas conectadas (planos de arborização e reversão de permeabilidade partindo da ampliação de áreas verdes), áreas de hortos e hortas agricultáveis pairam prioritários.

Um passo ou dois atrás (para recuo de ocupação) às faixas de praias, às margens de rios e lagoas e aos topos de morros, porque vulnerabilidades não sublimam com a política urbana do fato consumado, só se aprofundam. Se aprendermos os meios econômicos de florescimento sem crescimento, será muito mais simples manter equidade, equilibrar serviços, distribuir acessos. Tal desenvolvimento (em sentido real, de diferenciações emergindo de generalidades) pressupõe um anterior reenvolvimento dos sujeitos individualizados consigo, com os sentimentos de pertença social-comunitária e com o mundo (casa): as três harmonias fundamentais. Para que as condições de mal viver mantenham-se com a expressão diminuta que representam (racismos, fascismos, machismos, etc.) não descuidaremos mais de cultivar nossa historicidade, tampouco deixaremos esta tarefa apenas para os livros. Inclusive, podemos desde já imprimir e rebatizar por toda a urbanidade de Abya Yala seus nomes e apelidos alternativos que seriam dados a princípio caso o povo fosse consultado.

Misturei com futuros prováveis e impossibilidades boa parte do que já existe como expressão e experiências de disputa e reinvenção da condição urbana. Ao partir do respeito a pré-existências, entendo que já incorporamos muitos aprendizados nestes séculos de imersão na modernidade, ainda que o conjunto das irrupções articule-se de maneira muito dispersa e ainda, segundo nossa análise, sem condições de assumir e comunicar esta potência que valora outros sentidos do existir no urbano. Há, no entanto, um ponto de transgressão que ressoa como gargalo central a esta rede de desenlaces utópicos: a revisão da propriedade, em especial nos contextos brasileiros. Aqui o papel social da propriedade urbana já foi cobrado no Estatuto da Cidade (e também as interpretações mais amplas que apontam para o necessário cumprimento de sua função socioambiental).

Parece-me ao fim e ao cabo que o Bem Viver convive (numa relação intercultural de aprendizado transformativo e emancipação) com tudo, menos com a mesquinha (o futuro incomum). Este guardar pra si, autorizado pelo direito à propriedade (privada) urbana, é o que produz escassez e abundância descartável nesses territórios. A maior força no urbano, portanto, que nos separa as pré-existências palpáveis daquelas sonhadas chama-se propriedade (do solo e do direito de construir) e a versão urbana do motor do crescimento contínuo chama-se mercado especulativo imobiliário. Há que transgredí-los exercitando o desenho sereno de transição à sua prescindibilidade. Se não pudermos viver sem isso, que fique e deixemos que nos degrade. Mas caso possamos desastear essa bandeira, eis uma estratégica partida adaptativa no urbano à **boa vida e ao abandono do deszelo**.

## MEMORIAL DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA

## LISTA DE PUBLICAÇÕES / COMUNICAÇÕES

[ 2015 - 2019 ]

**Artigos completos publicados em periódicos**

1. PESSOA, P. P.; FRAGA, R. G. ; FERREIRA, T. L. . Cidades sustentáveis e os modelos de desenvolvimento urbano. REDE : REVISTA ELETRÔNICA DO PRODEMA, v. 11, p. 26-37, 2018.

**Livros publicados/organizados ou edições**

1. PESSOA, P. P.. Onde Caiba. 1. ed. Fortaleza: Substância, 2017.

**Trabalhos completos publicados em anais de congressos**

1. PESSOA, P. P.; RIBEIRO, R. J. C. . Os meios justificam os meios? O lugar das pessoas e da Natureza no Desenvolvimento Urbano. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - XVIII ENANUR - TEMPOS em/de TRANSFORMAÇÃO - UTOPIAS, 2019, Natal. Anais do XVIII ENANUR, 2019.

2. PESSOA, P. P.; RIBEIRO, R. J. C. . Cidades não sabem não crescer. In: PLURIS 2018 - 8º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - Cidades e Territórios - Desenvolvimento, atratividade e novos desafios, 2018, Coimbra. Atas do 8º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 2018.

3. PESSOA, P. P.; FRAGA, R. G. ; FERREIRA, T. L. . Cidades sustentáveis e os modelos de desenvolvimento urbano. In: XIX Encontro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa (REALP) - Desenvolvimento e sustentabilidade frente às mudanças climáticas globais, 2017, Fortaleza. Anais do XIX Encontro da REALP (no prelo), 2017.

4. PESSOA, P. P.; FRAGA, R. G. ; FERREIRA, T. L. . Sustainable cities and urban development models: Preparing communities' post-development debate. In: the Joint International Conference ISOCARP-OAPA on ?Smart Communities?, 2017, Portland. the Joint International Conference ISOCARP-OAPA on ?Smart Communities? - Conference brochure. Portland: ISOCARP, 2017. v. 2017. p. 38-39.

5. PESSOA, P. P.; REGO, G. S. M. M. ; FRAGA, R. G. ; FERREIRA, T. L. . The contribution of risk relations to urban planning practices: rethinking floods and other natural disasters of anthropic synergy. In: 52nd ISOCARP Congress - Cities we have Vs. Cities we need, 2016, Durban. Proceedings of the 52nd ISOCARP Congress. Netherlands: ISOCARP, 2016. p. 1158-1168.

6. PESSOA, P. P.; REGO, G. S. M. M. ; FRAGA, R. G. ; FERREIRA, T. L. . The contribution of risk relations to urban planning practices: rethinking floods and other natural disasters of anthropic synergy. In: 52nd ISOCARP Congress - Cities we have Vs. Cities we need, 2016, Durban. Final Congress Publication. The Hague: ISOCARP Publications, 2016. p. 333-340.

7. PESSOA, P. P.; RODRIGES-FILHO, S. . Boundaries of risk and respect: the harbinger of a brazilian urban system rupture. In: Ecocity World Summit 2015, 2015, Abu Dhabi. Conference Proceedings for the Ecocity World Summit 2015, 2015. p. 320-329.

**Artigos aceitos para publicação**

1. PESSOA, P. P.; RIBEIRO, R. J. C. . Cidades não sabem não crescer. REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS, 2019.

**Apresentações de Trabalho**

1. FURTADO, J. D. C. ; ROCHA JUNIOR, A. M. ; PESSOA, P. P. . O projeto arquitetônico como aliados à conservação da Caatinga no Ceará. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2. OGAWA, Y. P. ; PEQUENO, L. R. B. ; PESSOA, P. P. . Arquitetura participativa: o encontro entre saberes populares e técnicos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

3. PESSOA, P. P.. Saneamento Ambiental: Gestão da Qualidade Ambiental nos Espaços Urbanos. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**Outras produções bibliográficas**

1. PESSOA, P. P.. Refazendas institucionais: costuras para lidar com o temperamento da água. Brasília: Sustentabilidade em debate, 2015 (Resenha).

MEMORIAL DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA

2014



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

2015



ECOCITY SUMMIT ABU DHABI, EMIRADOS ARABES UNIDOS

2016



ISOCARP CONGRESS DURBAN, ÁFRICA DO SUL



23 ARTIGOS SELECIONADOS ISOCARP CONGRESS



1 ARTIGO BRASILEIRO



ARTIGO FINAL DRAFT ISOCARP CONGRESS



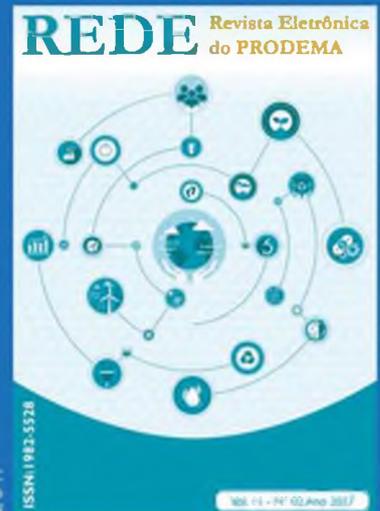
ISOCARP-UNESCO SPECIAL EVENT INVITATION

2017



ISOCARP CONGRESS PORTLAND, EUA

2017



ARTIGO REDE-PRODEMA XIX CONGRESSO REALP

MEMORIAL DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA

2018



ARTIGO PLURIS (CAPÍTULO 1)

2016



ARTIGO EM CO-AUTORIA MÜLLER COSTA ET AL. (Ap. ORAL)

2016



ARTIGO EM CO-AUTORIA SABINO ET AL. (POSTER)

12 ARTIGOS SELECIONADOS



REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS (RPER)



2019

ARTIGO ENANPUR (CAPÍTULO 2)

Esta colagem ilustra parte da minha atividade de produção e comunicação científica desde o ingresso, em março de 2015, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPGFAU-UnB). Logo no primeiro ano de curso, submeti um dos artigos de minha dissertação e recebi o aceite para sua inclusão nos anais da *Ecocity Summit* (conferência organizada pela ONG californiana *Ecocity Builders*). Na sequência, apresentei um artigo no congresso da Sociedade Internacional de Planejadores Urbanos e Regionais (ISOCARP), que foi selecionado junto a outros 22 artigos para a compilação do relatório síntese do encontro, sendo o única contribuição brasileira a compor o documento. Este reconhecimento me rendeu um convite no ano seguinte para coordenar um workshop em um evento especial, em parceria com a UNESCO, e que abriria as atividades do Congresso de 2017. Lá apresentei também um artigo no formato de pôster, que teria sua versão original comunicada no XIX Encontro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa (REALP). Este artigo foi um dos 10 selecionados para compor uma edição da Revista REDE (PRODEMA) com artigos do evento. Em 2018, submetemos o primeiro capítulo desta tese ao 8º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS) e lá também tivemos a felicidade de ter nosso contribuição premiada (entre 12 trabalhos), com o convite para publicá-la na Revista Portuguesa de Estudos Regionais (RPER). Por fim, em maio deste ano (2019) apresentamos o segundo capítulo da tese no XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR) e que já consta publicado nos anais do congresso.

MEMORIAL DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA (REGISTROS)

PREMIAÇÃO NO PLURIIS 2016 (FOTO E COMENTÁRIOS DE RAFAELA MÜLLER)



CERIMÔNIA / JANTAR - PLURIIS 2016



Pablo PESSOA, Chair, University of Brasilia, Brazil who delivered a speech on the matter in the Durban Congress

INVITED SPEAKERS to contribute in the Workshop:  
 Daniele VETTORATO, VP ISOCARP Institute, Italy  
 Martin DUBBELING, VP UPATs, ISOCARP President elect, the Netherlands

© ISOCARP Philippe Vallant  
 Pablo Pessoa (Brazil), Chair, explaining the matter for a non-governmental organization  
 Experts assistize him: Martin Dubbeling (Netherlands) and Daniele Vettorato (Italy)

WORKSHOP - ISOCARP-UNESCO SPECIAL EVENT



ISOCARP-UNESCO SPECIAL EVENT (COM DANIELE VETTORATO)



POSSE DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL DO COCÓ - REPRESENTANTE CRBIO-05

SESSÃO TEMÁTICA - ENANPUR 2019



MEMORIAL DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA (EVENTOS, DOCÊNCIA E DIVULGAÇÃO)



VIGÍLIA PELAS FLORESTAS  
BRASÍLIA, 2012



#OCUPEOCOCÔ -  
NEGOCIAÇÃO COM  
GOVERNADOR  
CID GOMES  
FORTALEZA, 2013



PALESTRA SOBRE PÓS-DESENVOLVIMENTO E BEM-VIVER - BEM-VINDO UNIFOR 2017 c/ ARI AREIA



AULA DE CAMPO - RIACHO PAJEU - TURMA DE BIOCLIMATOLOGIA URBANA 2019

ESPECIALIZAÇÃO EM ARQUITETURA E PROJETO SUSTENTÁVEL

COM AILTON KRENAK - BIENAL DO LIVRO DO CEARÁ



MEMORIAL DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA (ENCONTROS DE SABERES)



VINCULADO AO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA - LEV-UFPA SETEMBRO 2019

GRUPO DE ESTUDOS em CONFLITUALIDADES SOCIOAMBIENTAIS E RESISTÊNCIAS NO ANTROPOCENO



LEITURAS PARA O BEM VIVER  
discussão mensal por videoconferência



COM LEONEL CERRUTO, FUNDADOR DO CENTRO DE CULTURAS ORIGINÁRIAS KAWSAY-BOLÍVIA



CEARÁ ORGANIC FOOD FESTIVAL 2019

BASTA! PABLO

